

## ÍNDICE

<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b> .....	VIII
<b>ÍNDICE DE QUADROS</b> .....	IX
<b>SIGLAS A UTILIZAR</b> .....	X
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>PRIMEIRA PARTE</b> .....	13
<b>DO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO ÀS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E DE ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR - A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL ESCOLAR EM PORTUGAL, NOS ANOS 60 E PRINCÍPIOS DOS ANOS 70</b> .....	13
<b>CAPÍTULO I</b> .....	14
<b>DO SALAZARISMO AO MARCELISMO - PRINCIPAIS MUDANÇAS SÓCIO-POLÍTICAS E ECONÓMICAS DOS ANOS 60 ATÉ 25 DE ABRIL DE 1974</b> .....	14
1. Os Planos de Fomento no Estado Novo nos anos 50 e 60.....	17
2. O Projecto Reformador de Marcelo Caetano.....	19
<b>CAPÍTULO II</b> .....	26
<b>AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E DA ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR NOS ANOS 60 E PRINCÍPIOS DOS ANOS 70</b> .....	26
1. As Políticas de Educação, a partir dos anos 50.....	27
2. A correlação entre educação e economia nos anos 60.....	29
3. Da assistência escolar à definição legal da acção social escolar nos anos 60.....	33
<b>CAPÍTULO III</b> .....	43
<b>SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL</b> .....	43
2. O Serviço Social na sociedade portuguesa antes de 25 de Abril de 74.....	47
2. 1. A formação e as Escolas de Serviço Social.....	47
2.2. As práticas profissionais.....	49
2.3. O Sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social.....	52
<b>CAPÍTULO IV</b> .....	56

PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE SERVIÇO SOCIAL EM CONTEXTO ESCOLAR.....	56
1. Protoformas do Serviço Social Escolar em Portugal e as experiências noutros países.....	56
2. Primeiros ensaios de intervenção em contexto escolar.....	64
2.1. De iniciativa dos Institutos de Serviço Social.....	65
2.1.1. Nas Escolas do Ensino Primário do Bairro do Beato - 1963/64.....	65
2.1.2. Na Escola Industrial e Comercial Brotero - 1964/65.....	67
2.1.3. Na Escola da Amizade - 1967 e 1968.....	70
2.2. De Iniciativa Estatal.....	73
2.2.1. Experiências de Observação e Orientação Escolar no Ensino Secundário - 1966/67 A 1970/71.....	73
2.2.2. Experiência de Centralização dos Serviços de Saúde Escolar na Escola Industrial e Comercial Brotero - 1969/70.....	80
CAPÍTULO V.....	84
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL ESCOLAR.....	84
1. Relações entre o Estado, a política de Acção Social Escolar e o Serviço Social Escolar.....	84
2. Criação do Instituto de Acção Social Escolar.....	89
2.1. O Serviço Social no Instituto de Acção Social Escolar.....	94
3. A Reorganização do Instituto de Acção Social Escolar em 73 e a criação da carreira de Serviço Social no Ministério da Educação.....	97
3.1. Direcção dos Serviços de Acção Social (DSAS).....	99
3.1.1. Proposta de Reorganização da Divisão de Serviço Social.....	101
3.2. Direcção de Serviços Médico-Pedagógicos.....	105
SEGUNDA PARTE.....	109
DO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO, POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E DE ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR - O DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL ESCOLAR EM PORTUGAL, DA REVOLUÇÃO DE ABRIL DE 1974 ATÉ 1980	109
CAPÍTULO I.....	110
ANÁLISE DO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DE 25 DE ABRIL DE 1974 ATÉ 1980.....	110
1. A Revolução de Abril de 1974 e as mudanças sócio-políticas.....	110
2. A consolidação de direitos sociais, culturais, políticos e cívicos no período de 76 a 80.....	115

CAPÍTULO II.....	121
POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO NO PERÍODO REVOLUCIONÁRIO E DE NORMALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA.....	121
1. Mudanças e inovações das Políticas de Educação no período Revolucionário.....	121
2. Regulação das políticas de educação, no período de Normalização.....	126
CAPÍTULO III.....	132
O SERVIÇO SOCIAL APÓS A REVOLUÇÃO DE ABRIL DE 74 ATÉ 1980.....	132
1. As mudanças no Serviço Social Português no período Revolucionário.....	132
1.1. A formação em Serviço Social.....	133
1.1.1. O Movimento de Reconceptualização do Serviço Social Latino Americano .....	135
2.2. As práticas profissionais .....	137
2.3. O movimento académico e das Escolas de Serviço Social .....	140
2. Serviço Social no período de Normalização Democrática.....	141
2.1. A formação em Serviço Social.....	142
2.2. As Práticas de Serviço Social de 1976 a 1980 .....	143
2.3. A dimensão académica e profissional .....	144
2.4 . A Associação de profissionais de Serviço Social .....	146
CAPÍTULO IV.....	148
SERVIÇO SOCIAL ESCOLAR NO PERÍODO REVOLUCIONÁRIO.....	148
1. Políticas de Acção Social Escolar e o Serviço Social Escolar .....	148
2. O Serviço Social Escolar no Instituto de Acção Social Escolar .....	151
3. As Práticas Profissionais .....	155
3.1. Nas Escolas do Ensino Primário.....	156
3.2 Na Animação Sócio - Cultural.....	159
3.2.1. A Comissão Interministerial de Animação Sócio-Cultural.....	160
3.2.2. As Campanhas de Dinamização Cultural do MFA .....	164
4. A Experiência de Organização das Assistentes Sociais no Distrito de Castelo Branco .....	167
CAPÍTULO V.....	171

SERVIÇO SOCIAL ESCOLAR NO PERÍODO DE NORMALIZAÇÃO .....	171
1. Serviço Social Escolar no contexto das Políticas de Acção Social Escolar .....	171
Relação entre o Serviço Social e o Instituto de Acção Social Escolar .....	175
3. As Práticas em Serviço Social Escolar.....	178
3.1. Mudanças no Campo de Acção.....	182
CONCLUSÃO .....	185
BIBLIOGRAFIA.....	207
LEGISLAÇÃO.....	221

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma do IASE .....	98
Figura 2 – Organograma da Divisão de Serviço Social .....	100

## ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1- Número de Assistentes Sociais do IASE por Zonas, na década de 70 .....	152
QUADRO 2 - Funções do Assistente Social em 1977 .....	172
QUADRO 3 - Funções do Assistente Social em 1980.....	182

## **SIGLAS A UTILIZAR**

AED - Auxílios Económicos Directos

ANP - Acção Nacional Popular

ASE- Acção Social Escolar

APSS - Associação de Profissionais de Serviço Social

CEE – Comunidade Económica Europeia

CD- Conselho Directivo

CIASC - Comissão Interministerial de Animação Sócio- Cultural

CRNASE - Coordenador Regional do Núcleo de Acção Social Escolar

DAE - Divisão de Auxílios Económicos

DGEFD e SE - Direcção Geral de Educação Física, Desporto e Saúde Escolar

DSS - Divisão de Serviço Social

EMGFA - Estado Maior General das Forças Armadas

FASE - Funcionário de Acção Social Escolar

FMI - Fundo Monetário Internacional

GEPAE - Gabinete de Estudos de Planeamento e Acção Escolar

IASE - Instituto de Acção Social Escolar

ISSL - Instituto de Serviço Social de Lisboa

MFA - Movimento das Forças Armadas

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMEN - Obra das Mães pela Educação Nacional

NASE - Núcleos de Acção Social Escolar

ONU - Organização das Nações Unidas

PF - Plano de Fomento

PRM - Projecto Regional do Mediterrâneo

UAMP - Unidades de Apoio Médico- Pedagógico

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura

## INTRODUÇÃO

O tema desta investigação representa, no âmbito do primeiro curso de mestrado em Serviço Social, o primeiro trabalho de aproximação ao Serviço Social Escolar em Portugal e às práticas profissionais a nível dos ensinos primário, preparatório e secundário nas décadas de 60 e 70.

O Serviço Social Escolar é um campo de actuação fundamental na dinamização de uma filosofia de interligação e complementaridade dos diversos agentes educativos e o Assistente Social Escolar, o agente com potencialidades para desenvolver o seu trabalho para a construção de uma Escola para *todos* e de *qualidade*, implicando um *projecto colectivo*, com todos os parceiros da comunidade educativa e sociedade em geral.

O interesse nesta temática, prende-se com o facto de ser Assistente Social, ter trabalhado em Serviço Social Escolar desde 1972 e acompanhado as várias facetas por que passou dentro da área profissional, que mereceu uma atenção particular e um aprofundamento.

Trata-se de um campo do Serviço Social português que tem uma trajectória significativa de trinta e nove anos, sobre o qual não existe qualquer investigação que aborde esta temática, encontrando-se apenas alguns textos parcelares na área do Serviço Social Escolar.

O Serviço Social Escolar emerge na sociedade portuguesa a partir dos anos 60, ao nível dos ensinos primário, preparatório e secundário, em consequência das ideias desenvolvimentistas, que além de imprimirem novas orientações às



políticas económicas e sociais no mundo inteiro, deram importância ao sector da educação como um contributo importante para os processos de desenvolvimento.

Constata-se uma preocupação com a *problemática da inserção do aluno na escola*, em consequência de uma maior procura escolar e a necessidade de a escola ter de se adaptar a esta nova população escolar muito diversificada, em que se vai salientar a realidade psicológica e sócio-familiar da criança e as condições escolares, como factores a considerar na adaptação e rendimento escolar do aluno.

São criadas equipas interdisciplinares, onde se incluem Assistentes Sociais, para apoiar os alunos na escola em interligação com a família e o meio circundante, *na integração escolar e socialização do aluno*.

A temática em questão tem uma considerável pertinência e actualidade nos dias de hoje, estando nas agendas dos governantes e em foco em debates públicos, *a educação nas escolas portuguesas*, onde se tem manifestado o desinteresse escolar, a indisciplina, a violência, o insucesso escolar, o absentismo e o abandono escolar em consequência das problemáticas sociais agudizadas pela questão social, decorrentes da política neoliberal (desemprego, emprego precário, subcontratos, a prestação de serviços por tarefa) criando novas estratificações e novas discriminações sociais, culturais, étnicas, começando a manifestar-se certa preocupação no que se refere à *inclusão escolar e social*.

Esta política rejeita a responsabilização maioritária do Estado na nova questão social, fazendo-se sentir no sistema educativo português, nas questões de *descentralização e autonomia* que se reflecte numa direcção e gestão mais

participada, envolvendo pais, encarregados de educação, professores, alunos, autarquias e outros agentes locais.

É uma preocupação que se reflecte na nova Lei Orgânica do Ministério da Educação,<sup>1</sup> orientada para uma melhoria da qualificação dos recursos humanos do país, assim como a promoção da qualidade da educação e formação e que vai restituir às autarquias o papel essencial *como parceiro* no desenvolvimento da educação, através de uma *descentralização de competências com a participação das comunidades educativas na gestão do sistema de ensino*, numa estratégia de subsidiariedade na linha de desconcentração administrativa para uma melhor qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. Esta lei prevê a criação de *centros de apoio social escolar*, a nível de agrupamentos de estabelecimentos de educação e de ensino, que exercem em termos integradores e pluridisciplinares, competências nas áreas dos apoios e complementos educativos.

Espera-se que a nova Lei Orgânica do ME, *abra o caminho necessário e urgente a mais profissionais de Serviço Social nas Escolas*, de representação minoritária, proporcionando ao Assistente Social, a possibilidade de construir na actualidade um espaço profissional no campo da educação, mediante processos de investigação, intervenção social e de mediação, num trabalho de multidisciplinaridade com todos os intervenientes no processo socio-pedagógico, na defesa dos direitos humanos e por uma ampliação dos direitos de cidadania.

*O presente trabalho tem por objecto a análise do processo da institucionalização do Serviço Social Escolar em Portugal e trajectória e dinâmicas da prática profissional das Assistentes Sociais na área da Educação, nos anos 60 e 70, com maior incidência na zona Centro do país, em articulação com as*

---

<sup>1</sup> D. Lei nº 208/2002 de 17 de Outubro.  
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA - ESAE

políticas de educação e acção social escolar, em função do contexto sócio-histórico, no período em estudo.

A investigação em análise remete-nos para as seguintes interrogações:

- Em que contexto sócio-histórico se vai concretizar os primeiros ensaios em Serviço Social Escolar e como contribuem para a legitimação social da profissão neste campo de actuação?

- Como é que as principais transformações sócio-históricas ocorridas em Portugal, com a revolução de 25 de Abril de 1974, influenciaram as políticas de educação, de acção social escolar e as práticas das Assistentes Sociais neste campo de trabalho?

- Que respostas construíram as Assistentes Sociais e como se posicionaram no Instituto de Acção Social Escolar, antes e após 74?

Nesta investigação, parte-se da questão social e do seu enfrentamento pelo Estado, assumindo uma acção centralizadora quer através de políticas sociais públicas, para concretizar direitos sociais e económicos que respondam às sequelas da questão social (a nível da educação, saúde, emprego...), quer através da regulação jurídica do trabalho, quer ainda da criação de serviços e instituições. A transformação da própria sociedade vai conduzir à *emergência de profissões sociais*, onde está inserido o *Serviço Social na divisão social do trabalho*, para implementação, regulação e controlo das políticas sociais, através de uma intervenção fragmentada ao nível da individualização dos problemas sociais.

*Quanto à delimitação temporal*, que incide na sociedade portuguesa dos anos 60 a finais dos anos 70, investe-se numa análise da profissão de Serviço

Social no contexto histórico da sociedade capitalista e do Serviço Social em Portugal na sociedade dos anos 60, onde convergem o período final do regime Salazarista e o período Marcelista até à Revolução de 25 de Abril de 1974.

Evidenciam-se as práticas profissionais dos anos 60 e princípios dos anos 70, *orientando este primeiro eixo de análise* a relação entre Serviço Social Escolar, as problemáticas da educação, o percurso e dinâmicas da Acção Social Escolar, as correntes de pensamento (positivistas e funcionalistas) e as influências do Serviço Social Norte Americano e Franco Belga na dinâmica dos serviços médico-psico-sociais nas escolas, e na relação com o Instituto de Acção Social Escolar, onde teve expressão o Serviço Social.

A partir da Revolução de Abril de 1974 até ao período de Normalização Democrática de 1976 a 1980 (adaptação da nomenclatura utilizada por António Reis) ocorre uma abordagem à *influência dos movimentos sociais, políticos e populares que se colocaram no 25 de Abril*, que originou alterações a nível de mentalidades, e os desafios que se colocam aos Assistentes Sociais em consequência das transformações sociais verificadas na sociedade portuguesa; às *influências das mudanças operadas na sociedade portuguesa no período de Normalização Democrática*, caracterizado pelo papel central do Estado na regulação social e implementação de medidas do ponto de vista sócio-político, originando a queda da mobilização social e ganhando relevo a dimensão institucional; à *influência do Movimento de Reconceptualização do Serviço Social Latino Americano* nos discursos e no questionamento das práticas dos Assistentes Sociais, alterações ao nível da formação académica nos períodos em estudo.

Privilegiam-se as relações entre o Serviço Social Escolar, o Instituto de Acção Social Escolar (IASE) e as políticas de Acção Social Escolar (ASE), fazendo incidir *o segundo eixo de análise* nas alterações dos objectivos das políticas de educação e políticas de ASE e a forma como se vai processar a intervenção nas práticas de Serviço Social Escolar, em articulação com as particularidades sócio-históricas dos períodos em estudo, as correntes de pensamento, as respostas construídas e a posição assumida pelo grupo profissional face às alterações na carreira e categoria profissional entre Assistentes Sociais com a mesma formação académica, e mudanças no campo de acção e de funções no IASE.

O estruturalismo genético de Lucien Goldmann aplicado à investigação histórica em Serviço Social, constitui uma referência para o presente trabalho, procurando-se por aproximações sucessivas perceber e compreender o lugar que ocupam as práticas profissionais nas relações que constituem a estrutura total – questões políticas, sociais, económicas, culturais ...

É por uma via de aproximações sucessivas “que a realidade vai tomando sua dimensão histórica e de totalidade” (Myrian Batista, 1992:122), tratando-se de uma abordagem dialéctica com as múltiplas diversidades no sentido do todo (Lucien Goldmann, 1989).

Apontam-se como *objectivos* a atingir, *analisar* as políticas de Acção Social Escolar (ASE) como políticas de educação, *apreender* a relação entre o Serviço Social, a sociedade portuguesa, as correntes do pensamento e as influências que se fizeram sentir a nível do Serviço Social Escolar, nas décadas de 60 e 70 e, *compreender* a institucionalização do Serviço Social Escolar, identificando

problemas e posicionamentos das Assistentes Sociais, na dinâmica sócio-histórico-profissional.

Neste trabalho de cariz histórico, privilegiou-se a *análise documental e bibliográfica*, procurando-se fazer uma reconstrução da trajectória histórica do Serviço Social Escolar em Portugal.

No sentido de se consultarem os arquivos existentes relativos ao Instituto de Acção Social Escolar contactou-se o Centro de Documentação da Secretaria Geral do Ministério da Educação tendo-se obtido a informação, facultada pela Técnica Superior deste Centro, que esteve no processo de extinção do Instituto de Acção Social Escolar em 1993, que grande parte dos documentos do ex-IASE foram destruídos e os que existem foram colocados em caixas por catalogar e tratar, tendo sido enviados para o Arquivo Camarate, do Ministério da Educação, desconhecendo-se que tipo de documentos existem e que se consideram cruciais para o desenvolvimento desta investigação.

Como não se teve acesso a este Arquivo, houve que recorrer a pessoas que trabalharam no ex-IASE e que possuíam documentos pessoais. Encontrando-se dispersas as fontes documentais, o método de recolha processou-se a partir das Assistentes Sociais que trabalharam no Instituto de Acção Social Escolar, o que tornou mais árdua esta recolha de fontes primárias.

Fizeram-se *entrevistas exploratórias* a *quatro* testemunhas chave com ligação ao Serviço Social Escolar que passo a mencionar: M<sup>a</sup> de Fátima Miranda Jorge Seabra e M<sup>a</sup> do Céu Jorge Mendes Pimentel Martins a trabalhar na Zona Centro do país; M<sup>a</sup> Teresa Santos, Vogal do Conselho Administrativo do IASE e paralelamente Directora de Serviços e Chefe de Divisão de Serviço Social em 1976 e 1977 e que pertenceu ao ex-IASE; Arminda M<sup>a</sup> Ramos Neves, que fez

parte integrante do *Grupo de Trabalho do Serviço de Estudos e Planeamento do IASE* desde a sua criação em 1971 até 1983 e que também pertenceu ao ex-IASE. A minha experiência pessoal na área em referência e a documentação recolhida desde 1972, foram também *contempladas*.

*Consultaram-se trabalhos dactilografados ou manuscritos, comunicações, boletins e publicações* como, Boletins Informativos “Educação” do GEPAE - MEN, Estudos GEPAE - Serviço de Publicações, relativos aos anos 60; *Estudos do Grupo de Trabalho do Serviço de Estudos e Planeamento do IASE* (planos de trabalho, planos e relatos de actividades, balanços de actividades desde 1971 a 1980); *Relatórios e Planos de Estágio de alunas de Serviço Social* dos Institutos Superiores de Serviço Social de Coimbra, Lisboa e do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas (ISCSPU) dos anos 71 a 73.

Consultaram-se ainda *documentos de trabalho* relativos a projectos, encontros de Assistentes Sociais com a Divisão de Serviço Social e encontros inter-equipas regionais do ME, *actas de reuniões, programações, relatórios e avaliações de trabalho da equipa de Castelo Branco*, referente à década de 70; *Arquivo das Assistentes Sociais do ensino não superior existentes no ME; publicações em Diários da República* das Assistentes Sociais admitidas para o Ministério da Educação; listas de antiguidades, nomeações e funções das Assistentes Sociais do ME; *curriculum profissional* das Assistentes Sociais, que colaboraram para esta dissertação; *diplomas legais, legislação e orientações de suporte em ASE*.

Procedeu-se ao levantamento, recolha e organização de possíveis *fontes documentais e bibliográficas em relação ao objecto de investigação* e sobre a

temática do Serviço Social nos períodos em estudo, nas seguintes bibliotecas: em Coimbra, no Instituto Superior Miguel Torga (ex-Instituto Superior de Serviço Social). Em Lisboa, no Instituto de Ciências Sociais e Políticas (ICSP), no Arquivo do Centro de Estudos de Serviço Social e Desenvolvimento Comunitário, no Instituto Superior de Serviço Social e na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Em Castelo Branco, na Escola Superior de Educação e no Centro da Área Educativa.

Este trabalho está estruturado em duas partes fundamentais. A primeira de princípios dos anos 60 até à Revolução de Abril de 1974, apresenta cinco capítulos.

No Capítulo I analisam-se as principais mudanças no contexto social e económico com a implementação de novas estratégias integradas nos Planos de Fomento a partir dos anos 50, e a partir de 1969 o projecto de reformas sociais e a abertura política aos investimentos de capitais estrangeiros no país no período Marcelista.

No capítulo II faz-se uma análise das políticas de educação desde o esforço de valorização da educação a partir dos anos 50, a relação entre desenvolvimento da economia e investimento na educação, e as implicações que tal realidade tem nas políticas de Acção Social Escolar, com início em 1971, do processo de Democratização do ensino e de igualdade de oportunidades, com a Reforma de Veiga Simão.

No Capítulo III aborda-se a profissão de Serviço Social no contexto histórico da sociedade capitalista para realçar as características do Serviço Social em Portugal na sociedade dos anos 60, ao nível da formação ministrada nos



Institutos, das práticas profissionais, da organização sócio-política e profissional e o papel do Sindicato Nacional dos profissionais de Serviço Social, pela necessidade de responder aos desafios que lhes são colocados, provocados pelas mudanças sócio políticas e culturais, a partir dos finais dos anos 60.

No capítulo IV privilegiam-se as protoformas e os primeiros ensaios ao nível dos estágios nesta área que surgem entre 1963/64 e 1968, num período de crise do Estado Novo da ditadura de Salazar, através de iniciativas dos Institutos de Serviço Social de Lisboa e Coimbra, em interligação com a Igreja. Salienta-se como resultante das ideias desenvolvimentistas no país, as primeiras intervenções em Serviço Social Escolar, de carácter oficial em equipas pluridisciplinares a partir de 1966/67, sob a coordenação do Gabinete de Estudos de Planeamento e Acção Social (GEPAE) e Direcção Geral de Educação Física, Desporto e Saúde Escolar (DGEFD e SE), em escolas do ensino secundário.

No Capítulo V faz-se o estudo do processo de institucionalização do Serviço Social Escolar no Instituto de Acção Social Escolar (IASE) criado em 1971, em que se destaca a sua finalidade, atribuições e funções, as relações entre o Serviço Social Escolar, o Estado, as políticas de Acção Social Escolar e as práticas profissionais, neste período. Com a reorganização do IASE, em 1973, é criada a carreira de Serviço Social no Ministério da Educação, em que se realça uma análise aos serviços onde tiveram expressão as Assistentes Sociais, para se compreender o percurso e trajectória destes profissionais no Ministério da Educação, na década de 70.

A segunda parte deste trabalho, relativa ao período Revolucionário de 25 de Abril de 1974 até ao período de Normalização Democrática de 1976 a 1980, divide-se também em cinco capítulos.

No capítulo I analisa-se o contexto das principais mudanças sócio-políticas e culturais no período revolucionário, e as alterações no período de Normalização, caracterizado pela institucionalização da democracia.

No capítulo II salientam-se as principais mudanças das políticas de educação no período Revolucionário e o processo regulador das políticas de educação, no período de Normalização Democrática.

No capítulo III evidencia-se a influência dos movimentos sociais, políticos e populares que se desencadearam no período de 25 de Abril de 1974 e as implicações no Serviço Social em Portugal, na estruturação da formação académica, nos discursos e práticas dos Assistentes Sociais e no movimento académico e das Escolas de Serviço Social para a integração dos Institutos nas estruturas universitárias públicas realçando a influência do Movimento de Reconceptualização do Serviço Social Latino Americano e do Serviço Social Crítico de outros países.

Analisa-se também o Serviço Social no período de Normalização Democrática e modificação relativa à estruturação da formação neste período, às práticas profissionais e ao movimento confluyente de Escolas e profissionais de Serviço Social perante a publicação dos diplomas legais, que vão provocar uma alteração na qualificação e carreiras da Administração Pública, com repercussões a nível do exercício da profissão

No capítulo IV destacam-se as relações entre o Serviço Social Escolar as políticas de ASE e o Instituto de Acção Social Escolar no período revolucionário, salientando-se as práticas profissionais das Assistentes Sociais no Ministério da Educação, no ensino primário, em especial na Zona Centro, no contexto das

políticas de Acção Social Escolar, identificando os aspectos relevantes, nestas práticas.

No capítulo V reflecte-se sobre o Serviço Social Escolar no contexto das políticas de ASE no período de Normalização, caracterizado pela instituição de orientações e normas legisladoras a nível de ASE e funções dos técnicos de Serviço Social.

Distinguem-se as relações entre o Serviço Social Escolar e o Instituto de Acção Social Escolar, face aos problemas colocados à categoria profissional e o posicionamento das Assistentes Sociais na dinâmica institucional, e abordam-se as práticas profissionais no ensino primário e as mudanças no campo de intervenção, para os ensinos preparatório e secundário.

---

## **PRIMEIRA PARTE**

### **DO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO ÀS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E DE ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR - A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL ESCOLAR EM PORTUGAL, NOS ANOS 60 E PRINCÍPIOS DOS ANOS 70**

## CAPÍTULO I

### DO SALAZARISMO AO MARCELISMO - PRINCIPAIS MUDANÇAS SÓCIO-POLÍTICAS E ECONÓMICAS DOS ANOS 60 ATÉ 25 DE ABRIL DE 1974

Desde o Golpe de Estado de 1926 até ao período de 25 de Abril de 1974, que se viveu em Portugal sob um regime ditatorial, o regime Salazarista, caracterizado por uma ideologia estatal forte, autoritária e de inculcação de valores nacionalistas, constituído por um único partido criado em 1930 - a União Nacional.

De modo a garantir a ordem social e a manter e preservar a independência nacional é criada a Polícia de Intervenção e Defesa do Estado (PIDE) e é instituída a censura à imprensa e outros meios de comunicação, manifestando-se este período ditatorial por uma «recusa dos fundamentos liberais, democráticos e parlamentaristas do Estado, isto é, da «liberdade» e da «soberania popular» enquanto conceitos legitimadores do regime» (Fernando Rosas, 1994:198).

O “Estado Novo”<sup>2</sup> legitimado pela Constituição de 1933, é definido como um *Estado Corporativo* que vai assumir a *gestão política e económica* da Nação e, em consequência das leis corporativas, estabelece-se a *ilegalização dos sindicatos livres* e institui-se o *Estatuto do Trabalho Nacional*, criado nesse ano, sob a influência da Carta del Lavoro Italiana, que definia uma organização corporativa para as associações patronais, sindicais e de previdência (Grémios,

---

<sup>2</sup> Entende-se por “Estado Novo” o período que vai da revolução de 28 de Maio de 1926 até ao período 25 de Abril de 1974, caracterizando-se na 1ª fase (1926-1933), por uma ditadura militar até 1933, “altura do advento do Estado Novo e das suas instituições (1933-34) ou seja do regime Salazarista, como um dos mais agitados e complexos da nossa história do século XX” Cf. Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, p. 151

Casas do Povo, Instituto Nacional do Trabalho e Previdência) onde os interesses dos patrões e empregados se conjugariam com vista a um interesse comum “nacional”. Aliando-se à *Igreja Católica* muito conservadora, esta vai assumir a *gestão social* centrando a sua acção na família, considerada a célula base da sociedade, e cria, em 1934, a Acção Católica Portuguesa (ACP) procurando-se através desta organização, uma imposição dos princípios da doutrina social da Igreja e uma moralização da sociedade portuguesa.

Mais tarde, como consequência da eclosão da Guerra Civil de Espanha, Salazar fez surgir a Legião Portuguesa em 1936, organização para-militar com objectivos que consistiam em participar «na cruzada antibolchevista» e em defender o «património espiritual da Nação» bem como o «espírito corporativo» (Oliveira Marques, 1981: 423).

A partir da segunda Guerra Mundial verifica-se uma crise generalizada à escala mundial com efeitos profundos no nosso país periférico<sup>3</sup> e neutral, quebrando os equilíbrios económicos provocando uma primeira crise num regime até então estável.

Nas décadas de 50 e 60 assiste-se a mudanças económicas e sociais em Portugal, destacando-se neste capítulo, o investimento nos denominados “Planos de Fomento” no regime Salazarista e o projecto reformador de Marcelo Caetano.

---

<sup>3</sup> As sociedades semiperiféricas são sociedades intermédias no duplo sentido de apresentarem estádios intermédios de desenvolvimento e de cumprirem funções de intermediação na gestão dos conflitos entre sociedades centrais e sociedades periféricas suscitadas pelas desigualdades na apropriação do excedente produzido à escala mundial.”

A semiperiferia portuguesa é “um conjunto de condições sociais, políticas, económicas e culturais que caracterizam internamente a sociedade portuguesa e a adequam em geral para papéis de intermediação entre o centro e a periferia, os quais podem ser diferentes em momentos históricos diferentes. Por serem internas, essas condições não desaparecem nem se alteram automaticamente pelo facto de ter cessado a relação colonial, por mais importante que esta tenha sido na constituição histórica dessas condições.” Cf Boaventura de Sousa Santos, *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, p.107 e 108

Para corresponder à expansão e modernização económica de acordo com as tendências do capitalismo Europeu, vão ser adoptados, a partir dos anos 50, *Planos de Fomento* que irão representar um esforço de planeamento a nível económico, contribuindo para isso, a entrada de Portugal na NATO, na OCDE e o acordo económico com a EFTA, em 1960.

Também no início da década de 60, novos acontecimentos como a guerra colonial, vão afectar Portugal, registando-se uma forte emigração da população, à procura de melhores condições de vida em outros países da Europa, onde o Estado do Bem Estar e as políticas sociais, estavam em expansão.

Na mudança de governação a partir de 1968, com Marcelo Caetano, em virtude do atraso em que o país se encontrava e das tensões sociais verificadas, realiza-se uma modificação da política económica e social, *com uma maior abertura ao investimento estrangeiro*, para fazer face aos encargos decorrentes da Guerra Colonial, e *uma crescente intervenção do Estado* através de *reformas sociais*, no sentido de promover uma maior justiça social.

Moldadas pelo conservadorismo, o alargamento da previdência social dos trabalhadores fez-se pela comparticipação dos interessados e subordinada à organização corporativa, e a população não integrada no mercado do trabalho e/ou sem recursos, continuou sem apoio estatal e sujeita à acção assistencialista e filantrópica de iniciativas privadas, vindo a aumentar as tensões e agitações sociais provocadas pela insatisfação acumulada das classes sociais, em relação à guerra colonial e à forma de governação ditatorial, que conduziram à crise do regime.

## 1. Os Planos de Fomento no Estado Novo nos anos 50 e 60

Portugal apesar de ser um *país fundamentalmente rural*, *dependia muito do comércio externo em combustíveis* (sólidos e líquidos), *matérias primas* (ferro, aço, algodão), *bens alimentares* (trigo, açúcar, bacalhau) e outros produtos essenciais, com a crise são afectadas as indústrias dela dependentes assim como transportes ferroviários, marítimos e aéreos, o funcionamento das centrais termoeléctricas e parte das actividades industriais dependentes de máquinas, aparelhos e veículos.

Verifica-se também uma *quebra nas exportações portuguesas*, embora sem os efeitos que se fizeram sentir nas importações, tendo pelo contrário, o conflito mundial contribuído para o enriquecimento de alguns agentes económicos, incluindo o Estado, *com uma nova estratégia para enquadrar os objectivos da política económica* nos chamados «*Planos de Fomento*». Estes Planos que vão desencadear a evolução económica de acordo com as tendências do capitalismo Europeu, viriam a proporcionar um crescimento do sector industrial nacional.

O *I Plano de Fomento (1953-58)* vai surgir *como a primeira experiência de planeamento económico*, constituindo a sua principal novidade um estímulo à iniciativa privada para reactivar o processo de industrialização, deixando para o Estado a tarefa de proporcionar condições para a sua concretização (créditos, isenções fiscais, subsídios...).

O *II Plano de Fomento (1959-64)*, aprovado pela Lei nº 2094 de 25 de Novembro de 1958, regista já um «programa de política económica com alguma coerência», salienta a necessidade de *continuar uma política de crescimento económico e de se difundir uma mentalidade industrial*.



A partir dos anos 60, assiste-se em Portugal a uma *política integracionista*, ou seja, por um lado defende-se uma política “por um mercado único português” abandonando-se a política autárquica de importações a favor das *exportações tradicionais*, adoptando-se um modelo industrial que garanta a independência nacional e por outro, a necessidade de dar uma *maior atenção à agricultura e sua modernização* e, ainda, a necessidade de prestar atenção aos movimentos para a *cooperação e investimento na integração Europeia* (Fernando Rosas, 1994).

As mudanças sócio-económicas que surgem em Portugal no contexto internacional, permitem abrir o caminho a esta nova estratégia, com a entrada do país na NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte), na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), na EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre) em 1960 e na adesão a algumas das principais instituições económicas e financeiras internacionais nascidas no pós-guerra: ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em Novembro de 1960, e, em 1962, ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio -GATT na versão inglesa e o acordo económico feito posteriormente com a CEE (Comunidade Económica Europeia) em 1972, podendo afirmar-se que na década de 60 Portugal se desenvolveu «assente num processo de industrialização dependente e associado» (Boaventura S. Santos, 1990:19).

As tensões na sociedade portuguesa vão aumentando, tornando-se insustentáveis nos anos 60 ao explodir a guerra em África, que vai mobilizar os homens que, ou vão para a guerra, ou emigram para o estrangeiro, à procura de melhores condições de vida, diminuindo a mão de obra masculina, e «Portugal vive na verdade uma série de paradoxos durante os anos 60: o desenvolvimento

económico convive com persistentes sinais de subdesenvolvimento e desequilíbrios estruturais; a industrialização, criando mais e melhores empregos, não estanca a emigração; o proteccionismo económico coexiste com a invasão de empresas estrangeiras; apregoa-se o casamento económico com as colónias, mas, pratica-se o acto com a Europa; o Governo opta pelo isolamento diplomático ao mesmo tempo que os Portugueses, mercê da emigração, da guerra, da TV, do turismo e das novas tendências juvenis, nunca estiveram tão abertos às influências exteriores» (Joaquim Vieira, 2000:24).

*A guerra colonial, a forte emigração que se faz sentir no país e o projecto de criação do “mercado único português” desviaram atenções e adiaram soluções, vivendo-se momentos de hesitação quanto à orientação a dar à indústria portuguesa, surgindo entre 1965-67 o Plano Intercalar de Fomento (PIF), que apesar das condições adversas em que foi concebido (início das guerras coloniais, a aceleração da emigração...), constitui no entanto, uma primeira tentativa de planeamento global ensaiada no país (Fernando Rosas, 1994:465) .*

## **2. O Projecto Reformador de Marcelo Caetano**

As tensões verificadas no país, os gastos com a guerra colonial e o atraso em que o país se encontrava no Estado Novo, fizeram com que Portugal mudasse a política económica para fazer face aos encargos financeiros, de que resultou a abertura ao exterior com a entrada de capitais estrangeiros. Este período designado de “*liberalização*”, iniciou-se com Marcelo Caetano em 1968 e tinha como base uma lógica economicista, verificando-se uma alteração de mudança em 1970, de um denominado “Estado Novo” para um “Estado Social”, na

governação Marcelista. Reflectiu preocupações sociais e verificou-se uma *pequena abertura política*, um *maior peso político à nova burguesia industrial e financeira*, uma *menor repressão sobre as classes trabalhadoras* e uma *maior autonomia sindical sendo aprovada a nova lei sindical em 1969*, em que se dispensa a homologação ministerial em relação às direcções sindicais eleitas, e «obriga o patronato a responder às propostas de contratação colectiva por parte dos sindicatos e sujeita os diferendos laborais à jurisdição de tribunais arbitrais» (Fernando Rosas, 1994:547).

*A nova burguesia industrial que cresceu, como consequência do desenvolvimento económico e da concentração do capital, vê no sistema corporativo das relações capital/trabalho um obstáculo à sua expansão*, verificando-se também uma crise da hegemonia da classe burguesa agrária (classe hegemónica na época de Salazar) e, em parte, da burguesia comercial, cujos interesses se chocavam com os da nova burguesia industrial- financeira.

O crescimento económico ficou cada vez mais dependente do capital Europeu, e as modificações ocorridas na comunidade e no mercado, como consequência da abertura ao exterior e da emigração registada neste período, tornava premente a «crescente intervenção do Estado na regulação e institucionalização dos conflitos entre o capital e o trabalho. Por outro lado, o adensamento da articulação do Estado com a comunidade está bem patente na legislação social, no aumento da participação do Estado na gestão do espaço e nas formas de consumo colectivo, na saúde e na educação, nos transportes e na habitação, enfim, na criação do Estado-Providência» (Boaventura S. Santos, 1994:77) que nos restantes países da Europa se encontrava em pleno auge.

No seu projecto reformador retomou ideias já antigas, modernizando-as sob o lema do *desenvolvimento económico*, de uma *aproximação com a Europa* e de uma *maior justiça social*. Verifica-se o *alargamento do sistema de segurança social*,<sup>4</sup> e a *reforma do direito do trabalho*.

Assim, no início dos anos 70, a sociedade salarial<sup>5</sup> ao inventar um *novo sistema de segurança social ligada ao trabalho* e também o *contrato de tempo indeterminado* que, em situação de pleno emprego, garantia uma certa estabilidade de trabalho, *permite que cada indivíduo usufrua de um mínimo de garantias e direitos*.

De salientar, entre as políticas do “Estado Social” o *direito à saúde*,<sup>6</sup> entendido não apenas no acesso aos serviços, mas também no «investimento prioritário em serviços de cuidados básicos de cariz preventivo», nos Centros de saúde a criar em todo país (Fernanda Rodrigues, 1999:175) e o *direito à educação*, através de uma reforma que visa um «sistema escolar aberto,

---

<sup>4</sup> Em Portugal o sistema de Previdência Social surgiu só a partir de 1935 e a partir de 1960, a lei 2115/62 de 18 de Junho regulou a Reforma da Previdência no quadro do Estado Novo, e traduziu-se num alargamento do sistema existente, de inscrição obrigatória :

« I)- Quanto à população e riscos abrangidos como o alargamento aos familiares dos beneficiários da designada acção médico-social, seguro, maternidade, alargamento do abono de família e prestações complementares, como casamento, nascimento e aleitação;

II)- Quanto a uma maior cobertura geográfica, fruto da criação de novas instituições de âmbito regional ou organizada segundo a natureza das prestações». Cf. Fernanda Rodrigues, *Assistência Social Políticas Sociais em Portugal*, p. 155

<sup>5</sup> Sociedade salarial – aquela sociedade em que a maioria dos sujeitos sociais têm a sua inserção social relacionada não só com o salário, mas também com o seu status, a sua protecção e a sua identidade- Robert Castel, *As transformações da questão social*, p. 43

<sup>6</sup> Na reforma da saúde e assistência (Lei 2120 de 19 de Junho de 1963) são definidas «as bases para a política de saúde e assistência, a acção complementar ao sistema de previdência vigente, as modalidades de assistência que se repartem em acções curativas, de recuperação, preventiva e educativa.

No campo da saúde prevê-se o alargamento e aperfeiçoamento do sistema, nomeadamente pela ampliação da rede hospitalar pública e privada, a reorganização e qualificação técnica dos serviços e valorização das carreiras profissionais». Na assistência vai-se assistir a novos campos de intervenção surgindo quatro novos serviços, numa linha de promoção das populações. Cf. Fernanda Rodrigues *Assistência Social Políticas Sociais em Portugal*, p.164. a 167. A Assistência caracterizou-se até à década de 60 por “campos de cobertura pessoal e material muito limitados” e, apesar de se verificar até à década de 70, algumas melhorias no campo de protecção e no quadro Institucional, numa *concepção comutativa* ( não se verificou ainda nesta concepção a garantia de um rendimento mínimo, como já acontecia em todos os outros países da Comunidade. Cf Manuela Arcanjo, “Políticas Sociais e sua evolução na Europa e em Portugal,” in *do Serviço Social*, p. 60

equitativo diversificado, individualizado e interrelacionado» (Stephen Stoer, 1986:58).

No plano colonial defende uma «autonomia progressiva» no processo de descolonização, alegando que era *necessário prosseguir a guerra, querendo-a manter numa política de liberalização, o que veio comprometer o seu programa de reformas.*

Marcelo Caetano vai moderar certos poderes da polícia política que muda do nome PIDE para DGS ( Direcção Geral de Segurança ), abranda a censura sem a suprimir, e o partido único, a União Nacional (UN) passa a denominar-se Acção Nacional Popular (ANP), desde Fevereiro de 1970. É a pseudo “primavera política” de Marcelo Caetano que anuncia a “renovação na continuidade”, que não é mais do que a mudança de nomes de Instituições que permanecem idênticas a si próprias. A repressão abranda um pouco neste período mas a agitação social, que já se vinha a manifestar tem tendência a agravar-se ( Luisa Cortesão, 1988).

Estas medidas, dentro “da lógica da continuidade,” aumentaram os conflitos sociais e políticos em vez de os atenuar e, a *contestação alarga-se nas universidades, nos meios laborais e no interior da Igreja Católica.* Salienta-se nestes movimentos de contestação, por um lado *os católicos progressistas*, que criticam abertamente o Estado Novo, recusando submeter-se à vontade política do regime, denunciando a guerra colonial e, por outro, em 1969, *os estudantes*, já mais politizados<sup>7</sup> e sob a influência do movimento estudantil de Maio de 68 em França, insurgem-se também contra o regime e a guerra colonial.

---

<sup>7</sup> Em Março de 1962, após o I Encontro Nacional de Estudantes em Coimbra, onde são debatidos problemas sociais e pedagógicos, as autoridades vão proibir as celebrações do dia do estudante, desencadeando-se uma greve e o “luto académico” e esta crise prolonga-se até ao Verão, numa luta pela sobrevivência das Associações de Estudantes e pela autonomia da Universidade, com consequências para os estudantes, desde “assalto e encerramento da AAC pela polícia, detenção de grevistas da fome e de outros dirigentes e estudantes e punição dos responsáveis associativos.” Esta situação

A maior crise estudantil manifestada em 1969 e a oposição que era permitida, na medida das limitações impostas pelo Regime, chamava a atenção para *a falta de democraticidade do sistema educativo*, e estas agitações estudantis reflectem o descontentamento geral, sintetizando-se a crise da educação nos seguintes aspectos: «escassez de recursos, passando por problemas de organização e rentabilização das Instituições Educativas, para culminar numa contestação global do modelo educativo e do modelo de sociedade que lhe está subjacente» (E. Lemos Pires, A. Sousa Fernandes, João Formosinho, 1991:57).

Em consequência do desenvolvimento económico e da emigração, a relação salarial alterou-se e, numa situação de quase pleno emprego no país, com um sector industrial mais dinâmico e reivindicativo, torna-se impossível sustentar a política de salários baixos e a organização autónoma dos sindicatos.

Agrava-se a tensão entre classes sociais divergentes, pondo-se em questão a forma organizativa do Estado, a partir de 1969, com Marcelo Caetano e faz-se sentir a impotência, cada vez maior, do Estado/Igreja para «captar, organizar, integrar e articular as reivindicações da sociedade civil através de uma forma sócio-política corporativista de Estado» (Stephen Stoer, 1986:55).

Face a estes acontecimentos há um novo endurecimento do regime Marcelista, as autoridades reagem em resposta à crescente radicalização do movimento estudantil, e fazem-se sentir as agressões violentas da polícia, que invade as instalações universitárias, prende estudantes, obriga a incorporarem-se

---

“marca uma viragem para a politização do movimento estudantil”, vindo-se a manter constante as contestações dos estudantes, até à maior manifestação estudantil desencadeada em Abril de 1969, com a visita de Américo Tomás, à Academia de Coimbra, em que presidente da AAC, Alberto Martins, foi impedido de falar, na sessão solene de boas vindas ao Chefe de Estado, para apresentar um caderno reivindicativo estudantil, o que provocou ondas de protestos, confrontos com a polícia e prolongamento da greve estudantil. Cf. Joaquim Vieira, *Portugal século XX, Crónicas em Imagens, 1960-1970*, p. 201 e 202

no exército colonial e são levantados muitos processos disciplinares - «Numa Universidade tornada ingovernável dois símbolos ficam a assinalar a mudança de situação: o assassinato a tiro, por agentes da polícia política, de um estudante de direito e o recurso a gorilas.... para policiar a vida interna das escolas» (Fernando Rosas, 1994:553).

Segundo Boaventura de Sousa Santos, na época de Salazar, a abordagem empírica das políticas sociais, sofrem uma acentuada clivagem entre a dimensão económica e a esfera social, por não se apoiarem nas necessidades sociais. O Estado tinha apenas uma função supletiva.

Apesar do aumento significativo das políticas sociais, a partir de 1969 com Marcelo Caetano, o Estado Português não se pode considerar um Estado Providência, e apesar de se ter verificado um *pacto político* ele não envolveu «a *participação autónoma* dos destinatários principais delas (os trabalhadores), e o facto, longe de tentar compatibilizar capitalismo e democracia, visou tornar esta última dispensável e substituível por uma forma de *corporativismo autoritário renovado*» (Boaventura de S. Santos, 1987:33). Contribuíram para este acontecimento, as características peculiares do Estado e da sociedade portuguesa, ou seja, a centralidade do Estado na regulação social e o carácter semiperiférico da sociedade portuguesa que se caracteriza por uma «descoincidência entre as relações de produção capitalista e as relações de reprodução social» (Boaventura de S. Santos, 1990:107), em virtude do atraso das relações entre capital e trabalho, em confronto com a coexistência de uma heterogeneidade de classes sociais, que atenuam os conflitos entre capital e trabalho e interferem no desenvolvimento das práticas de reprodução social.

*O Estado é incapaz de institucionalizar as relações entre capital e trabalho, em virtude das alterações das forças sociais decorrentes do desenvolvimento económico e da emigração, verificando-se uma crise de legitimação do Estado e um agravamento dos conflitos entre classes sociais, mas são essencialmente as contradições sobre a guerra colonial, que conduziram à crise de legitimação do poder, salientando-se nesta luta as forças Armadas e a burguesia industrial financeira.*



## CAPÍTULO II

### AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E DA ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR NOS ANOS 60 E PRINCÍPIOS DOS ANOS 70

Em consequência do desenvolvimento económico e da necessidade de formar pessoal qualificado para responder a este desenvolvimento, assiste-se à implementação de vários projectos com o objectivo de erradicar o analfabetismo, salientando-se neste capítulo, a política de investimento na educação com a integração de Portugal no *Projecto Regional do Mediterrâneo* (Bruto da Costa, 1981), apoiado pela OCDE, que englobou outros países do Mediterrâneo .

Esta realidade tem implicações na forma como se vai perspectivar a *acção social nas escolas*, verificando-se a partir de 1964 com o ministro Galvão Teles, a definição em texto legal, da *Acção Social Escolar*, que passa a ser *encarada pelo Estado* como uma *política de educação*, fazendo-se neste capítulo, uma analogia com a assistência escolar nas escolas, trabalho desenvolvido pela Obra das Mães pela Educação Nacional e pela Mocidade Portuguesa.

Aborda-se ainda a reforma de Veiga Simão em 1971, na qual a educação passa a perspectivar-se como factor de igualdade de oportunidades para todos e de mobilidade social, orientada para um processo de democratização em geral, com intenção de uma expansão do sistema de ensino e da acção social escolar.

## 1. As Políticas de Educação, a partir dos anos 50

A educação em Portugal caracteriza-se por avanços e recuos e a Constituição de 1933, resultante do golpe de Estado de 1926, que vai legitimar o “Estado Novo,” altera a legislação sobre *educação e instrução*, transferindo a responsabilização da educação do Estado para a família, com uma forte influência da Igreja. Parte do princípio de que o desenvolvimento dos povos se faz sobretudo através da educação ministrada pelas famílias, privilegiando a *escola*, a formação do homem "submisso" que estes princípios nacionalistas exigiam. A educação assume assim, uma preocupação de *formação do carácter do indivíduo* e não apenas um processo de aprendizagem e de massificação da escolaridade.

A *cultura* no Estado Novo era desvalorizada, defendendo-se que quanto mais ignorante fosse o povo, mais feliz seria, bastando-lhe saber ler e escrever. Nesta sequência, reduz o ensino primário de quatro para três anos, proíbe a coeducação e elimina o ensino primário complementar. O ensino primário, supõe a estratificação social<sup>8</sup> procurando «vivificar o lugar que cada um ocupa na ordem social, através de uma dimensão integradora, que fomenta a coesão moral e o respeito pelas hierarquias vigentes. A apropriação do património escolar deve fazer-se no sentido de fertilizar a situação presente, e não de alimentar pretensões quanto a uma mudança de posição social. Os programas do ensino e as estratégias pedagógicas promovem a adesão a normas e a valores coerentes com esta atitude» (Fernando Rosas; J. M. Brandão de Brito, 1996:303). Fomenta-se um ensino elitista, contemplando-se o ensino liceal com medidas que visem a

---

<sup>8</sup> Nesta linha controla-se o crescimento do sistema de ensino *no Estado Novo* pela *manutenção de um sistema elitista*, claramente estratificado do ponto de vista social, com patamares bem definidos entre o primário, o secundário e o superior, pela recusa da *escola única*, tendo-se em conta o encaminhamento de cada aluno segundo as suas «aptidões naturais» e, pela imposição de separação dos sexos nos vários níveis de ensino Cf. António Barreto e M<sup>a</sup> Filomena Mónica, *Dicionário de História de Portugal*, volume IX, p. 592.

ascensão de elites publicando-se em 1931, com Gustavo Cordeiro Ramos, o Estatuto do Ensino Secundário que garanta a disciplina escolar e a inculcação de valores do regime (Alcina Martins, 1999 ).

Das medidas redutoras e limitadoras no Estado Novo, na década de 30, *passa-se a um esforço de valorização da educação na década de 50*, pela necessidade de enquadrar a política de educação com o crescimento económico e industrialização do país e, o ensino «onde todas as alterações sociais se repercutem ruidosamente, teve de ser revisto para satisfação desse mundo novo onde saber ler, escrever e contar era cultura irrisória que em pouco sobrelevava de analfabeto total» (Rómulo de Carvalho, 1986:794). A partir dos anos 50, assiste-se à *implementação de inúmeros projectos*, com a preocupação de *formar pessoal na área de planeamento e da administração da educação*, tendo colaborado nestas iniciativas os organismos internacionais como a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), confiantes na correlação entre a qualificação da mão de obra e o crescimento da economia.

As estatísticas da Unesco em 1950, «referem uma percentagem de analfabetos na ordem dos 44%, o que coloca Portugal no último lugar Europeu, a larga distância dos restantes países» (A. Barreto, M<sup>a</sup> Filomena Mónica, 1999:593). O Ministro Pires Lima, procura dar um novo impulso à extinção do analfabetismo e um incentivo à frequência da escola, promulgando em 27 de Outubro de 1952, através do Dec. Lei nº 38 968 um *Plano de Educação Popular*, cujo primeiro objectivo é o de «tornar exequível o princípio da escolaridade obrigatória» (A. Barreto, M<sup>a</sup> Filomena Mónica, 1999:785). Nesta altura propõe-se também uma

*Campanha Nacional de Educação de Adultos* (que envolve não só as crianças no grupo etário correspondente à instrução primária - dos 7 aos 12 anos, mas também os adultos) e *Cursos de Educação de Adultos*. Esta campanha pretende não só «transmitir aos analfabetos os rudimentos da leitura, da escrita e do cálculo, mas ainda contribuir para a educação geral do povo» (Ibidem, 787).

A luta contra o analfabetismo e o alargamento da escolaridade obrigatória para quatro anos, primeiro para os rapazes em 1956 e, depois para as raparigas em 1960, vem reflectir a necessidade de formar pessoal qualificado, para ir ao encontro do desenvolvimento económico e industrial do país, tornando-se este o objectivo prioritário da educação, em relação ao ensino como «sistema de inculcação ideológica» (António Barreto e M<sup>a</sup>. F. Mónica, 1999).

## **2. A correlação entre educação e economia nos anos 60**

Apesar da concretização de projectos no sentido da extinção do analfabetismo e do incentivo à escolarização a partir de 1950, um estudo da UNESCO referente ao ano de 1960, revela que, no que diz respeito às despesas com o ensino, Portugal aparece nos últimos lugares de uma lista de 72 países, com apenas 1,9% do Produto Nacional Bruto consagrado às despesas com o ensino, não tendo o Estado Novo acompanhado o esforço em investimento financeiro nesse sector,<sup>9</sup> como o fizeram a maioria dos outros países da Europa no pós-guerra, o que originou atrasos e estrangulamentos no nosso sistema educativo (António Barreto e M<sup>a</sup> Filomena Mónica, 1999:592).

---

<sup>9</sup> Na linha de orientação dos I e II Planos de Fomento (1953-58 e 1959-64) a área de educação e investigação «foi apenas contemplada com dotações para a construção de escolas destinadas ao ensino técnico profissional e para trabalhos de investigação aplicada a realizar por instituições com vocação tecnológica, como o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e o Instituto Nacional de Investigação Industrial» Cf J. M. Protes da Fonseca, “Gestão do Sistema de Ensino” in *Sistema do Ensino em Portugal*, p. 122

A evolução da sociedade portuguesa, no que diz respeito à estrutura social e ao mercado de trabalho, provocou a *partir da década de 60*, uma abertura do ensino a novos grupos sociais e registou-se uma expansão escolar. O contributo da educação para o crescimento económico é expresso pela ONU (1961:32,33) em citação de Bruto da Costa (1981:564, 565) da seguinte forma: «a educação é um meio de promover atitudes e comportamentos favoráveis ao desenvolvimento, ou dito de outra forma, de transformar padrões culturais que entravam a inovação requerida pelo crescimento económico; por outro lado, o sistema educativo e a formação profissional têm um papel relevante para que os indivíduos (mão-de-obra) possam munir-se de aptidões e qualificações necessárias à economia».

Também o aparecimento da televisão de massas em Portugal, em meados dos anos 60, bem como o acesso cada vez maior às notícias nacionais e internacionais, contribuíram para que a classe operária e pequena burguesia urbana visse na educação, uma forma de realizar as suas aspirações e um meio de entrar no sistema político.

O primeiro passo para a *interligação da Escola com a Economia* foi dado em 1959, com o Ministro Leite Pinto, através de um projecto que denominou, *Plano de Fomento Cultural*, necessitando para o efeito *não só de técnicos mas de meios financeiros* que ultrapassavam as possibilidades do país. Pediu apoio à OCDE, tendo sido integrado no *Projecto Regional do Mediterrâneo* (PRM) que se estendeu a outros países do Mediterrâneo, (Portugal, Espanha, Itália, Jugoslávia, Grécia e Turquia), «atrasados, como nós, nos mesmos aspectos educacionais» (Rómulo de Carvalho, 1986:795). O seu lançamento coincidiu com a conferência

realizada em Washington, em Outubro de 1961 «sobre políticas de crescimento económico e de investimento no ensino», representando o PRM um dos *instrumentos políticos que mais influência teve na expansão educacional, que pretendia introduzir a prática de planeamento no sector da educação de acordo com as necessidades económicas e sociais de cada país.*

Numa *primeira fase*, visou o *planeamento educacional a longo prazo, em termos globais* e que consistiu por um lado, na descrição quantitativa da estrutura escolar na década de 50, e por outro, numa previsão das frequências escolares e dos recursos humanos e materiais, numa perspectiva das necessidades futuras em pessoal qualificado ( Rui Grácio e J.M. Protes da Fonseca, 1981).

No ano em que se determina a escolaridade obrigatória de 6 anos,<sup>10</sup> como resultado das pressões feitas pela Europa, o *Projecto Regional do Mediterrâneo*, (PRM) elaborado pelo grupo de trabalho do Centro de Estudos de Estatística Económica *com a colaboração técnica da OCDE*, foi tornado público em 26 de Abril de 1964, mas iniciado efectivamente em Março de 1965, com a autorização do Ministro Galvão Teles, que deu continuidade ao processo começado por Leite Pinto (Bruto da Costa, 1981:795).

Numa *segunda fase*, este projecto procedeu à *concretização de experiências de Orientação Educacional*, em Escolas do Ensino Secundário, que *visavam a regionalização dos objectivos globais* calculados na 1ª fase, confiando a sua execução a uma equipa integrada no Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa (GEPAE), criado nesse ano de 1965, experiências estas, em que colaboraram Assistentes Sociais, que iremos abordar noutra capítulo.

---

<sup>10</sup> O Dec. Lei nº 45 810 de 9 de Julho de 1964, que promulga a escolaridade obrigatória de 6 anos, transfere novamente a responsabilidade da educação escolar para o Estado e a educação começa a realizar-se essencialmente nas escolas públicas, passando a designar-se por *ensino básico*, consequência da adopção das ideias desenvolvimentistas no país.

Estes projectos *de planeamento educativo*,<sup>11</sup> além de alertarem para a necessidade de valorização do «capital humano com vista ao desenvolvimento económico», chamam a atenção, por outro lado, para as carências, distorções e atrasos do sistema educativo, salientando-se «a consciência pública para a importância das políticas de ensino numa estratégia de desenvolvimento global» (Rui Grácio, 1981:661).

O ministro Galvão Teles, numa comunicação aos órgãos de informação em Abril de 64 sobre “O PRM e outros temas de educação” afirmou que a «economia será, em grande parte o que for o homem, e este será, também em larga medida, o que dele fizer a educação»,<sup>12</sup> verificando-se um paralelismo com «a visão cristã de desenvolvimento» defendida na Carta Encíclica “*Populorum Progressio*” de S.S. Paulo VI, onde se lê que «o desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento económico. Para ser autêntico deve ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo»<sup>13</sup> e, noutra passagem «o crescimento económico depende, em primeiro lugar, do progresso social. Por isso a educação de base é o primeiro objectivo de um plano de desenvolvimento».<sup>14</sup>

Nesta época, em que se procedia a uma reforma estrutural do ensino, Galvão Teles, por outro lado e, no sentido de acautelar os perigos latentes das reformas em projecto, fez publicar dois Decretos<sup>15</sup> para o ensino de religião e

---

<sup>11</sup> O Ministro Galvão Teles, numa comunicação através da E.N. e R.T.P. em Junho de 1963, sobre “Planeamento da Acção Educativa (Método)” aponta para a necessidade de “coordenação entre a planificação nacional e a planificação económica, atendendo designadamente a que a primeira, visando aumentar a qualidade e o rendimento do ensino, dentro dos recursos de que possa dispor-se em dinheiro e em pessoas, representará importante contributo para o desenvolvimento económico e social do país, através de fecundos investimentos no mais valioso dos capitais, que é o humano.” Cf. Inocêncio Galvão Teles, *Temas de Educação*, p. 69 e 70

<sup>12</sup> Cf. Inocêncio Galvão Teles, *Temas de Educação* p. 147

<sup>13</sup> “*Populorum Progressio*” de S.S. Paulo VI, parágrafo 14

<sup>14</sup> *Ibidem*, parágrafo 35

<sup>15</sup> Um decreto datado de 25 de Agosto de 1965 para o ensino primário em que nos “termos da Concordata celebrada, em 1940 entre Portugal e a Santa Sé, «o ensino ministrado pelo Estado nas escolas públicas será orientado pelos princípios da doutrina e da moral cristãs, tradicionais do país» e o segundo Decreto datado de 26 de Novembro de 1966, refere-se ao 1º

moral, conservando assim, «a raiz doutrinária implantada no mais profundo da consciência política mantida e defendida pelo regime de Salazar» (Rómulo de Carvalho, 1986:799).

A UNESCO, que colaborara nas questões relacionadas com a gestão e planeamento no sector educativo, vai suspender em 1968, toda a ajuda a Lisboa, até que «as autoridades portuguesas renunciem à sua política de dominação colonial e de discriminação racial» (Joaquim Vieira, 2000:35), retomando conversações com Portugal, só após o período da Revolução de Abril de 1974.

### **3. Da assistência escolar à definição legal da acção social escolar nos anos 60**

No período do Estado Novo a Acção Social é confiada à Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN) criada pelo D.L. nº 26 893 de 15 de Agosto de 1936, através do então Ministro da Educação Nacional António Carneiro Pacheco, traduzindo-se por uma *assistência casual* aos alunos mais carenciados, destinada a «estimular a acção educadora da família e assegurar a cooperação entre esta e a escola» e, era-lhe confiada a finalidade específica de «dispensar aos filhos dos pobres assistência necessária para que possam cumprir a obrigação de frequentar a escola, designadamente pela instituição de cantinas, pela distribuição de livros e pelo fortalecimento das caixas escolares». <sup>16</sup>

---

Ciclo do ensino liceal e ao Ciclo preparatório do ensino técnico, onde se explicita que o programa da disciplina da religião e moral foi concebido para evitar «os perigosos resultados do emprego dos conhecimentos científicos e das conquistas da técnica, quando feitos à margem da religião e moral reveladas». Cf. Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal*, p. 799 e 780

<sup>16</sup> Cf. D. L. nº38 968 de 27 de Outubro de 1952, secção IV, nº 31 – *Assistência Escolar*, p. 1. 075



O trabalho da OMEN<sup>17</sup> assentava inicialmente no voluntariado das mulheres de classes abastadas e católicas, que ajudariam mulheres operárias e da pequena burguesia na gestão doméstica, educação de crianças mediante um trabalho de cariz marcadamente *doutrinário, moral e religioso, educativo e nacionalista* e as acções de tipo assistencialista, constituíam um meio para alcançar aquele fim educativo. A sua acção educativa difundia-se desde a *acção social, acção maternal, cantinas escolares e famílias numerosas*.

“A *acção social* desenvolvia-se nos postos de puericultura, nos lactários e nos centros de serviço social que, além de fornecerem assistência, se dedicavam à educação moral e familiar da mulher orientando-a para a sua missão de dona de casa, de educadora dos filhos e de companheira do marido. A *acção maternal*, exercida através da assistência domiciliária às parturientes, era mais do que um auxílio, segundo Maria Guardiola, porque enfrentava problemas como o enfraquecimento dos lares familiares, a protecção à natalidade, a luta contra a mortalidade infantil e a reintegração da moral cristã no lar. As *cantinas escolares* também não cabiam no campo da assistência, pois o seu espírito era «moralizar e educar». Quanto à subsecção *famílias numerosas*, também tinha um objectivo social e moral e era, tal como as Semanas da Mãe e as exposições de berços e enxovais, um meio para exaltar a família, a maternidade e para impor um novo conceito de «justiça social» (Irene Pimentel, 2000:150).

As cantinas criadas pela OMEN funcionaram paralelamente com a intervenção do Estado e com doações de “benfeitores”, quer na construção quer

---

<sup>17</sup>A partir da publicação do 1º Estatuto da Assistência Social em 1945, a Obra das Mães fica com poucos apoios estatais e já sem ligação com a Defesa da Família que passa a Instituto de Apoio à Família (IAF), uma das secções da Assistência Social que vai fazer a cobertura dos Centros relacionados com a assistência à família, diminuindo assim progressivamente o campo de acção assistencial da OMEN, mudando a sua acção para o meio rural, através dos centros de formação familiar e rural.

na sua manutenção, a favor de crianças pobres do ensino primário, com o objectivo de fomentar a matrícula e de regularizar a frequência escolar, passando os *Serviços de Saúde Escolar* a ter um papel importante não só na fiscalização da higiene nas cantinas e exame médico do pessoal e dos alunos, mas também na fixação de normas de alimentação racional, por se reconhecer que «o estado de nutrição da criança é factor essencial da sua saúde física e da sua receptividade intelectual».<sup>18</sup>

É também criada, pelo Ministro da Educação, António Carneiro Pacheco, a Mocidade Portuguesa, através da Lei de Bases de 11 de Abril de 1936 na dependência da OMEN, que é igualmente uma organização nacional pré-militar de carácter obrigatório e que abrangia toda a juventude escolar, para «que estimule o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à pátria que a coloque em condições de poder concorrer eficazmente para a sua defesa» – Base XI (Luís Torgal, 1996:439).

A Mocidade Portuguesa, na dependência da OMEN, além de proporcionar a prática de várias modalidades desportivas e a participação em campeonatos desportivos entre escolas, proporciona a experiência em acampamentos nos períodos de férias. A Mocidade Portuguesa Feminina, que surge em 1937, centra as suas acções nas actividades relacionadas com a economia doméstica e também colabora em actividades físicas, mas no sentido do culto do corpo.

Todas estas acções têm em vista a *formação do carácter, o espírito de camaradagem e a consciencialização das responsabilidades* de acordo com a Lei de Bases, que cria esta organização nacional e pré-militar.

---

<sup>18</sup> Cf. D. L n.º38 968 de 27 de Outubro de 1952, secção IV, n.º 31 – *Assistência Escolar*, p. 1.076

A nível do ensino secundário a publicação dos Estatutos do Ensino Liceal e Técnico Profissional, prevêem a *concessão de isenção de propinas* aos alunos com regular aproveitamento, bom comportamento e que não tenham recursos suficientes para suportar os encargos das propinas (artigo 405º do Decreto nº 37029 de 25 de Agosto de 1948), com limitação percentual na sua atribuição, só mais tarde alargada pela Portaria nº 260/72 de 10 de Maio. Também previam *concessões de bolsas de estudo* a alunos com carências económicas e com bons resultados escolares, tratando-se de um «tipo de acção com um sentido muito diferente dos actuais subsídios de estudo do ensino preparatório e secundário: enquanto estes visam uma escolarização maciça, aquelas destinavam-se a apoiar o aluno excepcional, proveniente de um meio social com maiores carências, ou que por outros motivos (orfandade etc.) se visse privado do apoio familiar» (A. Caldeira Cabral, 1981:449).

Por volta de 1964, é com o ministro Galvão Teles, que *surge e se procura definir* em diplomas legais a expressão *Acção Social Escolar (ASE)* e para o efeito, nomeou uma Comissão presidida por Baltazar Rebelo de Sousa, para fazer «uma análise exaustiva dos meios existentes e propostas de reestruturação e desenvolvimento de acções em todos os níveis de ensino» (A. Caldeira Cabral, 1981:45)

O relatório elaborado por esta Comissão, sobre “Acção Social Escolar,” considera como «integrando o conceito de acção social escolar aqueles aspectos da acção educativa que se situam à margem da acção escolar propriamente dita, e que visam especificamente finalidades de ordem social», recortando-se ainda dentro deste «duas acepções de acentuada autonomia:

a) a que se caracteriza pela tonalidade *assistencial* e tem em vista corrigir os desvios que podem afectar a igualdade de oportunidades que devem ser proporcionadas a todos, na medida dos seus méritos, para a valorização cultural e preparação profissional»;

b) a que se caracteriza pela tonalidade *pedagógica* e tem em vista fomentar dentro da Escola condições que assegurem a mais completa rentabilidade do ensino e da aprendizagem, e, por outro lado, fomentar a integração do estudante na comunidade social e histórica em que vive» (A. Caldeira Cabral, 1981:452);

Neste relatório são excluídas do âmbito de ASE, a saúde escolar, a orientação escolar e a “recuperação de diminuídos” (hoje, educação especial), por exigirem planeamento, organização e metodologia própria, embora se considere a nível conceptual como uma hipótese ideal de ASE.

Na realidade não veio a acontecer esta exclusão, e no discurso do Ministro Galvão Teles, na inauguração dos Serviços Sociais da Universidade de Lisboa (22 de Fevereiro de 1967), ficam englobadas na ASE, a saúde escolar, a assistência médica medicamentosa, o seguro na doença e a orientação vocacional, chamando a atenção para a *função educativa* que esta deve ter, e que virá mais tarde a fazer parte do preâmbulo da criação do Instituto de Acção Social Escolar, mesmo porque já eram evidentes as pressões exteriores, para que se criassem condições para uma efectiva igualdade de oportunidades, de acesso ao ensino.

Também em 1966, o Ministro Galvão Teles procede à reforma da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina, a cuja organização foi atribuída a orientação e controle de *toda a acção social escolar*, ficando restrita nesta

remodelação a sua acção à superintendência nas *actividades circum-escolares*,<sup>19</sup> à acção social escolar e à promoção da ocupação de tempos livres da juventude não escolar.

Numa panorâmica geral, verifica-se que a reforma a que se procede em 1966, visa o lançamento de acções com efectiva dotação de verbas no ensino superior<sup>20</sup> e procura iniciar uma coordenação e apoio a actividades do ensino secundário; não toca no ensino primário; procede a reestruturações parciais, o que leva Galvão Teles, no discurso atrás citado, que «em coroamento do edifício falta um organismo central que(...) deverá um dia ser instituído» (A. Caldeira Cabral, 1981:454).

#### **4. A democratização do ensino e a reforma de Veiga Simão**

Portugal é um país de capitalismo semiperiférico em que predominou o intervencionismo “estatista” com centralização de poderes, incluindo nas políticas educativas universais<sup>21</sup> (Boaventura de Sousa Santos, 1985).

A “*batalha da educação*”, torna-se um dos símbolos do período de liberalização económica e «tudo se conjuga pois, para que a batalha de educação que se trava neste país, seja decisiva para a verdadeira e autêntica independência nacional, a qual, se medirá, sem dúvida, pela capacidade de diálogo e realização de cada povo, em pé de igualdade com outros povos.

A soberania nos tempos de hoje assenta solidamente na educação, podendo dizer-se que quanto mais culto for um povo, mais livre e mais senhor será dos seus destinos. É nestes precisos termos que temos de equacionar a

---

<sup>19</sup> Estas actividades continuam ser obrigatórias para os alunos da instrução primária, do 1º Ciclo do ensino Liceal e do Ciclo Preparatório do ensino técnico profissional. Cf. Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, p. 801

<sup>20</sup> Na sequência da crise académica de 1961/62, sucedem-se vários diplomas que estruturam a acção social universitária

<sup>21</sup> A Lei Orgânica do Ministério da Educação considerou no domínio das coordenadas mestras da política educativa nacional o III Plano de Fomento ( capítulo X «Educação e Investigação» ).Cf D.L.nº 408/71 de 27 de Setembro

batalha decisiva a que se refere o Presidente do Conselho e que será a batalha de todos, por todos os portugueses»<sup>22</sup> (J. Veiga Simão, 1973:158, 159).

Esta “batalha da educação” culminou com a reforma de Veiga Simão em 1971<sup>23</sup> de *democratização do acesso ao ensino e de igualdade de oportunidades, independentemente das condições sociais e económicas de cada um e pelo seu mérito.* «É caracterizada para além de outros aspectos, por dois eixos fundamentais: expansão do sistema escolar e tarefas da acção social escolar» (José Veiga Simão, 1973:275).

*Esta democratização, segundo Stoer, é iniciada pela introdução da educação pré-escolar, abertura de muitas escolas de diferentes graus de ensino, aumento da escolaridade obrigatória, aumento da acção social na escola (isto é, o programa de bem estar social da escola), início de diversas experiências pedagógicas por todo o país, a formação de professores, o desenvolvimento do ensino nocturno e a expansão da formação e preparação de técnicos especializados para dar resposta à evolução industrial.*

Na expansão/explosão e democratização - *massificação do ensino* - que se verifica com a reforma de Veiga Simão a partir de 1970, as mulheres passam também, a ter um acesso generalizado à educação formal e a desenvolver uma consciencialização dos seus direitos e do seu lugar na sociedade, começando a ter um papel mais activo na reivindicação desses mesmos direitos. Estas medidas, acarretam *aumento dos custos com a educação escolar*, o que *desencadeia polémicas e debates sobre os efeitos da educação no desenvolvimento económico.*

---

<sup>22</sup> Palavras, proferidas, pelo próprio ministro Veiga Simão no acto de posse do novo Subsecretário de Estado da Administração Escolar, Prof. Engº Abreu Faro, em 24 de Maio de 1971

<sup>23</sup> A L. e. n.º 5 /73 de 25 de Julho aprova as bases a que deve obedecer a reforma do sistema educativo, in “*A Reforma do Sistema Educativo*,” Divisão de Documentação, Secretaria Geral, Ministério da Educação Nacional, 1973

Theodore W. Schultz (citado por E. L. Pires, A. Sousa Fernandes, J. Formosinho, 1991:49) economista da educação norte americana, difundiu uma visão optimista sobre os efeitos dos investimentos na educação «o processo de aprendizagem de técnicas, capacidades e conhecimentos através da educação devia ser considerado não como uma mera forma de consumo, mas como um investimento produtivo.....» pois que «o investimento no capital humano não só aumenta a produtividade individual, mas ao fazê-lo prepara a base técnica do tipo de força de trabalho necessária para um rápido crescimento económico».

Também Heins Weiler (citado por Stoer, 1982:30) explicitou algumas das noções em que se baseavam os objectivos do planeamento educacional do capital humano «o papel da educação é contribuir para o desenvolvimento económico pelo preenchimento das necessidades humanas do mercado de trabalho».

Face às necessidades de desenvolvimento afirmadas, começa a ganhar sentido a ideia de que «era fundamental estar toda a população suficientemente escolarizada, pois só deste modo a sua contribuição seria funcionalmente útil para os processos de desenvolvimento» (E. Lemos Pires, A. Sousa Fernandes, João Formosinho, 1991:86), *com vista ao aumento da produtividade e preparação de técnicos e especialistas necessários para um rápido crescimento económico* e assim, e em «termos de desenvolvimento nacional, ensino queria dizer desenvolvimento económico» (Stephen Stoer, 1986:85), promovendo-se uma expansão qualitativa e quantitativa dos sistemas de ensino na década de 60 e 70.

*Esta política foi assumida e aplicada pelo Banco Mundial, FMI, OCDE,* assim como pelas políticas educativas quer dos países desenvolvidos, quer do Terceiro Mundo e o *Banco Mundial* aparece ligado ao lançamento e financiamento

do ensino superior de curta duração, com o objectivo de *criar um capital humano*, centrado numa formação prática e especializada, direccionado para a capacidade produtiva.

Poder-se-á dizer que é uma reforma preocupada com a *mobilização dos recursos educacionais com intenção de promover o desenvolvimento económico e a modernização do país*, supondo-se que esta modernização iria permitir responder à contestação estudantil, difícil de controlar nesta altura, constituindo também uma oportunidade de melhorar a situação geral da população portuguesa.

Também o *princípio de igualdade* expresso na reforma, representa uma *intenção económica* (Stephen Stoer, 1982) e a educação é vista como uma “mercadoria”<sup>24</sup> onde se verifica competição, pretendendo-se que os indivíduos possam competir de uma forma mais justa passando a *certificação escolar* a ser considerada um elemento individual importante, para ascensão e mobilidade social, com base no critério da meritocracia, que a anterior ordem social baseada no nascimento e herança, tornava mais difícil.

Revela-se mais viável no *mercado de trabalho*, se o *conhecimento estiver certificado e se for especializado*, constatando-se aqui um certo paralelismo com a burocracia ideal de Max Weber caracterizada pela «maximização da racionalidade, pela especialização, pela hierarquia e responsabilização, tudo no interesse da eficiência» em articulação com a tecnologia gerencial de Thernborn em que a «eficácia do produto é o critério de sucesso», que no caso da educação tem a ver com resultados educacionais bem sucedidos (Roger Dale, 1988:25, 26).

---

<sup>24</sup> Finn, Grant e Johnson, 1977, citado por Stephen Stoer, in *Educação, Estado e desenvolvimento em Portugal*, p. 31  
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA - ESAE



Por outro lado, ao identificar «as necessidades de educação, como consumos colectivos, universais e socialmente hierarquizáveis e de cujo grau de satisfação depende a funcionalidade de uma dada organização económica, pode ser um critério de natureza técnica perfeitamente adequado (e aperfeiçoável) ao planeamento sócio-económico, à gestão do bem comum; mas é um processo que nada elucida sobre a determinação ou evolução dessas mesmas necessidades sociais, deixando escamoteado um vector importante na mudança social: a dinâmica da procura individual e colectiva das sua satisfação» (Teresa Ambrósio, 1985:1025), com implicações no processo de mudança social e reflexos nas aspirações individuais.

O que se verificou, é que a reforma de Veiga Simão ao pretender democratizar um ensino, num país que o não era, em vez de resolver contradições, contribuiu ainda mais para desacreditar a credibilidade dos princípios corporativistas, já muito desacreditados (Stephen Stoer, 1986).

Igualmente a nova definição de educação, como contributo para o desenvolvimento económico teve efeitos contraditórios, não se verificando equivalência entre o desenvolvimento económico e a educação. Também não vai corresponder «nem às expectativas da melhoria das condições de vida das populações nem a um desenvolvimento harmonioso, em termos globais, contribuindo ao invés, para gerar assimetrias quer a nível geográfico quer em termos sociais» (Ana Isabel Madeira e Mário Ribeiro, 1996:301), tendo sido o motor para a manifestação do descontentamento da população em geral, provocando no parecer de Stoer (1986) uma “ruptura” inevitável, preparando caminho para o Golpe Militar de 25 de Abril de 1974.

## CAPÍTULO III

### SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL

Neste capítulo analisam-se como se concebe o Serviço Social e o Serviço Social em Portugal na sociedade dos anos 60, em que as modificações verificadas aos níveis económicos e sociais vão ter *consequências* nas alterações ao nível da *formação em Serviço Social, na mudança de direcção nas práticas* profissionais dos Assistentes Sociais, destacando-se a participação do Serviço Social em planos de desenvolvimento e promoção comunitária, e *nas transformações sindicais e reflexos no Sindicato Nacional dos profissionais de Serviço Social*, que representa um importante pólo sócio-político e profissional.

#### 1. A profissão de Serviço Social na sociedade capitalista

No último quartel do século XIX, o *Estado* vai fazer frente à *questão social* assumindo uma *acção centralizadora* através de *políticas sociais públicas*<sup>25</sup>, para concretizar direitos sociais e económicos, estabelecendo não só a *regulamentação jurídica do mercado de trabalho* (direito à greve, redução da jornada de trabalho, o descanso semanal, o trabalho de menores e de mulheres, os seguros sociais obrigatórios, acidentes de trabalho, invalidez, velhice, doença...), mas também gerindo a *organização e prestação de Serviços Sociais*, como uma forma de combater, por um lado, a pobreza cada vez maior da classe

---

<sup>25</sup> Entende-se por política social, um tipo de política pública que diz respeito a todos, implicando uma reciprocidade entre Estado e sociedade e refere-se a um programa de acção que visa atender necessidades sociais que implica uma decisão colectiva, dirigida e apoiada por leis impessoais e objectivas que são uma garantia de direito Potyara A.Pereira, *Concepções e Propostas Políticas em Curso: tendências, perspectivas e consequências*, p. 1

trabalhadora urbana e, por outro, como forma de manter a produtividade necessária ao desenvolvimento do capital.

Os Serviços Sociais representam assim, por um lado as conquistas da classe trabalhadora na luta pelo reconhecimento dessa cidadania e, por outro, o Estado e as entidades patronais ao assumirem as reivindicações da classe trabalhadora (direito à educação, saúde, habitação, cultura...) devolvem aos trabalhadores, sob a forma de *benefícios sociais ou serviços*, parte do valor da riqueza criado pelos trabalhadores, que aparecem como uma *doação* do Estado ou empresa privada, como expressão da sua face humanitária (Marilda lamamoto, 1998).

O conceito de profissão não existiu sempre, e é um fenómeno da sociedade moderna dos finais do século XIX e princípios do século XX, *surgindo as profissões sociais no quadro do processo de industrialização* e o Serviço Social enquanto *produto histórico*, adquire sentido e inteligibilidade no contexto histórico da sociedade onde está inserida. É neste contexto histórico que o Serviço Social surge como *profissão na divisão social do trabalho e na linha da psicologização e individualização dos problemas sociais*, deslocando-se para o indivíduo a responsabilização dos problemas sociais, o que vai exigir um novo tipo de socialização do trabalhador e também da sua família, com o objectivo de *adaptação ao novo modo de vida capitalista* e aos *métodos* do trabalho industrial, *de modo a que o capital mantenha o controlo da classe trabalhadora*.

Assim, na condição de cidadãos, temos por um lado, a afirmação da *liberdade individual e da igualdade de todos os homens perante as leis* com direitos e obrigações e, por outro, a *desigualdade resultante da organização da*

*sociedade com classes sociais distintas assentes na relação de poder e exploração* pelo que, a noção de *cidadania e igualdade*, tem as classes sociais em confronto, a coexistir numa relação desigual, tanto do ponto de vista económico como político e «os direitos sociais têm por justificação a igualdade, embora o seu fundamento seja a desigualdade de classes» (Marilda lamamoto, Raúl de Carvalho, 1993:91).

As relações sociais surgidas neste processo reproduzem e reforçam as contradições básicas da sociedade capitalista, contradições inerentes à relação capital-trabalho na óptica da classe dominante e não dos trabalhadores, que exigem profissionais especialmente qualificados para o seu atendimento, «segundo os parâmetros de “racionalidade” e “eficiência” inerentes à sociedade capitalista» (Ibidem:77).

O Assistente Social que aparece vinculado a organismos públicos e privados como um *profissional “assalariado,”* pago pelo Estado ou Empresas, para *implementação de políticas sociais,* face à *necessidade de regulação da produção e do trabalho* e seu significado social, só pode ser compreendido considerando esta característica .

Nesta panorâmica geral, o Serviço Social poder-se-ia caracterizar como uma «tecnologia social» e o profissional como um técnico, cuja actuação é mediatizada pela prestação de serviços sociais em Instituições que implantam políticas sociais (Ibidem: 89-90).

A razão de ser do Assistente social era a *intervenção social* ao qual cabia operar, intervir, agir, actuar, encontrar soluções adequadas a uma determinada situação nas sequelas da *questão social*. Também grande parte dos próprios

profissionais se identifica, segundo Paulo Netto (1995:12) como um “profissional da prática” e o Assistente Social surge como um *prestador de serviços*, um técnico que lida com os usuários dos Serviços Sociais «um agente executivo terminal de políticas sociais sectoriais».

Mas, se por um lado o Assistente Social na condição de assalariado, tem de responder às exigências da entidade que contrata os seus serviços, por outro lado, *ele dispõe de uma certa autonomia* no exercício das suas funções institucionais, pelo que é «co-responsável pelo rumo imprimido às suas actividades e pela forma de conduzi-las» (M. lamamoto, R. de Carvalho, 1993:121), podendo a *indefinição existente das suas funções, contribuir* para uma *redefinição das suas estratégias* de trabalho.

Isto supõe uma reflexão crítica sobre o *carácter político da prática profissional*, como condição para o estabelecimento de uma estratégia teórica-prática, que legitima esse exercício profissional para atender aos interesses divergentes de ambas as partes em conflito, a classe dominante e as populações, podendo o Assistente Social encontrar *estratégias*, pelo que é importante possuir um conjunto de saberes, que lhe proporcionem o conhecimento das habilidades profissionais para atender os interesses de ambas as partes, capital-trabalho.

Torna-se *importante o Serviço Social compreender a heterogeneidade e complexidade destas relações sociais*, para fortalecer o poder dos dominados e intervir para um fortalecimento dos usuários e mudança de trajetórias (Marilda lamamoto, 1998).

## 2. O Serviço Social na sociedade portuguesa antes de 25 de Abril de 74

As alterações sociais e económicas verificadas na sociedade portuguesa a partir dos anos 60, vão-se reflectir no Serviço Social com uma mudança na formação, já iniciada em 1956 com a introdução das Ciências Sociais e abordagens comunitárias, segundo o modelo de Serviço Social Clássico, tendo por base valores católicos mais modernizantes, na linha dos direitos humanos.

Com vista a acelerar o desenvolvimento das regiões obsoletas as Assistentes Sociais participam em *Equipas Interdisciplinares de Planeamento Social* e motivam as populações para uma participação no progresso económico, social e cultural do homem e da sociedade, criando-se assim, condições para uma mudança de rumo da profissão, procurando-se uma intervenção *mais científica e técnica*. É um período marcado pela movimentação da classe pela sua autonomia e por mudanças profissionais, laborais e de regulamentação profissional.

### 2. 1. A formação e as Escolas de Serviço Social

A formação em Serviço Social vai reflectir as inflexões sociais e económicas dos anos 60, com uma *progressiva vinculação do Serviço Social às Ciências Sociais e ao Desenvolvimento Comunitário*,<sup>26</sup> o que *vai exigir dos Assistentes Sociais novas competências a nível de planificação, estudo e investigação das com unidades e a formação académica vai reforçar a metodologia do Trabalho*

---

<sup>26</sup> Em 1956, pelo Decreto –Lei nº 40 678 de 10 de Julho, que insere disposições ao funcionamento de escolas destinadas à formação de assistentes sociais, de auxiliares familiares e de monitoras familiares refere no ponto 1 a necessidade de introduzir certas “alterações destinadas principalmente a conseguir uma correspondência mais perfeita às exigências da evolução social portuguesa, que, semelhantemente à de outros países, reclama cada vez maior incremento às actividades de grupo, educativas e culturais, aos movimentos de organização das comunidades e aos estudos de carácter sociológico em que essas actividades e movimentos forçosamente têm de basear-se,” apesar deste conteúdo não ter sido revertido no constante da Portaria que regulamenta o Plano de Estudos.

*Social Norte Americano, e o conhecimento das Ciências Sociais numa linha pragmática.*

*Reforça-se a ideia de que a investigação era apanágio de outros profissionais e não do Assistente Social* pelo que, «o carácter potencial de algumas práticas de assistentes sociais era assim minimizado, não se traduzindo ao nível institucional em propostas da investigação integrar as funções profissionais, tanto mais que as Escolas não qualificavam para este tipo de trabalho, não se podendo separar este facto, do fraco desenvolvimento do conhecimento e da investigação das ciências sociais, no país» (Alcina Martins, 1999:51).

É a partir de 1964, que se constata uma *ruptura da imagem feminina no curso de Serviço Social* com a admissão de alunos do sexo masculino, que na prática já se verificava em Lisboa desde 1961, sendo também reconhecido neste ano o *Curso de Serviço Social, com nível Superior*.

Verifica-se igualmente *um maior peso horário das disciplinas de Serviço Social em todos os cursos*, faz-se a introdução dos *métodos Caso, Grupo e Comunidades* no ensino do Serviço Social e «começa a utilizar-se a *técnica de entrevista e princípios de relacionamento*». A partir de 66/67 dá-se «a integração de métodos auxiliares: administração e investigação e métodos considerados habilitantes: a *supervisão e ensino*». <sup>27</sup>

De referir ainda, o papel do Instituto de Serviço Social de Lisboa<sup>28</sup> que tem constituído o meio mais coerente na difusão das ideias reconceptualizadoras,

---

<sup>27</sup> Cf. “Alguns apontamentos para a compreensão do ensino no Instituto de Coimbra,” *Intervenção Social* 2/3, p.152

<sup>28</sup> Ainda se vai verificar complementarmente e com uma certa dinâmica uma colaboração da Escola de Serviço Social de Lisboa com a Associação Internacional das Escolas de Serviço Social, a cujas entidades foram solicitados, um parecer

---

proveniente do Movimento de Reconceptualização Latino-Americano<sup>29</sup> tendo adoptado, na formação ministrada no ano lectivo de 73/74, bibliografia de autores adeptos do marxismo, e divulgado formas de intervenção alternativas às tradicionais.

## 2.2. As práticas profissionais

Fruto da dinâmica das políticas desenvolvimentistas emergentes na Europa, com as experiências dos Planos de Fomento, das reformas do sistema de Saúde e Assistência em 1963 e da criação de quatro novos serviços na Direcção Geral da Assistência,<sup>30</sup> bem como a crise a nível internacional do Serviço Social tradicional e a perspectiva modernizadora do Serviço Social, tiveram reflexo na mudança de direcção nas práticas profissionais dos Assistentes Sociais, pela necessidade de responder aos desafios que lhe são colocados de modo a equacionar as questões presentes da época, surgindo experiências de «*promoção social*» e de «*desenvolvimento comunitário*».

Estas experiências visam acelerar o desenvolvimento das regiões atrasadas dos países europeus e, motivar as populações dos países subdesenvolvidos para o progresso económico, numa visão dinâmica do homem e da sociedade, tendo

---

sobre Assistentes Sociais que garantissem de uma forma segura a docência em Serviço Social, um pedido de avaliação por peritos dos Estados Unidos da formação ministrada na Escola de Serviço Social de Lisboa e ainda, a realização de estágios finais de alunas de Serviço Social na França, Alemanha e Bélgica, além de contacto de professores em encontros e conferências no estrangeiro. Cf Francisco Branco et alii, *A construção do Conhecimento no Serviço Social em Portugal na década de 60*, p.70 e 71.

<sup>29</sup> O Movimento de Reconceptualização é considerado um processo tipicamente Latino-Americano, situado entre 1965 e 1975 constitui nesta década um momento de afirmação da identidade Latino Americana – política, económica cultural.

Cf José Paulo Netto, “A crítica conservadora à Reconceptualização”, *Serviço Social e Sociedade*, nº 5, p. 59.

<sup>30</sup> São eles: *O Serviço de Cooperação Familiar*, com uma função social e educativa, desenvolvendo programas de educação familiar, baseados nas «necessidades reconhecidas das comunidades»; *o Serviço de Promoção Social Comunitária* para «fomentar o desenvolvimento das comunidades, participar em programas de desenvolvimento regional e apoiar e coordenar iniciativas de carácter particular ou oficial com fins idênticos»; *O Centro de Formação de Pessoal* para a formação do pessoal de terreno e de informação dos dirigentes e o *Gabinete de Estudos Sociais* para «investigação aplicada no domínio dos problemas com interesse para a fundamentação e definição de uma política a seguir pela Direcção Geral de Assistência (DGA), difundindo igualmente ideias e técnicas mais relevantes para o sector, designadamente através da revista então criada - *Informação Social*». Cf. Fernanda Rodrigues, *Assistência Social e Políticas Sociais em Portugal*, p.168



em vista o melhoramento do bem estar humano. Verifica-se assim uma expansão de *projectos de desenvolvimento comunitário*, «inicialmente concebidos para modificar o sistema de todos os serviços sociais, através de uma coordenação horizontal em vez de vertical, incrementando assim a sua eficácia perante as necessidades dos indivíduos» (Joan Cooper, 1995:24).

No Seminário das Nações Unidas de 1958, em Palermo, o *desenvolvimento comunitário*<sup>31</sup> foi descrito como um «método que faz participar os próprios interessados na elaboração e na execução de programas destinados a melhorar a qualidade da sua vida. Isto implica uma colaboração entre governo e população, ambos indispensáveis ao equilíbrio e viabilidade dos planos de desenvolvimento».

Verifica-se neste período a deslocação da intervenção dos Assistentes Sociais do campo da família para os problemas sociais, que se acentuam fruto da crise do Estado Novo, e a realização de programas globais executados por equipas inter-disciplinares, elaborados pelas Instituições e com a participação da população, pretendendo o Serviço Social a formação de uma sociedade de bem estar para todo o cidadão, promovendo a integração de grupos marginais na estrutura social vigente. As próprias instituições criam as condições para o desenvolvimento das comunidades<sup>32</sup> com a participação activa das populações por forma a «garantir o processo de planeamento» e «reduzir conflitos pela integração» (Francisco Branco et alii, 1992:146).

---

<sup>31</sup> Cf. O.N.U. La Recherche et le Developpement Communautaire dans les Régions-Problèmes en Europe, 8 a 18 de Agosto de 1958, Palermo (Itália), p 12 e 54, citado por Isabel Mª Athayde, Tentativa de Diferenciação dos Conceitos de Desenvolvimento Comunitário, Organização Comunitária e Serviço Social de Comunidades, p. 1043 e 1044.

<sup>32</sup> O Serviço Social deve fomentar condições para desenvolvimento das populações numa linha de educação/ promoção/ formação/ organização/ cultura/ melhoria de infra estruturas e criação de equipamentos/formar líderes e levar a população a “desejar” o desenvolvimento global Cf. Francisco José Branco et alii, *A construção do Conhecimento no Serviço Social em Portugal na década de 60*, p.146

Nesta altura, algumas Assistentes Sociais «vão questionar essa concepção de Desenvolvimento Comunitário e a não democraticidade dos serviços, propondo a eleição de chefes de serviço, o que veio a acontecer no Serviço de Promoção Social Comunitário, da Direcção Geral de Assistência» embora a concepção que têm do poder, as leve, quando eleitas, a não aceitar esses cargos, pondo em causa o carácter assistencialista do Serviço Social e a ineficácia do atendimento individualizado para ultrapassar as necessidades básicas da população. Consideram que não se pode culpabilizar os indivíduos dos problemas sociais, «existindo a necessidade de analisar mais profundamente a organização da sociedade, dirigindo as práticas para as questões estruturais» (Alcina Martins, 2002: 6 e 7).

São estes novos posicionamentos de avaliar a realidade e a perspectiva de mudança «apesar dos limites e condicionalismos», que dão força a alguns Assistentes Sociais «a não se conformar com a pobreza» a resistirem e a assumirem posições discordantes, que contrariam as normas e políticas vigentes para se colocarem ao lado das populações com que trabalham, desafiando-se as práticas existentes, vindo a verificar-se a demissão de Assistentes Sociais e de outros profissionais do Serviço de Promoção Social Comunitário, que viria a ser extinto.

Tais práticas geram alguma desconfiança política resulta numa vigilância da PIDE/DGS em reuniões com populações, a visitas de surpresa às Escolas de Serviço Social, a interrogações exigindo explicações, a escuta de telefonemas etc. (Alcina Martins, 2002:7).

Neste período, constata-se outras alterações nos contextos da acção profissional, salientando-se: o *reforço do papel de prevenção social e da acção social do Serviço Social na área da saúde*, resultante da *reforma da saúde* e da “descentralização das respostas sociais”, *na linha do direito e promoção da saúde*; a «*intervenção do Serviço Social ao nível dos Centros Sociais*, suportados pelas Misericórdias, paróquias ou pelos próprios serviços públicos, estruturando uma resposta social integrada aos problemas das populações na perspectiva da promoção humana» (E. Fernandes, M. Mourinho e M. Portas, 2000:139) aumentando o número de Assistentes Sociais nestas áreas, constituindo o Estado o maior empregador da classe profissional. Verifica-se também nesta década de 60, um outro pólo empregador da classe, *com alargamento do papel do Serviço Social nas médias e grandes empresas industriais*, numa «perspectiva profissional tecnicamente neutral, de mediação entre os interesses das classes trabalhadoras e os dos patrões, para estabelecer uma estratégia que permitisse o equilíbrio e a harmonia sociais defendidas pelo corporativismo como modelo societário» (ibidem:137).

### **2.3. O Sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social**

É a partir de 1969/70, perante a perspectiva de uma maior abertura política e de uma ligeira autonomia sindical<sup>33</sup> registada no período Marcelista, que surge uma movimentação na classe de Assistentes Sociais, vindo a tornar-se o

---

<sup>33</sup>A partir de 1950 é criado o Sindicato de Assistentes Sociais, Educadoras Familiares e outras profissionais de Serviço Social, como organismo corporativo, subordinado ao Ministério das Corporações e Previdência Social, e a sua acção centra-se na realização de retiros, pela forte influência da Igreja, verificando-se em 1951 a sua filiação na União Católica Internacional de Serviço Social (UCISSL), seguindo as suas orientações- acções de aperfeiçoamento profissional e a publicação, de 1956-62, de 14 números da 1ª revista de Serviço Social “Cadernos de Serviço Social - Boletim Trimestral das Trabalhadoras Sociais Portuguesas,” por forma a perspectivar o Serviço Social como uma realidade portuguesa, não se verificando ainda nestes anos qualquer postura sindical em relação à melhoria das condições laborais e de remuneração das Assistentes Sociais. Cf. Alcina Martins, “ Serviço Social Crítico em Tempos de Ditadura,” *Estudos e Documentos*, CPIHTS, nº 23, p.8

*Sindicato*, neste período, um *importante pólo de luta política da classe profissional*, que quer impor-se como profissão, pretendendo um estatuto sócio-profissional digno da classe e reconhecido pela sociedade.

Pode dizer-se que a nível profissional, esta década se vai caracterizar por um *período de emancipação do grupo profissional* e, por outro, por um *período de reivindicações pelas mudanças dos métodos das práticas profissionais*, pelo seu *reconhecimento social*, por *melhores condições de trabalho participando na contratação colectiva de trabalho*, e na *regulamentação da profissão*.

O Sindicato, é uma das primeiras direcções a aderir às Reuniões Intersindicais, criadas em 1971.<sup>34</sup> Este tipo de acções veio inclusive tornar pioneira a intervenção do sindicato, no campo das negociações colectivas de acordos de empresas ou contratos colectivos de trabalho, em empresas com Assistentes Sociais e na Administração Pública.

Começam a manifestar-se diferentes posições nos Assistentes Sociais e, em 1973, nas eleições para o Sindicato,<sup>35</sup> surgem duas listas, o que significa a evolução da postura destes profissionais no âmbito sócio-político e profissional, ganhando a lista que defende «a intensificação da vida associativa, a valorização dos profissionais, a conquista de melhores condições de trabalho, no contexto de uma mais ampla unidade com outros sindicatos» (Teresa Rosa, 1997:31).

Poder-se-á dizer que, a profissão de Serviço Social, não se tem desenvolvido de uma forma linear e de acordo com o que está instituído política e socialmente. *Verifica-se no período ditatorial*, conservador e muito rígido, em que

---

<sup>34</sup> «O envolvimento de Assistentes Sociais nos movimentos católicos progressistas e em torno das comissões ou grupos sócio-profissionais da CDE, que vieram posteriormente a integrar a direcção do Sindicato dos Profissionais de Serviço Social, contribuiu para conferir a credibilidade e a confiança necessárias para que sejam aceites neste tipo de reuniões» Cf Alcina Martins, “Serviço Social Crítico em Tempos de Ditadura”, *Estudos e Documentos*, CPIHTS, nº 23, p.7 e 8.

<sup>35</sup> O Sindicato promoveu em Março de 74, o primeiro seminário sobre a Reconceptualização no nosso país, tendo contribuído para a sua concretização o movimento dos católicos progressistas.

o medo de falar e agir pairava sobre a maioria da população, pelas represálias que poderiam sofrer e em que na classe predominava a *neutralidade política*, que algumas *Assistentes Sociais se opuseram ao regime* nas suas práticas profissionais, e participaram em movimentos sociais e políticos<sup>36</sup> de insurgimento contra uma política de opressão e de sustentação de uma guerra colonial.

A actuação do Serviço Social na década de 60, tem como objectivo o estudo, interpretação e resolução de situações de desajustes psicossociais que funciona como um factor de ajustamento e promoção humana e visa capacitar as pessoas, grupos e comunidades em ordem à sua integração e participação social, com melhor aproveitamento dos recursos sociais e, por outro, «esclarecendo as estruturas sociais das necessidades das pessoas e das populações», perspectiva diferente «duma actuação predominantemente assistencialista» (Francisco Branco et alii, 1992:84, 85) .

O Assistente Social surge como o *agente de mudança, que consciencializa, forma, educa, mobiliza, com vista à transformação, como elemento essencial e necessário à mudança.*

É também, a partir dos anos 60, que se verifica uma movimentação de Assistentes Sociais, começando os profissionais a demarcar-se através de formas diferenciadas e a desenvolver-se *um pluralismo profissional e de dimensão política na profissão*, representando o Sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social, a luta pela dignificação, emancipação e reconhecimento social da

---

<sup>36</sup> A participação de Assistentes Sociais, no período de 60 a 74 em «acções políticas como a Revolta da Sé (1959) e o assalto ao quartel de Beja (1962); em organizações como a Frente Patriótica de Libertação Nacional (1963), a Comissão Nacional de Socorros aos Presos Políticos (1969), o envolvimento em organizações da oposição democrática, como as Comissões Democráticas Eleitorais (CDE), integrando ou apoiando as listas dos candidatos da oposição à Assembleia Nacional, particularmente significativo nas eleições de 1969 e 1973; o colaborarem em publicações semi-clandestinas, participarem na SEDES - Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (1970) e nas Brigadas Revolucionárias (1970), vão levar assistentes sociais a conhecer a prisão e a tortura» Cf Alcina Martins, “Serviço Social Crítico em Tempos de Ditadura,” *Estudos e Documentos*, CPIHTS, nº 23, p.3

profissão, e por outro, a luta por melhores condições de trabalho e de regulamentação da profissão.

## **CAPÍTULO IV**

### **PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE SERVIÇO SOCIAL EM CONTEXTO ESCOLAR**

Neste capítulo, parte-se de uma aproximação da génese do Serviço Social Escolar em Portugal e a sua ligação à Saúde Pública, num processo de interligação com a medicina social e o movimento higienista, nos finais do século XIX e princípios do século XX, e repercussões nas escolas com a criação *dos serviços de higiene escolar nos Liceus*, em 1911, através do médico escolar Costa Sacadura no período Republicano, numa perspectiva da Medicina Preventiva garantida por médicos e enfermeiras escolares.

Abordam-se algumas experiências de outros países nos estabelecimentos de ensino, e as influências recebidas do Serviço Social Norte Americano e Franco Belga, na dinâmica dos serviços médico-psico-sociais nas escolas portuguesas, a partir dos anos 60.

Salientam-se as primeiras intervenções do Serviço Social no sector da educação, no ensino primário e secundário, de iniciativa dos Institutos de Serviço Social de Lisboa e Coimbra e as primeiras práticas profissionais de iniciativa estatal.

#### **1. Protoformas do Serviço Social Escolar em Portugal e as experiências noutros países**

É no campo da saúde pública que se encontra a origem do Serviço Social nas escolas. Em plena fase do período Republicano é através do médico escolar,

Costa Sacadura, que em 1911,<sup>37</sup> na reorganização dos serviços de sanidade escolar - que se iniciou com este médico em 1901 - se propõe a *criação de serviços de higiene escolar nos liceus*, após contacto com estes serviços na Bélgica e a formação de «enfermeiras escolares» coadjuvantes do médico escolar para o ensino da higiene numa linha da medicina preventiva.

Pretende-se neste ideário Republicano uma separação da Igreja e da Assistência, defendendo uma laicização e profissionalização de agentes laicos<sup>38</sup> e de especialização da enfermagem para as organizações da Assistência, e que já acontecia noutros países, como a Alemanha, França, Inglaterra e Estados Unidos (Alcina Martins, 1995:23).

O Serviço Social é «encarado na I República como uma forma laica de prestar assistência, dirigida particularmente às crianças e jovens, não se identificando com os valores da Igreja Católica e tendo por base os valores do republicanismo, da solidariedade, de uma moral social laica e as concepções republicanas de educação»<sup>39</sup> (Alcina Martins, 1999: 46 e 47).

*Procurou-se fortalecer e expandir o aparelho escolar*, mas dadas as circunstâncias de um baixo nível de desenvolvimento económico-social, a falta de verbas disponíveis pelo Estado, o carácter não essencial das necessidades

---

<sup>37</sup> Na reforma de 1911, era criado em cada concelho e bairro de Lisboa e Porto um «conselho de assistência escolar» com delegações em todas as freguesias, que forneciam “vestuário, calçado, livros, material escolar, consulta, socorros médicos e medicamentos aos alunos pobres das escolas públicas, a organização de cantinas escolares e jardins de recreio, a instalação de balneários nas escolas, a organização de colónias de férias, campestre e marítimas, a fundação de escolas ao ar livre, durante a época própria, para crianças débeis ou doentes e o emprego de «todos os meios conducentes ao levantamento físico, intelectual e moral das crianças»” Cf. D. L n°38 968 de 27 de Outubro de 1912, secção IV, n° 31 – *Assistência Escolar*, p. 1. 075

<sup>38</sup> A médica Branca Rumina já advogava em 1923, a profissionalização do Serviço Social nos hospitais e, no ano seguinte (1924) fez-se no Sanatório Popular de Lisboa, a nível do Serviço Social, o primeiro ensaio na linha do «Case-Work» e do Trabalho Social Norte Americano. Para aprofundar este assunto consultar Alcina Martins, “O movimento Higienista e de Medicina Social –A Criação de Serviços Médico- Sociais e a Formação de Novos Profissionais” in *Génesis, Emergência e Institucionalização do Serviço Social em Portugal*, p.49 a 88

<sup>39</sup> Os republicanos defendem a instrução como uma forma de progresso social e o ensino deve ser obrigatório, gratuito e laico, e integrado no conjunto dos direitos e garantias individuais, enunciadas na Constituição de 1911, considerando a educação um meio privilegiado de “prevenir o crime, a delinquência, a marginalidade, devendo a socialização dos menores pautar-se pelos valores da racionalidade científica e da autonomia”, em oposição aos valores religiosos da Igreja e Ordens Religiosas da esmola e caridade cristã



internas de trabalho especializado, a nível médio ou superior, a força dos hábitos criados, a expansão da escolaridade, pareciam situar-se mais num plano de intenções, do que em imediatas e reais carências do país. Também o processo evolutivo, relativamente moroso, e a falta de colaboradores não foram suficientes para esta iniciativa ir avante tendo contribuído, no entanto, o Regime Republicano, para a instituição da profissionalização da Assistência.

O Estado Novo, para além dos dispositivos internos, serve-se de diversas instâncias (Mocidade Portuguesa, Saúde Escolar, etc.) através de um discurso de cariz moralizante, para limitar os efeitos sociais das práticas de controlo sobre a vida dos alunos (Fernando Rosas; J.M. Brandão de Brito, 1996:303). Nesta linha o ministro Cordeiro Ramos cria em 1933, a Direcção Geral de Saúde Escolar, entregando a Serras e Silva a reestruturação dos *Serviços de Saúde Escolar*. Este serviço, tem como finalidade «concorrer para a educação integral do homem, impondo-se o encargo de preencher as lacunas deixadas pela família na formação dos filhos, e presume que as crianças poderão levar, da escola reformada, para suas casas muitas coisas que serão úteis à boa ordem e aos bons costumes».<sup>40</sup>

Como ao Estado não interessava deixar ao acaso a educação moral e a educação das crianças e jovens em idade escolar, e pretendendo o *Estado completar a acção da família através da educação escolar e da reeducação das mães*, a forma como suplantou a situação foi ter alargado o convite às mulheres que actuavam nas associações católicas. Esta missão foi entregue à Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), criada pelo D.L. nº 26 893 de 15 de

---

<sup>40</sup> Serras e Silva, «A Saúde Escolar», in *a Saúde Escolar* nº 1, 1936, p. 9, citado por Alcina Martins, *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social em Portugal*, p. 155

Agosto de 1936, pelo Ministro da Educação Nacional António Carneiro Pacheco, para se tornarem as dirigentes das organizações femininas estatais. «A manutenção do lar e a educação dos filhos no espaço privado, a assistência e a educação no espaço público, foram as tarefas atribuídas às mulheres pelas associações femininas filantrópicas e beneficentes, na sua maioria dependentes da Igreja» (Irene Pimentel, 2000:109, 110). Estas organizações femininas católicas encarregam-se da defesa dos campos assistencial e educativo e o *Estado assume uma função supletiva da acção assistencial privada*, mas esta estratégia não resulta. O Estado Novo em colaboração com os movimentos da Acção Católica Portuguesa, teve que recorrer às *Assistentes Sociais*, definidas como «dirigentes idóneas, responsáveis, conscientes e activas cooperadoras da Revolução Nacional, que têm de racionalizar e individualizar a assistência, moralizar os costumes e contribuir para a formação da consciência nacional (Dec.-Lei nº 30 135 de 14 de Dezembro de 1939), caminhando-se neste contexto para a profissionalização do Serviço Social.<sup>41</sup>

Salienta-se a intervenção «junto de famílias de todas as condições» e principalmente «famílias humildes e de restrita cultura, as mais facilmente influenciáveis» de «fábricas, organizações profissionais, instituições de assistência e de educação colectiva e de obras similares» com «múltiplos objectivos - higiénicos, morais, intelectuais».

---

<sup>41</sup> É com o ministro António Faria Carneiro Pacheco que se vai oficializar as Escolas de Serviço Social através do D. L. nº 30 . 135 de 14 de Dezembro de 1939, que vai apostar neste ano, na formação de visitadoras escolares, criando um curso que foi confiado à OMEN, destinada a estimular a acção social na família e a cooperação entre esta e a escola. Salienta-se neste período ditatorial um ensino elitista e de carácter confessional apoiado na moral católica e a formação dos Assistentes Sociais vai-se concretizar no Instituto de Serviço Social de Lisboa, criado em 1935 que teve por suporte jurídico a Associação de Serviço Social sob tutela do Patriarcado; na Escola Normal Social de Coimbra em 1937, criada por iniciativa das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria, com o apoio do Professor Bissaya Barreto, presidente da Junta de província da Beira Litoral, passando a denominar-se Instituto de Serviço Social, a partir de 1940 e, só mais tarde, em 1956 no Instituto de Serviço Social no Porto, pela Associação de Cultura e Serviço Social, sob tutela da Diocese do Porto Cf, “Alguns apontamentos para a compreensão do ensino no Instituto de Coimbra”, *Intervenção Social* nº 2/3, Dezembro 1985, p.149 e Mª Augusta Negreiros, “Qualificação Académica e Profissionalização do Serviço Social- o caso português,” *Serviço Social Profissão & Identidade, Que Trajectória?* p.101

A profissão de Serviço Social é assim reconhecida como, essencial para convencer as pessoas a colaborarem com os organismos de Assistência e com o Estado Novo. As Assistentes Sociais são integradas em vários serviços públicos (serviços prisionais, de assistência, hospitais, dispensários, Caixas de Previdência, organizações corporativas e organizações femininas do regime como a OMEN, a Defesa da Família e a Mocidade Portuguesa Feminina) indo assim, ao encontro dos interesses quer do Estado, quer da Igreja.

A Igreja estava interessada na preparação de profissionais que facilitassem a “recristianização” da sociedade e que difundissem a doutrina social da Igreja e o Estado pretendia Assistentes Sociais cooperadoras da Revolução Nacional, moralizadoras e participantes na formação da consciência nacional, assumindo neste contexto doutrinário de filosofia católica, uma matriz *funcionalista*, que procure adaptar, dentro dos limites daquela filosofia, o indivíduo na sociedade.

*As transformações sociais* verificadas em Portugal com o desenvolvimento da industrialização a partir da década de 50 e princípios de 60, *fizeram-se sentir na escola* que passa a estar aberta a todas as classes sociais. Com esta mudança surge a necessidade de compreender a vida emocional da criança e encarar as suas necessidades, para uma correcta adaptação à sua experiência escolar. Para Fink «o bom êxito escolar é muito mais do que a consecução de um padrão intelectual arbitrário; é a adaptação da criança à experiência de vida desses anos. A criança que se adapta bem ao ambiente escolar muito provavelmente fará também um correcto ajuste quando seja adulto» (Arthur Fink, 1977:11), constituindo o meio escolar, o local onde se realiza uma experiência de vida.

Como a experiência escolar não se resume à aquisição de conhecimentos, a forma como esta é vivida por cada indivíduo, tem influência na maior ou menor dificuldade de adaptação ao meio escolar, e começa também a ter relevo a forma como são obtidos os resultados escolares e as condições que favorecem ou não esses resultados. A confirmar «estudos realizados em cinco Estados do Michigan<sup>42</sup>, alertaram para a *importância da inter-relação entre as características pessoais do aluno e as condições escolares como causa de comportamentos desajustados*», pelo que «a organização da escola, os sistemas de disciplina aplicados, o tipo de relação estabelecida com os pais para informação do rendimento dos filhos, as perspectivas dos professores surgem, assim, como factores influentes no comportamento do aluno e nos seus êxitos escolares».<sup>43</sup>

Também estudos realizados em França<sup>44</sup> *demonstraram que os comportamentos desajustados dos alunos resultam de situações familiares problemáticas*, o que vem dificultar a adaptação social do aluno ao novo grupo.

Maria Luisa Falormi (Bélgica) refere que «la psycho-sociologie explore e exploite le domaine intermédiaire entre les structures collectives et les relations interpersonnelles. C'est donc d'abord la réalité psycho-sociologique qu'il importe de reconnaître pour voir s'élaborer et s'exercer les techniques sociales de la communication. L' évolution de la société moderne ainsi que les développements

---

<sup>42</sup> Experiência relatada na Revista Social Work, Janeiro de 1965, p.3, citado por M<sup>a</sup> Nasciolinda Goes, *Ajustamento escolar e trabalho de grupo*, p.1, não tendo sido possível recolher informações complementares sobre esta experiência.

<sup>43</sup> M<sup>a</sup> Nasciolinda Goes, *Ajustamento escolar e trabalho de grupo*, p. 1

<sup>44</sup> Cf. L'Inadaptation Scolaire et Sociale et ses remèdes, Ed. Brurreché, Paris, 1959, citado por M<sup>a</sup> Nasciolinda Goes in *Ajustamento escolar e trabalho de grupo*, p.3

les plus récents du travail social donnent à une telle étude une haute portée pratique».<sup>45</sup>

Os países em que os problemas de *ajustamento* têm sido considerados importantes (Estados Unidos e alguns países da Europa como a Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica...) tentam resolvê-los através da existência, na Escola ou fora dela, de uma rede de serviços que respondam às diferentes necessidades dos alunos nos diferentes níveis em que surgem. *Entre eles aparece o Serviço Social*.<sup>46</sup>

Desde o início do século XX (1906 e 1907) que nos Estados Unidos, o Serviço Social Escolar foi implantado em três Estados - Nova York, Boston e Hartford - *sob a influência da psicologia*, tendo sido criado o Departamento de Assistência na Escola, Inspeção Médica, Classes Especiais, Gabinetes Psicológicos e, o Serviço Social Escolar destaca a importância da *individualidade* da criança. O Serviço Social de relação individual vai operar na base das teorias psicodinâmicas em que se realça o «case work» com *estudo* de factos «após técnica de conversa com a pessoa que precisa de auxílio», o *diagnóstico* e o *tratamento* com «estudo dos diversos factores psicológicos próprios a favorecer o tratamento e o modo de os utilizar».<sup>47</sup>

O Assistente Social surge no contexto escolar para ajudar o aluno, o pai ou o professor num problema relacionado com a sua experiência escolar e com a adaptação, ou não, da criança à escola (Arthur Fink,1977), trabalho a desenvolver individualmente ou em grupo, através do Serviço Social de Casos e/ou de Grupo.

---

<sup>45</sup> M<sup>a</sup> Luisa Falormi, “Service Social et Réalité Psycho-Sociologique”, *Service Social dans le Monde* p. 22

<sup>46</sup> M<sup>a</sup> Nasciolinda Goes, *Ajustamento escolar e trabalho de grupo*, p.4

<sup>47</sup> Cf. “Métodos de Serviço Social.” *Cadernos de Serviço Social*, Ano II, Abril-Maio-Junho de 1958, n<sup>o</sup>6, p.42

Em Portugal, a influência da psicanálise e da psicologia dinâmica faz-se sentir no Serviço Social, na década de 50, *influenciado pelo desenvolvimento da psicanálise nos Estados Unidos* que salienta a dinâmica da relação interpessoal entre o “cliente” e o “trabalhador social”. Começa a dar-se relevo aos factores psicológicos pela importância que se passou a atribuir «à visão subjectiva do cliente» e «mais do que a situação real, interessa a forma como o cliente vê e encara a sua própria situação».<sup>48</sup>

Em consequência das políticas desenvolvimentistas e para corresponder ao surto de desenvolvimento do capital humano necessário à expansão da industrialização, a escola a partir dos anos 60, assume uma função mais ampla, ou seja, procura segundo M<sup>a</sup> Margarida Abreu «mais do que dotar o aluno de elementos culturais básicos, contribuir para a formação de uma personalidade harmónica e equilibrada e para um processo de socialização que o tornem um membro activo e útil na sua comunidade».<sup>49</sup>

Cada vez mais urge um trabalho de equipa e coordenação de várias especialidades na área da educação e, em 1962, José Nascimento Costa, médico escolar do ex-Liceu da Figueira da Foz, alerta que, o «insucesso da escola repercute-se em todo o futuro do indivíduo» do ponto de vista pessoal, familiar e social, e não é de admirar o «relevo que os problemas das dificuldades do ensino assume nos países estrangeiros, onde não faltam estudos recentes sobre a matéria que versamos»,<sup>50</sup> como por exemplo na Polónia, na França e na Bélgica, sendo *poucos os estudos, em Portugal, em matéria de dificuldades no ensino.*

---

<sup>48</sup> M<sup>a</sup> Palmira Duarte, *Serviço Social de Caso*, lições do 2º ano do curso de Serviço Social do ICSPU, 1965/66, p.25 e 26

<sup>49</sup> M<sup>a</sup> Margarida Abreu, *Serviço Social Escolar*, p.2

<sup>50</sup> José do Nascimento Costa, *Dificuldades escolares- contribuição para o seu estudo no ensino secundário*, p.41e 42.

Este médico escolar elaborou no ano civil de 1962, um inquérito, a ser lançado aos professores dos liceus e escolas técnicas, para se conhecerem as *causas do insucesso dos alunos no domínio do ensino secundário*, alertando que, «os problemas educativos desenvolveram-se de tal forma e requerem, a tal ponto, tão distintas informações sobre as pessoas e os progressos dos alunos, que parece impossível atribuir só ao médico o controle biopsíquico dos mesmos.....e «funções tão complexas terão de impor, tarde ou cedo, a integração dos serviços médico-escolares num conjunto de serviços mais diferenciados e mais amplos, que se destinem a coadjuvar a escola, no seu labor de preparação para o futuro». Não deixa de ser afinal, idêntico ao que sucede nos nossos dias nas organizações francesas e belgas dos centros psico-médico-sociais coadjuvantes do ensino, onde «diversos especialistas pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, etc - trabalham em estreita coordenação e cooperação».<sup>51</sup>

## **2. Primeiros ensaios de intervenção em contexto escolar**

Devido às modificações na contextura económica e social verificada nos anos 60 e ao atraso em que o país se encontrava, desenvolvem-se projectos de promoção social das comunidades e o Serviço Social surge, em experiências de estágios, numa primeira fase, 1963/64, em escolas apoiadas pelos Institutos de Serviço Social e, a partir de 1966/67, em experiências de carácter oficial, centradas em Estabelecimentos de Ensino Secundário.

---

<sup>51</sup> José do Nascimento Costa, *Dificuldades escolares- contribuição para o seu estudo no ensino secundário* p.45 e 46  
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA - ESAE

## **2.1. De iniciativa dos Institutos de Serviço Social**

As experiências de estágios de Serviço Social, por iniciativa dos Institutos de Serviço Social de Lisboa e de Coimbra, em articulação com a Igreja e Centros Sociais de promoção social das Comunidades, ligadas a projectos de desenvolvimento das populações e de integração escolar do aluno, foram significativas para o desenvolvimento do Serviço Social nas escolas.

### **2.1.1. Nas Escolas do Ensino Primário do Bairro do Beato - 1963/64**

O Serviço Social no sector da educação apesar de não estar institucionalizado em Portugal, a sua iniciação pode partir segundo a Assistente Social M<sup>a</sup> Palmira Duarte, de qualquer *Instituição de Serviço Social* que se dedique à *promoção das populações*, principalmente junto daquelas cujas necessidades básicas estão por resolver, embora se reconheça que o ideal relativamente ao campo de actuação de Serviço Social se deva inserir na própria escola ou conjunto de escolas, a nível de uma zona escolar.<sup>52</sup>

A primeira tentativa de Serviço Social Escolar foi lançada em 1963/64, pelo Centro Social do Beato, em Lisboa, que dispunha de uma equipa de Assistentes Sociais, que em colaboração com o Instituto de Serviço Social de Lisboa (ISSL), realizaram experiências de Estágio, junto de crianças em idade escolar, em escolas primárias, oficiais e particulares, na área territorial abrangida por esta Instituição, concretamente na freguesia do Beato e Bairro de St<sup>a</sup> Maria, tendo sido concedida autorização Ministerial para as Trabalhadoras Sociais permanecerem

---

<sup>52</sup> M<sup>a</sup> Palmira Duarte, *Uma tentativa de Serviço Social Escolar na freguesia do Beato em Lisboa*, p. 1  
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA - ESAE



nas escolas, experiência esta supervisionada pela professora do ISSL e Assistente Social, M<sup>a</sup> Palmira de Moraes Duarte.

Teve início num *estudo do meio e da problemática social das escolas*, pretendendo-se *paralelamente uma actuação junto das populações* e fizeram-se contactos e reuniões com directores, professores e médicos das escolas, tendo sido apresentados como *problemas* a ser encarados: *a falta de aproveitamento escolar, o desinteresse das famílias pela vida escolar, alimentação deficitária, saúde e higiene dos alunos, a frequência na mesma classe de crianças normais e crianças com deficiências mentais*, e crianças que depois das aulas ficavam pelas ruas sem qualquer protecção.<sup>53</sup>

Promoveu-se um programa de actividades de ocupação de tempos livres em tempo de férias, e em tempo de aulas, também acompanhado de *uma sala de estudo e de tempos livres*, com apoio da biblioteca e discoteca do Centro Social.

Durante muito tempo o trabalho realizado pelas trabalhadoras sociais<sup>54</sup> centra-se a nível individual e «tem tendência a ser substituído pelo trabalho de grupo como um meio para alcançar resultados mais eficientes na resolução de problemas de desajustamento».<sup>55</sup>

O Serviço Social «pode considerar-se uma das formas de acção social mais eficazes para promover o processo de socialização dos jovens, e parece um processo tanto mais válido quanto supõe um mínimo de condições materiais ou de organização e um máximo de participação e de esforço pessoal dos próprios interessados».<sup>56</sup>

---

<sup>53</sup> M<sup>a</sup> Palmira Duarte, *Uma tentativa de Serviço Social Escolar na freguesia do Beato em Lisboa*, p. 1, p. 2

<sup>54</sup> Expressão de influência Norte Americana, do Serviço Social de Casos. Palmira Duarte, *Serviço Social de Caso*, ISCPU, Lisboa 1965-66.

<sup>55</sup> M<sup>a</sup> Margarida Abreu, *Serviço Social Escolar*, p. 2

<sup>56</sup> M<sup>a</sup> Nasciolinda Goes, *Ajustamento Escolar e Trabalho de Grupo*, p. 5

Na nova problemática escolar o papel do trabalhador social surge como uma acção complementar da actividade escolar e, por outro lado, como mediador entre a escola, família e meio social, numa linha «essencialmente educativa e preventiva, tendendo a alargar-se em actividades construtivas e prospectivas».<sup>57</sup>

### **2.1.2. Na Escola Industrial e Comercial Brotero - 1964/65**

Na zona Centro do país, data de 1964/65 na Escola Industrial e Comercial Brotero em Coimbra, a primeira intervenção do Serviço Social, através da iniciativa de uma aluna estagiária do 3º ano do curso de Serviço Social, Teresa Santos, e do Instituto de Serviço Social de Coimbra, que teve muita importância na abertura deste campo de acção, tendo colaborado nestas experiências as professoras e Assistentes Sociais da Instituição, Teresa Antunes da Silva e Arminda Costa Motta.

Era objectivo do estágio em Serviço Social, fazer-se um *estudo sobre a proveniência e caracterização social dos alunos daquele Estabelecimento de Ensino* (a maioria de níveis sócio-económicos baixos) e *detecção dos problemas da escola*, tendo em vista a elaboração de *um plano de trabalho em Serviço Social Escolar*.

A Escola em questão está orientada para cursos técnicos especializados. Tendo em conta que Portugal caminha para um desenvolvimento industrial e a colocação de mão de obra no mercado de trabalho carece de rapidez, que só os cursos técnicos podem dar resposta à necessidade de capital humano, que tal desenvolvimento implica.

---

<sup>57</sup> M<sup>a</sup> Nasciolinda Goes, *Ajustamento Escolar e Trabalho de Grupo*, p. 5  
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA - ESAE

Na linha desta política desenvolvimentista, o ensino não tem só a preocupação de instruir, mas também educar (segundo os valores nacionalistas), estando previstos como meios educativos na Escola prémios, louvores e actividades circum-escolares (serviço de biblioteca, visitas de estudo, excursões para alunos finalistas, exposições escolares, festas escolares e sessões culturais com a participação activa dos alunos e «sempre que possível organizadas com a colaboração da Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina» (art. 518).

A Mocidade Portuguesa além de proporcionar a prática de várias modalidades desportivas, e a participação em campeonatos desportivos entre escolas, proporciona a experiência em acampamentos nos períodos de férias, enquanto que a Mocidade Portuguesa Feminina centra as suas acções a nível de lições de culinária, higiene, enfermagem e puericultura, fazendo parte dos programas da escola,<sup>58</sup> participando também em actividades físicas no sentido do culto do corpo. Todas estas acções têm em vista a formação do carácter, o espírito de camaradagem, a consciencialização das responsabilidades de acordo com a Lei de Bases de 11 de Abril de 1936, as quais são fomentadas por esta organização nacional e pré-militar.

A Acção Social aos alunos que frequentam a Escola Brotero, resume-se a bolsas de estudo que apesar de regulamentadas, ninguém consegue delas beneficiar, devido à média exigida - 16 valores - pelo que a *acção social cingiu-se a apoios particulares e esporádicos*, através da Mocidade Portuguesa, direccionados aos alunos com graves problemas económicos, para suportar os encargos com a educação.

---

<sup>58</sup> M<sup>a</sup> Teresa Santos, *Relatório Escola Industrial e Comercial Brotero- Vida Escolar*, p. 34  
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA - ESAE

As experiências que decorreram nesta escola, durante quatro anos consecutivos, de 1965/66 a 1968/69, tiveram como *objectivo a implementação do Serviço Social em contexto escolar, bem como abrir novas perspectivas da prática profissional.*

Em virtude da *crescente preocupação pela problemática da adaptação escolar*, as estagiárias do 4º ano em Serviço Social Teresa Santos e M<sup>a</sup> Alcina da Silva Matos, pioneiras na área de Serviço Social Escolar, na zona Centro, no ano lectivo de 1965/66, concretizam na Escola Brotero, *um estudo sobre inadaptação escolar e motivos determinantes da inadaptação com o fim de lhe pôr termo, pugnano pela criação de uma equipa médico-psico-social nos Estabelecimentos de Ensino, e a vantagem da criação de lugares de Assistentes Sociais, ainda que não estejam constituídas estas equipas.*<sup>59</sup>

Começa a dar-se relevo a *entrevistas aos alunos* não só para «estudar a situação individual do discípulo e as circunstâncias do seu meio familiar e social, mas também descobrir as possíveis causas que justifiquem a inadaptação, e ainda, simultaneamente, compreender, aceitar e apoiar o estudante com vista a ajudá-lo a vencer essa inadaptação escolar».<sup>60</sup>

Realizam *visitas domiciliárias* para completar o estudo de caso, numa linha de apoio, conselho, informação e formação de todos os membros do agregado familiar, para se elaborar o *diagnóstico* e realizar o *tratamento* indirecto (encaminhamento serviços médico-sociais, médicos particulares e serviços de médicos especializados).

*Aplicam também o Serviço Social de Grupo*, para ocupação do tempo livre dos alunos, com actividades várias (jogos, conversas relacionadas com

---

<sup>59</sup> M<sup>a</sup> Teresa Santos, *O Serviço Social Escolar na diminuição da inadaptação Escolar*, p. 9 e 10

<sup>60</sup> *Ibidem*, p.178

problemas da juventude e da escola) e são ainda *propostos instrumentos de trabalho em Serviço Social Escolar* como o «*processo social*» com «Serviço Social de Caso e de Grupo-Processo», a «Ficha Social Escolar» para uso exclusivo da Assistente Social e o «*Roteiro Social do aluno*» com a história do aluno, da família, da situação pedagógica, orientação escolar e história clínica, que vai possibilitar a aquisição de dados importantes à equipa médico-psico-sócio-pedagógica.<sup>61</sup>

Nesse ano, após um estudo sobre a *problemática da acção social na escola* é feita uma proposta no sentido de ser *financiada por todos os alunos*, no acto do pagamento das propinas, a reverter em benefício dos mais carenciados, em passes escolares, aquisição de material escolar, alojamento em colocação familiar (casos de alunos com dificuldades económicas em que os pais se separaram) e de hospedagem a alunos retirados do seu meio familiar, por este não proporcionar um clima adequado ao seu desenvolvimento psicossocial,<sup>62</sup> assumindo a *sociedade civil* competências que deveriam ser da responsabilidade Estatal, que apenas se começa a concretizar a todos os níveis de ensino, com a criação em 1971, do Instituto de Acção Social Escolar.

### **2.1.3. Na Escola da Amizade - 1967 e 1968**

Sob a iniciativa da Direcção do Instituto de Serviço Social de Coimbra é criado, em 1967, o Secretariado de Voluntários de Acção Social, ficando à responsabilidade da Assistente Social Dr<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Fátima Jorge, apoiada por uma

---

<sup>61</sup> M<sup>a</sup> Teresa Santos, *O Serviço Social Escolar na diminuição da inadaptação Escolar* p.224, 225 e consulta de modelos, p. 246 a 262.

<sup>62</sup> M<sup>a</sup> Teresa Santos, *Relatório de Estágio - Experiência de Serviço Social Escolar- Escola Industrial e Comercial Brotero*, p. 92

estagiária em Serviço Social, o lançamento deste serviço em Coimbra com o principal objectivo de «recrutar, formar e orientar voluntários de acção social, que se proponham colaborar nos planos de *promoção social* organizados pelo próprio Secretariado ou em outras organizações existentes no distrito»,<sup>63</sup> procurando interessar estudantes do ensino médio e superior *em actividades de promoção e acção social*.

Foram desenvolvidas no Secretariado a Escola da Amizade, a Campanha da Amizade e a Obra do Emigrante - trabalho com filhos de emigrantes.

Destaca-se a *Escola da Amizade*, Instituição de natureza associativa criada em 1967, pela Directora do referido Instituto, irmã Teresa Margarida Serra Granado e englobada em 1968, no Secretariado de Voluntários de Acção Social, tendo-se integrado este primeiro ensaio a título experimental, na paróquia de St<sup>a</sup> Cruz, *num trabalho de promoção social*. Esta escola destina-se a pessoas voluntárias com um nível económico baixo, com idade superior a 18 anos e dispõe de um regulamento interno.<sup>64</sup> Tem como *objectivos gerais* «proporcionar a todas as pessoas, economicamente débeis (jovens e adultos), um grau *de instrução* que lhes permita elevar o seu nível cultural e social; dar apoio e estímulo a todas as iniciativas que permitam o desenvolvimento do espírito comunitário»; como *objectivos específicos* visa a «habilitação de alunos para o Ciclo Preparatório e 5<sup>o</sup> ano Liceal e ocupação de Voluntários na sua valorização humana e profissional» (M<sup>a</sup> de Fátima Jorge, 1971: 44).

---

<sup>63</sup> Cf. M<sup>a</sup> de Fátima Jorge, Capítulo I, *O Serviço Social Escolar na Acção Educativa*, artigo 1<sup>o</sup> Estatuto do Secretariado de Voluntários da Acção Social, aprovados pelo Subsecretário de Estado de Saúde e Assistência em 15 de Março de 1971, p. 92

<sup>64</sup> *Ibidem*, Regulamentos Internos da Escola da Amizade de 1968-69; 1969-70; 1970-71, p. 90

A Escola ao funcionar com voluntários e com a finalidade *da sua valorização humana e profissional*, vai ao encontro dos objectivos gerais e específicos da Escola da Amizade.

Em todos estes ensaios a Assistente Social Escolar tem uma *função educativa* e representa o elo de ligação entre a escola, a família, a equipa de trabalho (médico, psicólogo, professor, orientador escolar etc) o educando e o meio social e deve *cooperar na diminuição e prevenção da inadaptação escolar*, e na *promoção da comunidade escolar e social*.

De salientar que neste período desenvolvimentista, das três Escolas de Serviço Social existentes no país, duas fazem incursões ao nível de estágios, com experiências a partir do Centro Social de promoção das populações e de integração social e escolar dos alunos, em escolas do ensino primário, experiências em Escolas Secundárias Técnicas, e organização de planos de promoção social e cultural, como a Escola da Amizade.

O Serviço Social nas escolas deixa de privilegiar o campo de relações familiares centrado na formação e orientação das famílias dos alunos pobres como acontecia no início do Estado Novo, para se centrar mais no aluno com uma finalidade de «coordenar e estimular os esforços e serviços destinados a ajudarem a criança no seu desenvolvimento físico, intelectual, moral e religioso que presidem ou devam presidir na educação durante o tempo escolar»<sup>65</sup> e o papel do Assistente Social o de contribuir para a concretização desta finalidade, tendo em vista uma acção complementar da actividade escolar, o da adaptação da criança à escola e promovendo-se a ligação Escola- Família e o Meio Social, uma vez que a escola assume uma função mais ampla, ou seja procura «mais do

---

<sup>65</sup> José do Nascimento Costa, *Dificuldades escolares- contribuição para o seu estudo no ensino secundário*, p.1  
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA - ESAE

que dotar o aluno de elementos culturais básicos, contribuir para a formação de uma personalidade harmónica e equilibrada e para um processo de socialização que o tornem um membro activo e útil na sua comunidade».<sup>66</sup>

## **2.2. De Iniciativa Estatal**

A evolução da sociedade portuguesa, no que diz respeito à estrutura social e ao mercado de trabalho, provocou, a partir da década de 60, uma abertura do ensino a novos grupos sociais e registou-se um aumento da população escolar. O Estado começa a preocupar-se com o sector da educação, surgem as primeiras experiências em escolas secundárias de iniciativa estatal, e são criados organismos estatais para a sua execução, nos quais se promove o trabalho em equipas interdisciplinares e onde estão integradas Assistentes Sociais e que não deixaram de ser significativas para a futura institucionalização deste campo de acção.

### **2.2.1. Experiências de Observação e Orientação Escolar no Ensino Secundário - 1966/67 A 1970/71**

Realizaram-se experiências de *Orientação Educacional*, englobadas na 2ª fase do Projecto Regional do Mediterrâneo (PRM) que englobava seis países da região mediterrânea (Portugal, Espanha, Itália, Jugoslávia, Grécia e Turquia).

As experiências englobadas no PRM «cuja finalidade específica era a regionalização dos objectivos globais calculados na 1ª fase, pretendeu-se assegurar, no quadro do PRM, o seguimento dos trabalhos empreendidos por Portugal sobre a planificação do ensino, com vista a separar as proposições sobre

---

<sup>66</sup> Mª Margarida Abreu, *Serviço Social Escolar*.p.2  
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA - ESAE



o funcionamento dos objectivos do desenvolvimento do ensino, a longo prazo, elaborados no quadro dos Acordos entre o Governo Português e a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) as quais deveriam ser incorporadas no III Plano de Fomento Português para o período de 1968-1973».<sup>67</sup>

Nos trabalhos preparatórios do III Plano de Fomento, a tónica na orientação básica situa-se nos *estudos para a regionalização social*, ou seja «a necessidade de conhecer melhor as estruturas humanas e sociológicas de cada uma das Regiões de Planeamento, para que cada acção possa ser considerada no seu contexto próprio, evitando os choques com os valores locais e correspondendo mais adequadamente às suas aspirações».<sup>68</sup> Foi realizada a tarefa de carácter regional, no que respeita à evolução e à situação dos efectivos escolares entre 1958/59 até 1964/65, tendo como base o distrito, realçando-se nos resultados desta análise, as *desigualdades regionais na rede escolar portuguesa*.

Esta análise mostra a pertinência de uma *planificação (ou planeamento) regional do ensino*, apontando-se “no Plano Intercalar de Fomento (1965-67),”<sup>69</sup> para a *necessidade de definir uma política de desenvolvimento regional e a execução deste projecto no sector da educação*, foi confiada a uma equipa integrada no Gabinete de Estudos de Planeamento e Acção Escolar (GEPAE), com o apoio directo do Ministro da Educação Nacional, focalizando-se em Estabelecimentos de Ensino Secundário.

Através do Dec. Lei nº 46 156 de 16 de Janeiro de 1965, «é criado no *Ministério da Educação Nacional, na dependência directa do Ministro o Gabinete*

---

<sup>67</sup> Sérgio Marques, “Planeamento Regional da Educação,” *Educação*, Boletim Informativo do GEPAE, vol. 2, nº 6, Dezembro de 1970, p.17

<sup>68</sup> III Plano de Fomento, vol. II, p. 660 citado por Sérgio Marques, “Escolaridade Facultativa,” *Educação*, Boletim Informativo do GEPAE, vol. 2, nº 4, Abril de 1970, p.23

<sup>69</sup> Sérgio Marques, “Planeamento Regional da Educação,” *Educação*, Boletim Informativo do GEPAE, vol. 2, nº 6, Dezembro de 1970, p.18

*de Estudos e Planeamento da Acção Educativa, que tem por função estudar de forma permanente, os problemas relacionados com a educação e propor as correspondentes soluções, de acordo com a evolução das necessidades do país»* (artº 1º do Dec. Lei nº 46 156).

Na área da Educação formam-se Grupos de Trabalho, nos quais participam também Assistentes Sociais que, sob a orientação deste Gabinete (GEPAE), promovem *acções concretas de observação e orientação educacional*, que visam «proporcionar uma orientação educativa dinâmica e global baseada na observação sistemática, prudente e objectiva de *cada aluno em concreto* e do *meio em que vive*, ajustada às suas necessidades, aptidões e interesses dominantes, proporcionando a todos, mormente aos mais desfavorecidos do ponto de vista individual e sócio-económico, o ensejo legítimo de promoverem o seu integral desenvolvimento e a conveniente adaptação à vida».<sup>70</sup>

Numa fase posterior, tem o GEPAE em vista, a preparação de um «*serviço operacional de orientação educativa centrado na escola e para a escola*»<sup>71</sup> de modo a ser integrado em todos os estabelecimentos de ensino secundário, *contribuindo para a sua renovação e acréscimo da rentabilidade do sistema educativo*.

Salientam-se como *objectivos gerais*:

«a) Prevenir ou atenuar atrasos, insucessos ou inadaptações escolares, eliminando ou compensando as múltiplas causas que os poderão determinar, detectadas por meio de oportuna e sistemática observação global dos alunos.

b) Corrigir ou compensar a profunda diferenciação das condições individuais, sócio-económicas e escolares em que os alunos geralmente vivem,

---

<sup>70</sup> Cf. “Tarefas de observação e orientação escolar no ensino secundário,” *Educação*, Boletim Informativo do GEPAE, vol.2, nº 4, Abril de 1970, p.10

<sup>71</sup> *Ibidem*, p.11

trabalham e se desenvolvem; assegurar a todos a efectiva igualdade de oportunidades, proporcionando sobretudo aos mais desfavorecidos, a par e em complemento da actividade docente, medidas psicopedagógicas adequadas, tendentes à solução de especiais dificuldades educativas e escolares.

c) Consciencializar cada aluno na importância de todos os seus valores positivos e ajudá-lo, em estreita e activa cooperação com a família, na sua integral promoção e aproveitamento, e bem assim na *escolha* do tipo de estudos que mais se harmonize com os seus gostos, tendências e aptidões e melhor se integre nos interesses gerais da Comunidade». <sup>72</sup>

*Na primeira experiência psicopedagógica promovida por este Gabinete na Escola Comercial Ferreira Borges em Lisboa, que decorreu no último período dos anos lectivos de 1966-67 e 1967-68, entre 10 de Abril a 31 de Julho e 4 de Maio a 31 de Abril respectivamente, foram observados e acompanhados 101 alunos de ambos os sexos e diferentes idades, distribuídos pelos 3 anos do curso de Formação Comercial, provenientes de famílias com um nível sócio-económico e cultural baixo, constituindo objecto desta experiência cada aluno em concreto, inserido num contexto familiar e escolar.*

Dada a diversidade e complexidade dos problemas a analisar constituiu-se uma *Equipa* da qual fizeram parte 4 Professores, 1 Psicólogo, 1 Professor de moral e 2 Assistentes Sociais – Luisa M<sup>a</sup> da Costa Cabral da Costa Macedo e M<sup>a</sup> Manuela Rodrigues Scapinakis de Castro Serrão. <sup>73</sup> Esta experiência psicopedagógica teve por *conteúdo* «o conhecimento prático e individualizado de um grupo de alunos com aproveitamento escolar marcadamente deficiente e, ao

---

<sup>72</sup> Cf. “Tarefas de observação e orientação escolar no ensino secundário,” *Educação*, Boletim Informativo do GEPAE, vol.2, nº 4, Abril de 1970, p.11e 12.

<sup>73</sup> Em 1966-67 a Assistente Social Luisa M<sup>a</sup> da Costa Macedo foi substituída por impedimento físico, a partir de certo momento, pela Assistente Social M<sup>a</sup> Manuela S. Serrão; em 1967-68, ambas colaboraram na experiência. Cf. Amílcar Castelo Branco, “Avaliação da Experiência Psicopedagógica Efectuada na Escola Ferreira Borges (1966-67 e 1967-68),” *Estudos GEPAE, MEN, volume 3, p.8*

mesmo tempo, o estudo e a aplicação de acções que seria possível empreender e ajustar aos seus múltiplos problemas e dificuldades de ordem educativa. Tinha como *objectivo* «analisar, interpretar e avaliar os resultados da experiência, quer no domínio estritamente escolar, quer no campo da investigação médico-psicológica e social». <sup>74</sup>

Os tipos de *problemas analisados, somato-orgânicos* (médico escolar), *psicológicos* (psicóloga), *sócio-económicos* (Assistentes Sociais), e *pedagógicos* (professores), são apreciados numa visão de conjunto e em espírito de interajuda, colaboração e unidade dos elementos que compõem a equipa. «As Assistentes Sociais esforçaram-se por analisar os problemas sócio- familiares nos aspectos cultural, social e económico: grau de instrução dos pais, nível económico, condições de trabalho, alojamento, habitação, sociabilidade do aluno, distância do domicílio à Escola, meios de transporte, etc.» <sup>75</sup> e, foi também organizado um *dossier, para cada aluno*, com todos os dados provenientes das diferenciadas intervenções da equipa de trabalho (elementos de saúde e desenvolvimento físico, psicológicos, sócio-económicos e da escolaridade anterior e recente do aluno).

Desta experiência psicopedagógica, destaca-se a *orientação escolar* como uma das medidas de «*natureza qualitativa*, tendentes à melhoria do sistema do ensino, assumindo nela importância cada vez maior, como *condição da sua própria eficiência*». <sup>76</sup>

Considerando a *orientação escolar* como «um complexo de acções de natureza essencialmente qualitativa, com o fim de estimular, desenvolver e

---

<sup>74</sup> Cf. Amílcar Castelo Branco, «Avaliação da Experiência Psicopedagógica Efectuada na Escola Ferreira Borges (1966-67 e 1967-68),» *Estudos GEPAE, MEN, volume 3*, p.3 e 5

<sup>75</sup> *Ibidem*, p. 9

<sup>76</sup> Cf. Amílcar Castelo Branco, «Avaliação da Experiência Psicopedagógica Efectuada na Escola Ferreira Borges (1966-67 e 1967-68),» *Estudos GEPAE, MEN, volume 3*, p. 88

aproveitar todos os valores pessoais do educando e de promover a sua adaptação à vida, parece assumir um interesse cada vez maior, revelando-se mesmo condição básica da rentabilidade do sistema educativo»<sup>77</sup> e a orientação escolar «poderá funcionar como forma de democratização do ensino na medida em que procura corrigir e compensar a profunda diferenciação de condições individuais e sócio económicas perante o sistema escolar».<sup>78</sup>

Após a avaliação desta experiência sente-se a necessidade de um amplo estudo sobre *Orientação Escolar no Ensino Secundário*, para se apurarem os meios técnicos e humanos de que deverá dispor, bem como, a forma prática exequível de inseri-la e articulá-la ajustadamente nas estruturas escolares a que se destina.<sup>79</sup>

Nesta sequência surge, a título experimental, um *plano geral de actividades*, «que será essencialmente *um método de investigação e de estudo dos problemas concernentes à Orientação Escolar no Ensino Secundário e visa o sistema educativo em geral*»,<sup>80</sup> nos Estabelecimentos de Ensino que abaixo se discriminam, constituindo *objecto de trabalho* a observação sistemática de cada um dos alunos que integram o 3º ano liceal e o 1º ano de formação industrial e comercial, nos seguintes Estabelecimentos de ensino:

- Liceu D<sup>a</sup> Filipa de Lencastre de Lisboa (3/11/1969 a 30/6/1970);
- Liceu D. João de Castro de Lisboa (1969/70);
- Escola Comercial e Industrial de Évora (1969/70);

---

<sup>77</sup> “Tarefas de observação e orientação escolar no ensino secundário,” *Educação*, Boletim Informativo do GEPAE, vol.2, nº 4, Abril de 1970, p.11.

<sup>78</sup> “A O. Escolar ocupa posição de relevo nos sistemas de ensino mais evoluídos no campo educativo. Em França ,v.g., segundo lemos, foi recentemente criado o “Office Nacional d’ information et d’orientation”, prevendo-se que cinco mil especialistas sejam encarregados da O. Escolar. Está em vias de criar-se um corpo de professores- conselheiros que serão assistidos por médicos e psicólogos,” Cf. Amílcar Castelo Branco, “Avaliação da Experiência Psicopedagógica Efectuada na Escola Ferreira Borges (1966-67 e 1967-68)”, *Estudos GEPAE*, MEN, volume 3 , p.90

<sup>79</sup> *Ibidem*, p.13

<sup>80</sup> *Ibidem*, p.15

o *plano geral* destas três experiências poder-se-á resumir em *observação escolar e orientação escolar*.

A *observação escolar* visa fundamentalmente o conhecimento do aluno em todos os seus aspectos positivos e/ou negativos e das «condições de facto em que vive e estuda, bem como, a análise e a reflexão sobre pontos de crise e factores determinantes da baixa rentabilidade do sistema educativo»,<sup>81</sup> englobando-se nesta observação a *saúde e desenvolvimento físico*, as *características psicológicas* (conteúdo intelectual e conteúdo caracterológico), o *meio sócio-económico* e o *meio escolar* (elementos didáctico-pedagógicos com escolaridade anterior e recente).

Após a observação escolar desenvolve-se junto de cada aluno uma acção *de orientação educativa* com os seguintes objectivos:

- a) Consciencialização do aluno para a significação e importância dos seus valores pessoais;
- b) Detecção oportuna de possíveis perturbações ou insuficiências e prevenção das dificuldades educativas;
- c) Acção terapêutica, psicopedagógica e social eventualmente necessária;
- d) Desenvolvimento das capacidades e aptidões gerais e específicas, orientação e apoio nas opções escolares que se afigurem convenientes;
- e) Valorização e integral aproveitamento de cada educando, do ponto de vista escolar, social e humano». <sup>82</sup>

Inicialmente o GEPAE concebia as Assistentes sociais como as “técnicas do social” na linha de uma intervenção familiar, como era perspectivado no período

---

<sup>81</sup> “Tarefas de observação e orientação escolar no ensino secundário,” *Educação*, Boletim Informativo do GEPAE, vol.2, nº 4, Abril de 1970, p. 14;

<sup>82</sup> “Tarefas de observação e orientação escolar no ensino secundário,” *Educação*, Boletim Informativo do GEPAE, vol.2, nº 4, Abril de 1970, p.14

do Estado Novo, definindo que: «será suas funções contactar com as famílias para recolher os elementos sócio-familiares, são portanto as técnicas do social,»<sup>83</sup> conceito este reformulado, após a objecção das Assistentes Sociais, que se transcreve: «embora nos tivesse sido sugerido como único meio de acção, o contacto com as famílias das alunas, não foi isso o que veio a acontecer» desenvolvendo as suas funções a partir de «entrevistas orientadas segundo um padrão comum»<sup>84</sup> com as *alunas e as famílias*.

A experiência no *Liceu Normal D. João III de Coimbra*, virá a concretizar-se no ano seguinte, de *13 Janeiro a 31 de Junho de 1971* e à semelhança das três experiências anteriores, pretende uma «consciencialização e envolvimento de todos (alunos, famílias, escola e técnicos) no processo de Acção Educativa».<sup>85</sup>

### **2.2.2. Experiência de Centralização dos Serviços de Saúde Escolar na Escola Industrial e Comercial Brotero - 1969/70**

Em Outubro de 1969, a nível oficial, a Direcção Geral de Educação Física, Desporto e Saúde Escolar (DGEFD e SE) iniciou em Coimbra uma experiência de *centralização dos Serviços de Saúde Escolar do Ministério da Educação (M.E.)*, na Escola Industrial e Comercial Brotero, para a qual nomeou entre outros técnicos uma Assistente Social (pela 1ª vez no ME),<sup>86</sup> para um trabalho em articulação com o médico escolar e visitadoras escolares, tendo começado a exercer funções de Serviço Social, não integrada na equipa médica, mas, *colaborando* com esta equipa na escola.

---

<sup>83</sup> Branca Elisa Pedreira, *Relatório de Serviço Social Escolar no Liceu Nacional Dª Filipa de Lencastre*, de 3 de Novembro de 1969 a 30 de Junho de 1970, p.54

<sup>84</sup> *Ibidem*, p.57

<sup>85</sup> Mª de Fátima Jorge, *O Serviço Social Escolar na Acção Educativa*, p. 27

<sup>86</sup> Informação recolhida em entrevista exploratória à Mestre em Famílias e Sistemas Sociais, Mª de Fátima Jorge, primeira Assistente Social no Ministério da Educação, na Região Centro, a ser contactada a nível oficial, para esta experiência.

A presença do Serviço Social nesta escola, deve-se ao facto de o Director ter revelado esse interesse, por ter considerado muito positivas as experiências de estágio que aí se tinham realizado em anos anteriores, no campo de Serviço Social Escolar e, porque efectivamente era uma escola com muitos problemas humanos e sociais.

Após contratação de várias visitadoras escolares a DGEFD e SE, organiza acções de formação do pessoal que constituía as equipas (Médicos, Visitadoras Escolares e Assistentes Sociais), tendo a Assistente Social participado na formação dos profissionais a trabalhar no distrito, para posteriormente se planificar as actividades nos diferentes Estabelecimentos de Ensino de Coimbra, com Gabinetes Médicos.

O trabalho nas escolas era directamente orientado por Lisboa (Inspector Assunção Teixeira da 2ª área de Saúde Escolar e apesar desta experiência estar integrada numa perspectiva *de Medicina Escolar*, com alguns condicionalismos na equipa de trabalho, houve no entanto uma cooperação entre médicos escolares, visitadoras escolares, assistentes sociais e professores de alunos com problemas de adaptação escolar, privilegiando-se nesta dinâmica de trabalho, o relacionamento com os alunos e os seus familiares. A finalidade que a DGEFD e Saúde Escolar se propôs atingir, foi conseguida através da *acção conjunta de toda a equipa*, no sentido de «melhorar as condições da Medicina Escolar tendo em vista a profilaxia e tratamento dos alunos na sua dimensão bio-psico-social» (Mª de Fátima Jorge, 1971:73).

Em 1969/70, estas experiências de estágio foram alargadas ao então Liceu Nacional D. Maria, e em 1970/71, ao ex-Liceu D. Duarte, com duas e três estagiárias em Serviço Social, respectivamente, neste último ano já com o apoio



do recém criado Instituto de Acção Social Escolar (IASE), tendo tido todas ingresso profissional nesta Instituição.

*É na década de 60 que, em virtude das ideias desenvolvimentistas e para diminuir o analfabetismo e melhorar as condições sociais das populações, surgem projectos de desenvolvimento comunitário e o Serviço Social vai participar nesses projectos e em programas globais executados por equipas inter-disciplinares a vários níveis, incluindo a área da educação.*

A Assistente Social Escolar, nessa época e de acordo com a formação ministrada nos Institutos é uma profissional que valoriza, por um lado, comportamentos, atitudes, motivações dos alunos e o respeito pela diferença no desenvolvimento humano, para uma correcta integração e adaptação do indivíduo ao meio escolar e à sociedade, e, por outro, destaca a intervenção sobre as condições escolares e sociais (constituição de turmas, horários escolares, condições de acesso às escolas, relações professores/alunos situações problemáticas sócio-familiares, a relação escola/família etc.) como factores condicionantes dessa integração e adaptação.

Como técnica de relações humanas, assume o papel no âmbito psicossocial, numa linha de «personalização e realização global do educando, colaborando com a Escola na concretização da sua principal finalidade - a educação».<sup>87</sup>

O «Serviço Social aparece no âmbito escolar como complemento necessário à acção dos professores, pedagogos, médicos e psicólogos escolares»<sup>88</sup> *que promove a colaboração entre todos os elementos da*

---

<sup>87</sup> M<sup>a</sup> de Fátima Jorge, *O Serviço Social Escolar na Acção Educativa*, p.76

<sup>88</sup> *Ibidem*, p.77

*comunidade escolar e de interligação com outros serviços, ou seja, a Assistente Social assume um papel intermediário entre a escola e a comunidade, pelo que procura estar informada sobre os recursos existentes e formas de orientação dos alunos, nas suas opções pessoais e profissionais.*

Nessa altura os estudos que se elaboraram nas escolas, tinham em vista a *oficialização do Serviço Social Escolar*, referindo-se a «necessidade de existir junto do Ministério da Educação Nacional uma Assistente Social Escolar coordenadora a nível de macropiano de todo o trabalho que a nível micropiano se faça», pois que, «sem este esforço coordenador e representativo junto do Governo, toda a nossa acção nos parece ficar mais ligada a iniciativas individuais, mais circunstanciada, mais dispersa e menos positiva».<sup>89</sup>

Verifica-se nesta transcrição uma *dimensão política*, manifestada pela preocupação da participação do Serviço Social Escolar<sup>90</sup> no sentido da aplicação das políticas de educação e propostas de novas medidas em que colabora «como órgão informador das realidades concretas a serem revistas, colaborando, portanto, e em última análise, para a promoção e melhoramento da escola e do país» (Branca E. Pedreira, 1970:214).

---

<sup>89</sup> Branca Elisa Pedreira, *Relatório de Serviço Social Escolar no Liceu Nacional D<sup>a</sup> Filipa de Lencastre*, de 3 de Novembro de 1969 a 30 de Junho de 1970, p.213 e 214

<sup>90</sup> Em consequência das políticas desenvolvimentistas verifica-se um desenvolvimento do sector de educação no Serviço Social, podendo encontrar-se nesta área 16 monografias no período de 1960 a 1969, no Instituto de Serviço Social de Lisboa, em paralelismo com a área da saúde e deficientes, que se encontram posicionadas em terceiro lugar. O 1º posicionamento constata-se em estudos de ecologia social (comunidade) e o 2º na área empresarial Cf Francisco Branco, *A Construção do Conhecimento no Serviço Social em Portugal na década de 60*, Anexo nº4

## **CAPÍTULO V**

### **A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL ESCOLAR**

Neste capítulo analisam-se as relações entre o Estado, políticas de Acção Social Escolar e o Serviço Social, em que se releva no período Marcelista, a importância dos Estágios em Serviço Social em estabelecimentos de Ensino em vários graus de ensino, para estudo e definição da política de Acção Social Escolar pelo Governo, tendo em perspectiva, a criação de lugares de Serviço Social Escolar.

Na sequência da reforma de Veiga Simão, de democratização do ensino no início da década de 70, numa linha de igualdade de oportunidades de educação, é criado o Instituto de Acção Social Escolar, em 1971, onde se institucionaliza o *Serviço Social Escolar* para a implementação de programas de Acção Social Escolar e que, passados dois anos sofre uma reorganização com impacto na Divisão de Serviço Social e na projecção sócio-profissional dos Assistentes Sociais neste Ministério.

#### **1. Relações entre o Estado, a política de Acção Social Escolar e o Serviço Social Escolar**

«É vindo da década de 60, o discurso liberal meritocrático corrente do capitalismo «esclarecido», confiado nos efeitos demográficos da expansão do ensino, adjuvada por medidas compensatórias de acção social escolar» (Rui Grácio, 1981:666) .

Os *direitos sociais*, que representam o *direito a gozar de um padrão mínimo de bem estar e de segurança* (Pedro Hespanha, 1995) são garantidos em países de capitalismo avançado e deverão ser assegurados pelo Estado de Bem Estar (Welfare State),<sup>91</sup> com *políticas sociais* adequadas, que visam «os esforços dos governos para eliminar a pobreza e alcançar uma maior justiça social através da redistribuição equitativa dos rendimentos. Neste sentido, a política social preocupa-se com a promoção de bens e serviços, satisfação das necessidades básicas de educação, de habitação, saúde e serviços sociais. Finalmente atentar às problemáticas relacionadas com a segurança, igualdade de tratamento e oportunidades dos cidadãos, liberdades e garantias individuais» (Joaquina Madeira, 1995, p.48).

De facto, se o Estado reconhece que lhe compete «assegurar a todos os portugueses o direito à educação, mediante o acesso aos vários graus de ensino e aos bens de cultura, sem outra distinção que não seja a resultante da capacidade e dos méritos de cada um»<sup>92</sup> e, se determina que o ensino básico é obrigatório e com duração de 8 anos, deverá criar os meios necessários que permitam a real igualdade de oportunidades para todos e, colmatar as desigualdades existentes do ponto de vista social e económico.

De acordo com estes princípios norteadores, *a acção social*, é um conceito profundamente dinâmico quer por ser subsidiária da realidade social, quer porque o seu próprio dinamismo interno, tende também a transformar essa realidade.

---

<sup>91</sup> O Estado de Bem Estar (Welfare State) ou Estado Providência, é uma instituição nascida no século XX, como resultado de um pacto teorizado no plano económico por Keynes, *entre o Estado, o capital e o trabalho*, mediante os quais os capitalistas renunciam a uma parte da sua autonomia e dos seus lucros e os trabalhadores à participação no controlo do processo produtivo e à sua desistência, pela substituição de uma sociedade capitalista por uma socialista. Cf Boaventura de Sousa Santos, *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, p.156

<sup>92</sup> Cf. Lei nº 5/73 que aprova as bases da reforma do sistema educativo

Orientada para conscientizar o indivíduo tanto dos seus direitos como da dimensão social, nesta política desenvolvimentista a ênfase é dada na pessoa humana e na justiça social e «está ligada à ideia de provocar o desenvolvimento para promover o indivíduo, o que converte o desenvolvimentismo em ideologia do promocionalismo» (J. Paulo Netto, 1992:128).

Estes direitos surgem assim, como resultado de uma atitude benevolente do Estado, podendo ser retirado aos cidadãos em qualquer momento, dando a imagem de que o Estado deu sem ser obrigado, aquilo a que os cidadãos têm direito. «Por isso o défice de cidadania corresponde muitas vezes não apenas ao reduzido leque de direitos reconhecidos pelo Estado, mas também ao não exercício de direitos reconhecidos na lei que não foram interiorizados como tais (mas sim como favores) pelos cidadãos» (Pedro Hespanha, 1995:7), constatando-se uma certa tolerância quando não se verifica o cumprimento por parte do Estado, destes direitos sociais.

*Os direitos sociais* - o direito à saúde, à habitação, à escola etc.- não podem ser garantidos sem sobrecarregar as finanças do Estado, ficando *dependentes dos recursos financeiros que o Estado disponibiliza* para o efeito. Como a aplicabilidade das políticas de ASE implica encargos para o Estado, fica assim, *limitado um direito social* em função da regulamentação legal e da intenção do governo promover a justiça social, mesmo porque a «homogeneização e a padronização da oferta de bens e serviços associados aos programas nacionais e gerais revelou-se claramente nos seus limites, não só pelos efeitos de burocratização e inadequação de bens e serviços às necessidades e pedidos da população como sobretudo pelo défice de equidade alcançado» (Fanfani, 1991, citado por Francisco Branco, 1993:77).

A igualdade de oportunidades perante a lei de acesso a bens e serviços impõe reconhecer que as diferenças sociais, económicas, culturais, exigem que se pense o tema da igualdade com desigualdade. O conceito liberal de igualdade de oportunidades só será real quando as oportunidades forem desiguais, tratando-se de uma “discriminação positiva” (Aldaíza Sposati, 1991), para se atingir uma mudança na qualidade de vida das populações, mesmo porque a ASE não consegue alterar essa qualidade de vida, mas apenas vai escalonar a realidade em vários níveis, para atenuar as assimetrias sócio-económicas existentes.

É apenas em 1971, com a criação do Instituto de Acção Social Escolar (IASE) e no intuito de apoiar as famílias com as despesas escolares dos filhos, que surge *oficialmente* o sistema de compensação - a *Acção Social Escolar* - que *deixou de se circunscrever a manifestações de assistência casual, alargando o seu campo de acção a todos os graus de ensino, o que reflecte uma preocupação de justiça social que bem se pode traduzir num processo educativo de base, pois que, sendo a educação um bem individual, ela deve ser acessível e assegurada a todos, pelo Estado.*

A Acção Social Escolar (ASE) tendo por *objectivo o indivíduo*, destina-se a proporcionar-lhe condições materiais que possibilitem o aproveitamento das próprias potencialidades com um máximo de rendimento ou a colmatar lacunas não preenchidas pelas estruturas sócio-políticas do sistema e, tem por *objecto quer a concessão de auxílios económicos aos alunos com menores recursos económicos, sob a forma de subsídios escolares, empréstimos, isenção ou redução de propinas, isenção ou redução de taxas dos serviços de Acção Social Escolar, quer a prestação de serviços, no sentido de criar e apetrechar os*

*serviços e estruturas de apoio ao estudante em geral, sob a forma de saúde escolar e assistência médica e medicamentosa, alimentação transportes, alojamento (como meios de garantir o acesso à escola), seguro, fornecimento de material didáctico e campos de férias (cf. art.º 7º, 1.2.3. do D. L. nº178/71), definindo as condições de acesso dos estudantes aos benefícios daqueles serviços, com fixação de preços acessíveis à generalidade dos alunos, procurando o IASE concentrar todas as acções e serviços de apoio ao estudante, em todos os graus de ensino, de uma forma uniforme.*

Para ir ao encontro das atribuições do IASE, realizaram-se *estudos necessários à definição pelo governo, de políticas de acção social escolar*, tendo este Instituto integrado em 70/71, em estágios, *Assistentes Sociais* em várias escolas do ensino primário, preparatório e secundário, «com o fim de conhecer as realizações e as necessidades em matéria de Acção Social Escolar»<sup>93</sup>

Tais estudos, constituíram-se em *experiências pilotos*, numa linha de descoberta do funcionamento das escolas e da situação escolar dos alunos dos diferentes estabelecimentos de ensino, *focalizando-se nas turmas* o acento tónico destes trabalhos que consistiam na elaboração de:

- uma *ficha inquérito* que tinha em vista o conhecimento do meio familiar, estado de saúde, habitação, transporte, aproveitamento escolar, interesses necessidades e aspirações etc. e a recolha de *dados individuais*, permitindo um conhecimento pessoal, quando necessário, de cada aluno;

- um *mapa de diagnóstico tipo*, de caracterização e análise psicossocial das turmas, não esquecendo a sua integração no todo, propondo-se como objectivo uma actuação, quer junto dos alunos, quer das famílias, tendo em vista

---

<sup>93</sup> Cf. *Relato das Actividades do Instituto de Acção Social Escolar, 1971/73*, Ministério da Educação Nacional, p. 49  
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA - ESAE

principalmente a melhoria do grau de aproveitamento escolar,<sup>94</sup> numa tentativa de *combate ao insucesso*, desenvolvendo actividades que possibilitassem um maior rendimento escolar dos alunos e ainda na *dinamização de toda a comunidade escolar* «através de um trabalho sócio-psicológico dentro de cada estabelecimento de ensino (ou grupos de estabelecimentos) no sentido de se conseguir o desenvolvimento pleno das potencialidades existentes, com vista à realização pessoal e à obtenção das finalidades últimas da educação: participação activa e consciente de cada cidadão na sociedade»<sup>95</sup> com o objectivo de uma articulação família-escola-comunidade.

Em algumas situações, fez-se um trabalho de colaboração com psicólogos, visando não só o conhecimento dos aspectos psicológicos colectivos, mas também a *orientação profissional*, através de entrevista aos alunos interessados.

Com este estudo- interpretação proposto às Assistentes Sociais «*pretendia-se não só lançar as bases do Serviço Social Escolar, bem como encarar a viabilidade do desenvolvimento comunitário a partir da escola*».<sup>96</sup>

## **2. Criação do Instituto de Acção Social Escolar**

Face à necessidade de melhorar as condições em que trabalham os estudantes de todos os graus de ensino e considerando a *Acção Social Escolar* (ASE) como um mecanismo orientado para a prestação de apoio aos alunos com menores recursos económicos (apesar de já se aplicar em diversos departamentos do ME, ainda não se encontra organizada administrativamente)

---

<sup>94</sup> Elementos recolhidos de relatórios e planos de estágios de alunas do Curso Superior de Serviço Social de Coimbra e de Lisboa e do Curso de Serviço Social do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas ultramarinas - ISCSPU, integrados em experiências autorizadas pelo Ministério da Educação, nos anos lectivos de 70/71;71/72 e 72/73.

<sup>95</sup> Dulcinda Capelão Almeida Dias, *Relatório de Serviço Social Escolar*, realizado na Escola Preparatória Martim de Freitas, de 2 de Dezembro de 1971 a 31 de Julho de 1972, p. 20

<sup>96</sup> In *Relato das Actividades do Instituto de Acção Social Escolar, 1971/73*, Ministério da Educação Nacional, p.46



fez surgir por um lado, a necessidade de um *órgão central de planeamento e estudo de toda a ASE* a nível nacional, e por outro, a carência de um *órgão de decisão para dirigir e coordenar eficazmente toda essa acção*.

Para ir ao encontro dos objectivos preconizados na reforma de Veiga Simão, é criado o Instituto de Acção Social Escolar (IASE), através do Dec. Lei n.º 178/71 de 30 de Abril, com a *função* de planear e orientar superiormente a Acção Social Escolar (ASE), do Ministério da Educação (ME), até aí monopólio da Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN) sob dependência do IASE, com integração no Conselho Geral desta Instituição a par com representantes da Mocidade Portuguesa Feminina e Masculina, tendo inclusive sido convidada para primeira Presidente do IASE, Maria Ana da Luz Silva, anteriormente ligada à Mocidade Portuguesa Feminina. Esta situação mantém-se até à reestruturação dos serviços do IASE através do Dec. Lei nº 223/73 de 11 de Maio.

*No sentido de prevenir o insucesso escolar* (um dos factores primordiais do atraso estrutural do país em relação a outros países da Europa), são *atribuições* do IASE, *o estudo da problemática global da ASE e a execução*, no âmbito do M.E., da *política de ASE* definida pelo Governo com *carácter universal*, porque pretende abranger toda a população escolar, independentemente do seu status ou nível económico e em especial exercer poderes de administração, de cooperação, de superintendência dos quais se salienta, de entre outros:

«a) Realizar estudos necessários à definição, pelo governo, da política de ASE; b) colocar as tarefas de planeamento educativo no sector especial de ASE, c) estudar e preparar a actualização da legislação aplicável às matérias de que se ocupa; d) cuidar da preparação do pessoal especializado necessário aos seus próprios serviços...) e recolher os dados e elementos necessários para organizar

e manter actualizada a estatística da acção social escolar portuguesa, em colaboração com o Instituto Nacional de estatística; f) elaborar e manter actualizado o inventário de todas as entidades de acção social escolar do Instituto, dos serviços em funcionamento e das instalações que lhes estiverem afectadas; g) promover a divulgação, ampla e permanente, de informações relativas às suas próprias actividades e, em geral, aos meios de acção social escolar postos à disposição da população estudantil»;

- Cooperar com outros Ministérios e municípios, organismos públicos e privados que prossigam fins de ASE e expedir instruções sobre a execução de leis e regulamentos de acção social escolar;

- Orientar a actividade desenvolvida e expedir instruções sobre a execução de leis e regulamentos em matéria de ASE ;

- Criar e apetrechar os serviços necessários para a concretização das prestações de ASE (cf. artº 3º a 6º do D.L. nº 178/71 de 30 de Abril).

*A finalidade do IASE é, pois, criar condições para uma efectiva igualdade de oportunidades de acesso ao ensino e promoção cultural entre todos os portugueses, independentemente da situação económica e a promoção do bem-estar do estudante, no sentido não só da realização pessoal do estudante mas também da obtenção de melhor rendimento social do sistema escolar (A. Caldeira Cabral,1981), estando em consonância com os objectivos da proposta de reforma democrática de Veiga Simão de 1970-73, de garantir «a igualdade de oportunidades e de promover o desenvolvimento económico e social» (Stoer, Stoleroff e Correia, 1990:23).*

Verifica-se que o nº 2 do artigo 1º do D.L. nº 178/71 de 30 de Abril, de orientar a acção social escolar «para a formação moral e cívica da juventude...»,

se encontra deslocado das actividades do novo Instituto, reflectindo reminiscências moralizadoras do período anterior, como também não se enquadra nas novas políticas da educação, o que consta no nº 1 do artigo 1º do citado Decreto Lei de «possibilitar os estudos para além da escolaridade obrigatória a quem tenha capacidade intelectual para os prosseguir» uma vez que, se está a diluir o princípio de concessão de bolsas de estudo aos bons alunos com médias superiores a 14 valores, com incidência dos auxílios económicos na escolaridade obrigatória, e a redução da exigência no aproveitamento escolar.

Numa Comunicação feita ao país em 13 de Janeiro de 1972, o ministro José Veiga Simão, declara que o seu maior desejo «é que este novo departamento contribua decisivamente para a prática efectiva de igualdade de oportunidades. Vejo nele também a ocasião de, por excelência, se realizar uma obra de participação colectiva» (J. Veiga Simão, 1973:224).

De acordo com a Fonte do Departamento de Programação e Gestão Financeira (DEPGEF) do Ministério da Educação, os alunos matriculados no *ensino primário de 4 anos* aumenta de 888 235 no ano lectivo 1960/61, para 992 446 em 1970/71 (António Barreto e Clara Preto,1996:79). Neste grau de ensino a acção do IASE nos três primeiros anos da sua existência (71-73), a nível dos Auxílios Económicos Directos «exerceu-se essencialmente através das Caixas Escolares e traduziu-se na atribuição de subsídios para material escolar, vestuário, calçado e outros benefícios diversos».<sup>97</sup>

Segundo a mesma fonte, encontram-se matriculados no 5º e 6º anos do ensino básico, oficial e particular,153.710 alunos, embora o aumento significativo de alunos matriculados no ensino oficial e particular se regista no 7º,8º e 9º anos,

---

<sup>97</sup> Cf *Balanço da Actividade do IASE, ensino primário e telescola,1973/74 a 1877/78*, MEC, p.12  
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA - ESAE

que de 106 988 aumenta para 217 976 e no ensino secundário de 8 360 para 25 726, nos anos lectivos de 1960/61 e 1970/71, respectivamente (A. Barreto e C. Preto, 1996:79). No início da sua actividade o IASE teve de se adaptar à nova realidade social, onde um «número diminuto de reduções de propinas(4,3%), de isenções de propinas (22,9%) e de bolsas de estudo(0,6), associado às taxas de aumento de escolaridade, obrigaram a pensar numa política e atribuição destes benefícios de modo a convertê-las efectivamente num meio de acesso ao ensino. Como medida complementar, também a concessão de livros e material escolar, da qual beneficiavam 5,3% dos alunos, precisava ser revista e alargada.

Nos ensinos preparatório e secundário, no ano lectivo de 1971/72 foram despendidos 24 975 690 escudos para a concessão de 5 590 bolsas de estudo e subsídios globais. Para se atingir as metas propostas com a criação do IASE e os objectivos da reforma de Veiga Simão, no ano lectivo de 1972/73 a verba consignada para este efeito, aumentou muito significativamente para 76 278 986 escudos tendo beneficiado um total de 31 667 alunos, e em 1973/74 aumentou para 84 690 127 escudos, beneficiando um total de 61 708 alunos<sup>98</sup>.

Nesta análise salientam-se as preocupações com a realização da igualdade de oportunidades, focam-se essencialmente «em *factores de ordem pedagógica*: desde a detecção e correcção precoces de problemas de saúde e compensação educativa de deficiências; à compensação de assimetrias sócio-culturais do meio de origem da criança; ao conteúdo de programas e aos métodos de ensino e avaliação; à orientação escolar e vocacional; à educação de adultos e à educação permanente; ao acesso ao trabalho e à cultura”» (A. Caldeira Cabral, 1981:446),

---

<sup>98</sup> Cf. *Relato das Actividades do IASE, 1971-73*, MEN, p. 4 e *Balanço das Actividades do IASE 1973/74 a 1977/78*, MEIC, p. 68  
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA - ESAE

apesar de a igualdade de oportunidades, constituir um processo para se realizar ao longo de todo o processo educativo e através de todo o sistema educativo.

As políticas desenvolvidas nesta fase pelo IASE procuram incitar o aluno à escola e garantir-lhe condições materiais para que nela se mantivesse.

## 2. 1. O Serviço Social no Instituto de Acção Social Escolar

Em 71 e 72 foram admitidas no IASE, as doze primeiras Assistentes Sociais<sup>99</sup> em escolas de vários níveis de ensino, para implementação de um programa de acção social escolar nas cidades de Coimbra, Guarda, Porto, Setúbal e Bragança, trabalho coordenado a nível nacional pela Assistente Social M<sup>a</sup> Palmira de Moraes Duarte,<sup>100</sup> a convite do Ministro da Educação, Veiga Simão.

Os primeiros ensaios oficiais em Serviço Social Escolar tiveram como finalidade, a concretização dos objectivos preconizados pelo IASE, com acção de

---

<sup>99</sup> Em situação de prestação eventual de serviços por Despachos de 1971 ( Cinco Assistentes Sociais) e por Despachos de 1972 ( Sete Assistentes Sociais), Cf. D.R. II série nº 8 de 10-1-78; D.R. II série nº 19 de 23 -1-78-; D.R. II Série nº 77 de 3- 4-78 e Mapa Resumo dos funcionários do IASE providos no triénio-71/73, in *Relato das Actividades do Instituto de Acção Social Escolar, 1971/73*, Ministério da Educação Nacional, p. 84

<sup>100</sup> Esta Assistente Social trabalhou em Serviço Social de Empresa tendo feito no final do ano de 1956, formação com Marcel Van den Zegel, promovido pelo Sindicato de Assistentes Sociais, Educadoras Familiares e outras Profissionais de Serviço Social, sobre *estudo de casos* e também *Supervisão* encontrando-se em Cadernos de Serviço Social nº 2, *Ano I- Janeiro- Fevereiro- Março de 1957* o seu testemunho desta experiência profissional. Participou na III Semana de Serviço Social, que se realizou no Porto de 25 a 31 de Março de 1957, sob o tema “Serviço Social no Trabalho e nos Organismos Corporativos” encontrando-se em Cadernos de Serviço Social nºs 3 e 4, Ano I- Abril a Setembro de 1957, na II sessão de estudo o documento de trabalho da sua autoria sobre a “*Trabalhadora Social de Empresa*” que serviu de base a discussões. Foi professora no Instituto de Serviço Social de Lisboa onde iniciou a disciplina de Serviço Social de Empresa tendo um texto sobre esta temática, de 1960. Foi coordenadora da primeira tentativa de Serviço Social Escolar lançada em 1963/64, pelo Centro Social do Beato, em Lisboa (a nível individual e cujo ensaio já foi descrito nesta dissertação), com uma equipa de Assistentes Sociais estagiárias e em colaboração com o Instituto de Serviço Social de Lisboa (ISSL), onde dava aulas. Lecionou Serviço Social de Casos e de Grupos no Instituto de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas ( ICSPU), encontrando-se na Biblioteca desta Instituição uma brochura das aulas dadas, que versam sobre a matéria referida. Fez parte em 1963, do Centro de Estudos e Desenvolvimento Comunitário (pela Portaria nº 19 766 de 18 de Março de 1963, do Ministério do Ultramar é criado na Junta de Investigação do Ultramar para funcionar junto do ICSPU) alterado em 1964, para Centro de Estudos de Serviço Social e Desenvolvimento Comunitário, pela Portaria nº 20 258 de 22 de Abril de 1964. Foi a impulsora da criação do Curso Complementar de Serviço Social, professado no Centro de Estudos de Serviço Social e Desenvolvimento Comunitário no ICSPU, cujo plano de estudos foi aprovado por Despacho do Ministro da Educação Nacional de 8 de Julho de 1967( cf. Ernesto Fernandes, in *Elementos para uma cronologia do Serviço Social em Portugal*, p. 145) e em 1968 apresentou a tese deste Curso Complementar “*A imagem da Mulher na Sociedade*,” tendo feito *Supervisão* de vários Estágios em Serviço Social Escolar de alunas do ICSPU. Aquando da criação do Instituto de Acção Social Escolar (IASE) em 1971, foi convidada pelo Ministro Veiga Simão para o IASE, para um trabalho de coordenação a nível nacional e implementação de um programa de ASE definido pela Administração Central (IASE), nas cidades de Coimbra, Guarda, Lisboa, Setúbal, Porto e Bragança e em Agosto de 1973, como Directora dos Serviços de Acção Social Escolar apresenta um Projecto de Estruturação da Divisão de Serviço Social Escolar, fruto de reflexão das várias experiências que se foram fazendo no país na área de intervenção em Serviço Social Escolar, tendo-se mantido nesta Instituição até 25 de Abril de 1974.

sensibilização junto das Entidades, Serviços e Estabelecimentos de Ensino, para o *lançamento dos Serviços Distritais*, «tendo em conta o volume de problemas que se concentram no ensino primário, e os reflexos que aqueles seguramente produzem nos restantes graus de ensino; de que se trata do tipo de ensino que maior número de crianças abrange e que, por ser obrigatório, mais reflecte a situação de toda a população....como representativos da situação escolar global». <sup>101</sup>

Salienta-se nos três primeiros anos de existência do IASE, as *funções específicas* das Assistentes Sociais a nível de: *estudo e investigação* em matéria de Acção Social Escolar e de caracterização sócio-económica das áreas de intervenção do Serviço Social Escolar, em colaboração com Governo Civil, Câmaras Municipais, Centros de Saúde, Segurança Social e outras Instituições; *planeamento com programação e avaliação do trabalho em matéria de acção social escolar*, para uma uniformização das acções nos distritos, integrando os serviços de extensão escolar com organização de *Actividades de Tempos Livres (ATL)* para os alunos do ensino primário, que funcionaram «como um complemento da acção familiar e foram concebidas para um maior desenvolvimento das crianças» <sup>102</sup> e *lançamento da Acção Social Escolar a nível de Leite Escolar, Suplemento Alimentar (Leite e sandes)*, <sup>103</sup> e *apoio na reformulação das cantinas tradicionais*.

A partir de 1972/73, *concretizam-se experiências alimentares* em Castelo Branco (com maior incidência na zona do bócio endémico) Bragança, Odemira e Lisboa, numa acção comunitária integrada em Comissões Distritais de

---

<sup>101</sup> Cf. *Estudo das Prioridades de Actuação do Serviço Social Escolar em 1973/74 por concelhos*, IASE, MEN, 1973, p.1

<sup>102</sup> Cf *Relato das Actividades do Instituto de Acção Social Escolar, 1971/73*, Ministério da Educação Nacional, p. 52

<sup>103</sup> A 1ª experiência piloto concretizou-se no ensino primário, no concelho de Tábua do distrito de Coimbra, por ser considerado um concelho com a maior taxa de insucesso, experiência orientada pela Assistente Social Dulcinda Capelão Almeida Dias e supervisionada pela Coordenadora de todo o distrito, a Assistente Social Mª de Fátima Jorge;

Desenvolvimento Social, em colaboração com diversas entidades ligadas à Previdência Social e à Saúde e com a participação das famílias, pretendendo o IASE o alargamento destas acções a outros locais, até à cobertura total do país.<sup>104</sup>

Destacam-se ainda, funções de *participação e colaboração* na informação e sensibilização sobre a política do IASE em matéria de *subsídios escolares*; na *dinamização de Colónias de Férias*; do cumprimento da *escolaridade obrigatória*; do *despiste, encaminhamento e actuação* junto de *alunos com problemas individuais e familiares*; na *colaboração com os Centros de Saúde* na dinamização da Valência de Saúde Escolar, a nível do ensino primário; no *apoio à escolarização* abrangendo os meios de acesso à escola (transporte e alojamento); a *participação* em Comissões distritais de desenvolvimento social (até 1974) e a orientação de estágios de alunas de Serviço Social, integradas em planos de trabalho do IASE (desde 71/72 a 1974/75). Pontualmente, o Serviço Social também colaborou na organização de um curso de alfabetização de adultos, no distrito da Guarda.

A nível do ensino pós-primário, a acção centrou-se no apoio aos Núcleos de Acção Social Escolar (serviços existentes nas Escolas Preparatórias e Secundárias, para a concretização da ASE) no *programa de Auxílios Económicos* para alunos mais carenciados com problemas sociais e de saúde, salientando-se a alteração da política de atribuição de bolsas de estudo associada às taxas de aumento de escolarização, onde não é relevada a média do aluno candidato, como acontecia na OMEN, podendo candidatar-se a estas bolsas os alunos que provassem ter obtido aproveitamento escolar e carências económicas. O aluno

---

<sup>104</sup> Cf. *Relato das Actividades do Instituto de Acção Social Escolar, 1971/73*, Ministério da Educação Nacional  
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA - ESAE

recebia individualmente um auxílio pecuniário, que lhe permitisse a prossecução dos estudos.

*Também se apoiou o despiste de casos de alunos que não se matricularam, ou que abandonaram as aulas, e em acções de orientação escolar e vocacional em articulação com o psicólogo, contratado a meio tempo pelo IASE (para os distritos de Coimbra e da Guarda). Estas experiências permitiram na generalidade um trabalho interdisciplinar (Assistente Social, Psicólogo, Médico, e Professor).<sup>105</sup>*

Todo este trabalho foi orientado numa *dimensão técnico-operativa*, direccionado à resolução de problemas individuais, familiares e pela integração social e encaminhamento dos alunos, em articulação com outras estruturas da comunidade, o que estava de acordo com a afirmação do roteiro do aluno do ISSS de Lisboa -1972/73, em que o Serviço Social deve ser uma “actividade profissional ao lado de outras, com um saber próprio que o oriente para a práxis...”<sup>106</sup>

### **3. A Reorganização do Instituto de Acção Social Escolar em 73 e a criação da carreira de Serviço Social no Ministério da Educação**

O Dec. Lei nº 223/73 de 11 de Maio, reorganiza o IASE, definindo os seus serviços e criando os seus quadros. Neste contexto foi criada a carreira de Serviço Social, no Ministério da Educação.

---

<sup>105</sup> Informações recolhidas da actividade profissional das Assistentes Sociais no período de criação do IASE em 1971 até 1973 (que se centrou principalmente no ensino primário e também no Ensino pós- primário), através de entrevistas exploratórias e/ou da consulta do curriculum vitae das Assistentes Sociais do distrito de Coimbra, Mestre em Famílias e Sistemas Sociais, M<sup>a</sup> de Fátima Miranda Jorge Seabra, Mestre em Famílias e Sistemas Sociais M<sup>a</sup> do Céu Pimentel, Dr<sup>a</sup> M<sup>a</sup> da Conceição Rosa (que se encontra actualmente a trabalhar na orientação da ASE no Centro de Área Educativa de Aveiro) e, Dr<sup>a</sup> Júlia Costa Albuquerque Rebelo Martins, do Centro de Área Educativa da Guarda. Consultou-se igualmente o *Relato das Actividades do IASE, 1971/73*, Ministério da Educação Nacional

<sup>106</sup> Cf. M<sup>a</sup> Teresa Abrantes, “Serviço Social, Cronologia. Legislação. Escolas criadas e sua evolução,” *Cadernos, Associação de Profissionais de Serviço Social, n.º1, Set/Out 77*, p. 29



Esquematiza-se em organograma,<sup>107</sup> nesta página os órgãos e serviços do IASE:

### ORGANOGRAMA DO IASE

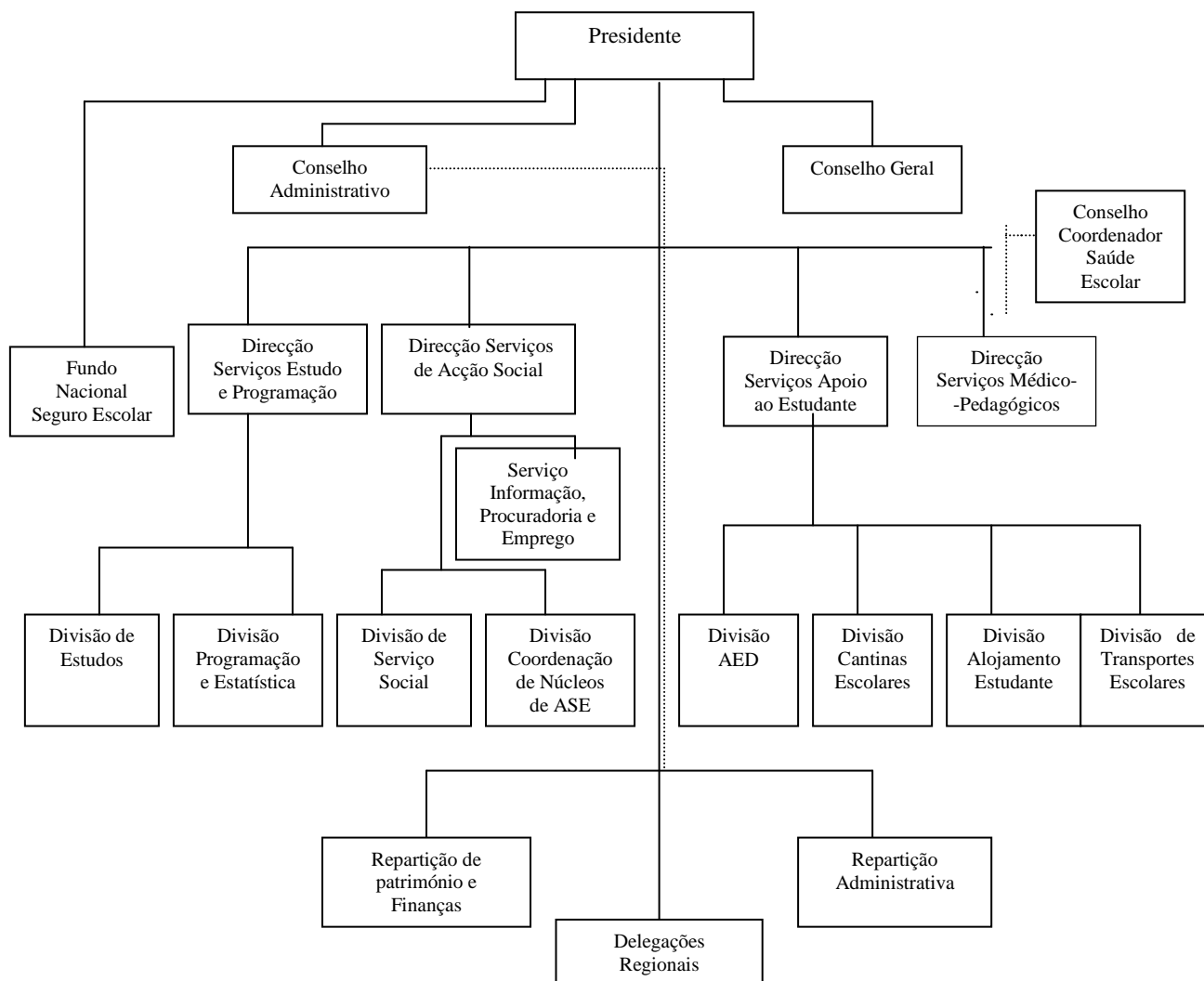


Figura 1 – Organograma do IASE (Fonte- Instituto de Acção Social Escolar, MEN).

De entre os serviços, destaca-se a Direção dos Serviços de Acção Social (DSAS) e a Direção dos Serviços Médico-Pedagógicos, por, nessas Direcções terem tido expressão as Assistentes Sociais.

<sup>107</sup> Adaptado de *Relato das Actividades do IASE, 1971-73*, MEN, entre página 83 e 84  
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA - ESAE

### 3.1. Direcção dos Serviços de Acção Social (DSAS)

Nesta Direcção de ASE, os lugares de Director de Serviços e de Chefe de Divisão foi ocupado por Assistentes Sociais de acordo com estipulado no artigo 19, alínea c) do D.L. nº 223/73 de 11 de Maio, o que promoveu a dignificação e o estatuto destes profissionais no início da década de 70, no Ministério da Educação, com implicação ao nível do poder e autonomia de competências. *Compreende uma Divisão de Serviço Social (DSS) que inicialmente era constituída por uma Chefia de Divisão, um Departamento de Orientação e Coordenação do Serviço Social Escolar,<sup>108</sup> um de Estudo e Planeamento do Trabalho Social e outro de Colónias e Actividades de Férias. No ano lectivo de 1972/73, vai integrar novos sectores, «nomeadamente o de cooperação com entidades oficiais e particulares, e de formação de pessoal e o de serviço social escolar no distrito de Lisboa», tendo o IASE levado a efeito a *formação de pessoal especializado em Serviço Social Escolar*, em Campos de Férias, para Serviços de Extensão Escolar, com frequência em curso de especialização nos E.U.A e estágio de especialização na Bélgica.<sup>109</sup>*

Nesta Divisão ficam vinculadas as Assistentes Sociais na Carreira de Serviço Social no Ministério da Educação, à qual compete *a orientação do Serviço Social Escolar a nível do ensino primário, a coordenação da ASE através do Núcleo de Acção Social Escolar (NASE)*, que funciona localmente em cada estabelecimento de ensino preparatório e secundário, e a Direcção e Orientação dos Serviços de Informação, Procuradoria e emprego, como meios de acção social e de apoio ao estudante (artº 9, ponto 2 do D.L. nº 223/73 de 11 de Maio).

---

<sup>108</sup> Do Departamento de Orientação e Coordenação do Serviço Social Escolar estão dependentes os Sectores de Extensão Escolar e de Apoio à Família e o Sector de Acolhimento e Trabalho com alunos em Situação Especial – Cf Organigrama da Divisão de Serviço Social in *Relato de Actividades 1971/73 do Instituto de Acção Social Escolar*, p.48

<sup>109</sup> *Relato de Actividades do Instituto de Acção Social Escolar, 1971/73*, MEN, p. 54

A estrutura apresentada pela Divisão de Serviço Social, esquematiza-se através do seguinte organograma:<sup>110</sup>

### ORGANOGRAMA DA DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL

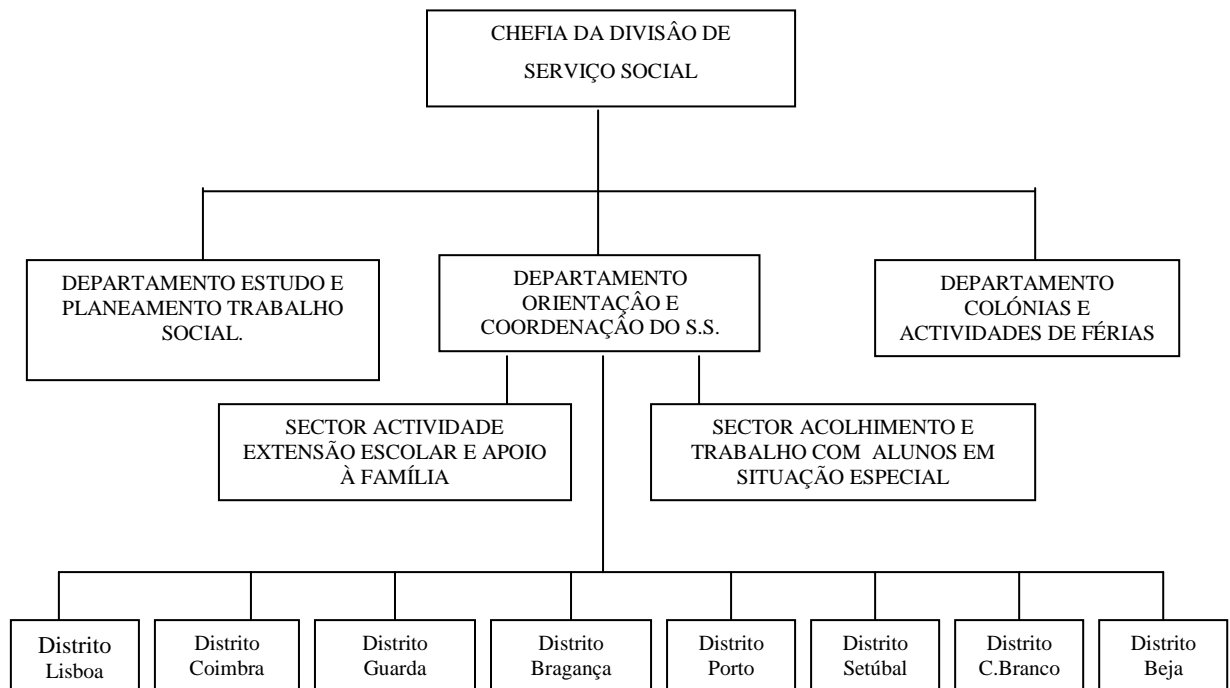


Figura 2 – Organograma da Divisão de Serviço Social (Fonte- Instituto de Acção Social Escolar, MEN)

<sup>110</sup> Adaptado de *Relato das Actividades do IASE, 1971/73*, MEN, p.48  
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA - ESAE

### 3.1.1. Proposta de Reorganização da Divisão de Serviço Social

Em 1973/74 e sob proposta da Directora de Serviços de Acção Social Escolar, M<sup>a</sup> Palmira de Moraes Pinto Duarte, é apresentado ao senhor Secretário de Estado da Juventude e Desportos, um *Projecto de Estruturação da Divisão de Serviço Social Escolar*, cujo conteúdo é o reflexo das experiências que se fizeram nos distritos de *Coimbra, Guarda, Porto, Setúbal, Bragança, Lisboa, Castelo Branco e Beja*. Aponta-se como *finalidades da Divisão de Serviço Social Escolar* «contribuir para criar condições que permitam aos alunos tirar dos estudos o máximo rendimento, através do exercício específico do serviço social »<sup>111</sup> numa dinâmica de interligação alunos-professores-comunidade escolar, com *criação de serviços de apoio ao estudante, utilização dos recursos existentes e apoio efectivo à acção social escolar em colaboração com o serviço social, que exerce uma função educativa junto das famílias e alunos, fomentando a criação de condições para o cumprimento efectivo da escolaridade obrigatória, procurando reduzir as disparidades individuais, familiares e sociais que afectam o rendimento escolar e a continuação dos estudos para além da escolaridade obrigatória.*

De entre as funções desta Divisão propõe-se colaborar: «na definição dos princípios orientadores da acção social escolar de acordo com a política social definida pelo governo e as necessidades da população escolar portuguesa»; «na definição das modalidades de acção social escolar a nível da criação de meios ou de serviços de apoio e da efectivação ou realização de acção social escolar propriamente dita»; «em programas ou acções que permitam «a articulação entre

---

<sup>111</sup> M<sup>a</sup> Palmira Duarte, *Projecto de Estruturação da Divisão de Serviço Social Escolar*, Lisboa, Agosto de 1973 ,p.4  
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA - ESAE

recursos humanos e materiais existentes, e as necessidades dos alunos em matéria de acção social escolar». <sup>112</sup>

*Como funções específicas, propõe-se através de um trabalho de campo, que esta Divisão atinja «a cobertura do território do Continente e Ilhas adjacentes com Técnicos de Serviço Social devidamente preparados e especializados que permita:*

1- Promover o trabalho social junto dos estabelecimentos de ensino, em colaboração com a saúde escolar, com a orientação educativa e com os diversos programas de compensação educativa do Ministério da Educação Nacional.

2- Proporcionar aos alunos do ensino primário condições de desenvolvimento integral, através de *actividades de extensão escolar e de férias* <sup>113</sup> em colaboração com entidades oficiais e particulares;

3- Colaborar efectivamente com os vários serviços do IASE, nomeadamente com Núcleos de Acção Social Escolar». <sup>114</sup>

*Esta Divisão, propõe também acções de participação de natureza interdisciplinar, em que vão colaborar as Assistentes Sociais, nomeadamente em programas de desenvolvimento económico social com serviços de outros Ministérios, em Comissões Distritais de Desenvolvimento Social e com a Comissão de Planeamento da Região Norte, além da participação nos Grupos de trabalho sobre Orientação Educativa e integração dos Invisuais no Ensino Regular (GEP) e ainda a formação dos Agentes de Acção Social; Serviços de Extensão Escolar, atribuições do IASE e do Secretariado para a Juventude.*

---

<sup>112</sup> M<sup>o</sup> Palmira Duarte, *Projecto de Estruturação da Divisão de Serviço Social Escolar*, Lisboa, Agosto de 1973, p.6

<sup>113</sup> Como é o caso de ATL – Actividades de Tempos Livres, Colónias e Campos de Férias, constatando-se paralelamente um apoio técnico e a formação de pessoal, para cobertura destas actividades.

<sup>114</sup> Cf. *Relato das Actividades do Instituto de Acção Social Escolar, 1971/73*, MEN, p. 47

A nova proposta integrava, para além dos três Departamentos já existentes - Departamento de *Orientação e Coordenação do Serviço Social Escolar*,<sup>115</sup> Departamento de *Estudos e Planeamento do Trabalho Social*<sup>116</sup> e Departamento de *Colónias e Campos de férias*,<sup>117</sup> uma proliferação de sectores específicos na dependência de cada um dos Departamentos citados, em função do alargamento das acções propostas.

Na Divisão de Serviço Social, através do *Sector de Orientação e Coordenação do Serviço Social Escolar* pretendia-se:

- *Implementar o Serviço Social Escolar* nos diferentes distritos, por intermédio de Assistentes Sociais, com *orientação técnica* do trabalho social realizado distritalmente e do Serviço Social Escolar, junto dos Estabelecimentos de Ensino;

- *Coordenar o Serviço Social Escolar*, através de reuniões periódicas com as equipas distritais de Serviço Social, para avaliação do trabalho;

- *Elaborar um plano de trabalho sectorial da respectiva região*, em colaboração com os técnicos que nele trabalham.

Esta proposta de reorganização das acções demonstra, pela Divisão de Serviço Social, a influência do Serviço Social Norte Americano, com focagem na *investigação* «para mostrar as evidências dos problemas sociais e determinar a

---

<sup>115</sup> Neste Departamento além dos Sectores de Actividades de Extensão Escolar e de Apoio à Família e do Sector de Acolhimento e Trabalho com Alunos em Situações Especiais, são propostos quatro Sectores de Orientação e Coordenação das Regiões (Norte, Centro, Lisboa e Sul, Açores e Madeira), ficando como já acontecia, na dependência directa do Departamento, os Serviços distritais e locais.

<sup>116</sup> Neste Departamento além do Sector de Formação de Pessoal e do Sector de Cooperação com Outras Entidades, criados em 1972/73 com a mesma Directora de Serviços - Dr<sup>a</sup> M<sup>a</sup> Palmira Duarte - *propõe-se o Sector de Estudos e Planeamento do Trabalho Social*, porque há uma preocupação de se efectuarem *estudos da realidade da situação escolar do país e dos problemas sociais relacionados com a população escolar*, seus reflexos positivos e negativos no desenvolvimento integral do aluno, com o intuito de dar a conhecer superiormente esta realidade e de se *estabelecerem zonas de actuação* e dentro destas, *definirem critérios de prioridade*, com o intuito de se avaliar e elaborar relatório das acções desenvolvidas, bem como, elaborar para cada ano um Projecto de trabalho da Divisão de Serviço Social.

<sup>117</sup> Neste Departamento são criados dois Sectores – um ligado a Colónias e a Campos de Férias e outro à Colocação e Intercâmbio Familiar em Férias, pela implementação e desenvolvimento destas acções a nível nacional. Cf. Organograma Atribuições da Divisão de Serviço Social de M<sup>a</sup> Palmira Duarte, in *Projecto de Estruturação da Divisão de Serviço Social Escolar*, Lisboa, Agosto de 1973, sem página

necessidade de intervenção estatal» (M<sup>a</sup> Durvalina Bastos, 1988:13), propondo-se a investigação das realidades das comunidades escolares, necessária a um planeamento e programação ao nível da macroestrutura e a nível regional, distrital, local e sectorial. A proposta de associar a investigação ao Serviço Social não é comum nesta época, em que as escolas formam os Assistentes Sociais para a prática sem contemplar a formação específica para o exercício da investigação. Esta investigação constituiria um instrumento de *avaliação e reformulação do trabalho social junto do público alvo* (alunos-família e toda a comunidade escolar e social), em que o Serviço Social, contribuiria para a criação de condições para integração do aluno na comunidade escolar e na sociedade.

A criação da carreira de Serviço Social proporcionou aos profissionais de Serviço Social, na área da educação, uma *ascensão no estatuto*, um *alargamento e autonomia de competências*, com uma *conquista de poder dentro da Instituição*, com *ocupação, por Assistentes Sociais, de lugares de Direcção do Serviço de Acção Social e de Chefia da Divisão de Serviço Social*, com um aumento da dignificação profissional, neste Ministério, o que apresentava um carácter excepcional no que toca à panorâmica geral a nível da Administração Pública.

São providos no quadro, no primeiro triénio do IASE (1971-1973) *três* técnicos Chefes de Serviço Social (um a exercer funções para além do quadro), *sete* Técnicos de Serviço Social de 1<sup>a</sup> classe e *cinco* Técnicos de Serviço Social de 2<sup>a</sup> classe.<sup>118</sup>

---

<sup>118</sup> Cf Mapa resumo dos funcionários do IASE providos no triénio- 1971/73, in *Relato das Actividades, Instituto de Acção Social Escolar, 1971-73*, MEN, p. 84

A Divisão de Serviço Social representou um papel importante na promoção de encontros entre as Assistentes Sociais, para análise das políticas de ASE, troca de experiências profissionais com reflexão e avaliação, tendo em vista uma programação regional uniformizada, além de promoção de acções de formação para valorização e actualização profissional, a que o pós 25 de Abril veio dar uma efectividade com maior periodicidade deste tipo de actividades, até à sua extinção em 1978, como iremos ver noutro capítulo da II Parte deste trabalho.

### **3.2. Direcção de Serviços Médico-Pedagógicos**

Com a reforma do sistema educativo português, tornou-se premente a necessidade já sentida ainda antes da criação do IASE, de rever as estruturas da *Saúde Escolar*. Com efeito «qualquer sistema educacional, por mais bem delineadas e eficientes que sejam as estruturas pedagógicas, só poderá ter pleno rendimento se for devidamente apoiado por um sistema efectivo de vigilância e protecção sanitária da população escolar»,<sup>119</sup> passando o IASE a abranger, no âmbito dos serviços prestados ao aluno em geral, a modalidade de *Saúde Escolar*, conforme o artigo 7 n.º 3 do Decreto-Lei n.º 178/71 e, é com a Lei Orgânica do Ministério da Educação<sup>120</sup> que se processa à integração da *Saúde Escolar* no IASE.

Quando em Março de 1972 se fez «a transferência dos serviços da Direcção Geral de Educação Física e Desportos para o IASE e se criou neste a Direcção de Serviços Médico-Pedagógicos, canalizaram-se os esforços no

---

<sup>119</sup> Cf. *Relato de Actividades do IASE, 1971/73*, MEN, p. 6

<sup>120</sup> Esta Lei Orgânica é definida pelo Dec. Lei n.º 408/71 de 27 de Setembro



sentido de apressar a reforma da saúde escolar, já anteriormente empreendida, em colaboração com o Ministério da Saúde».<sup>121</sup>

Com a reorganização do IASE em 1973, aos Serviços Médico-Pedagógicos em colaboração com a Direcção de Serviços de Saúde Escolar, da Direcção Geral da Saúde do Ministério da Saúde e Assistência, competia-lhe:

- «assegurar as actividades de Saúde Escolar, nos estabelecimentos de ensino e outros organismos dependentes do Ministério da Educação Nacional», no sentido de promover a saúde dos alunos do ensino primário, preparatório, secundário, médio, e preparar pessoal especializado em saúde escolar;

- «definir em colaboração com os serviços docentes, as condições médico-pedagógicas dos alunos, participando nas actividades de observação e orientação educativa»;

- «estabelecer uma carreira médico-pedagógica para pessoal afecto às actividades de Saúde Escolar».<sup>122</sup>

O Centro de Saúde Escolar de Lisboa, desenvolveu uma «intensa acção no sentido de preparação dos estudos para a reforma da Saúde Escolar», destacando-se a *nível da formação de pessoal* : “a publicação de um boletim periódico” do Centro de Saúde Escolar; “estágios proporcionados a alunos do curso de saúde pública (médicos) e do curso de auxiliares sociais;” “participação em simpósios e congressos da especialidade;” “estágios no estrangeiro;” a realização do V curso para visitadoras Escolares (Lisboa-Julho de 1972) e “cursos para médicos escolares (Outubro de 1973),” referindo-se ainda a «correspondência mantida com a Saúde Escolar Francesa, tentando assegurar o

---

<sup>121</sup> Cf. *Relato de Actividades do IASE, 1971/73*, MEN, p.6

<sup>122</sup> Cf. D.L.nº 223/73 de 11 de Maio, artigo 13º

envio de dados para o “Dossier Medical” dos alunos emigrantes» e também o apoio à investigação e estudos que se realizaram.<sup>123</sup>

*A nível da experiência de exercício em saúde escolar, foram realizadas “inspecções sistemáticas a todos os alunos da 1ª classe, precedidas por inquéritos às famílias e seguidas de reuniões com o professor, tendo-se feito o acompanhamento de todos os casos de desvio da norma com fins quer profiláticos, quer terapêuticos”.*<sup>124</sup>

Nesta sequência, no Centro de Saúde Escolar de Lisboa, que desempenhou uma função formativa, «foram criados, a título supletivo, várias consultas da especialidade,<sup>125</sup> procurando organizá-las, não só como um conjunto harmónico em função das características da população escolar, mas também como um meio de educação para a saúde e de formação do pessoal de campo nas técnicas dos vários rastreios a efectuar».

Na perspectiva da reforma da saúde escolar, preparam-se as infra-estruturas, “foi apetrechado o Centro de Saúde do Porto e reapetrechadas várias unidades de gabinetes médicos ao abrigo do III Plano de Fomento, do ano de 1973”.<sup>126</sup>

A Saúde Escolar foi assim garantida por médicos e por visitadoras escolares nos Serviços Médico-Pedagógicos do IASE, que só integra Assistentes Sociais a partir de 75/76, nos Centros de Medicina Pedagógica e nas Unidades de Apoio Médico Pedagógico, assunto que iremos referir na II Parte deste trabalho.

---

<sup>123</sup> Na linha de apoio à investigação de referir a determinação na norma *estatuto ponderal do escolar português, cujos estudos foram dirigidos pelo Drº Eugénio Ribeiro Rosa, colaborando médicos e visitadoras escolares dos distritos do Continente, e do Centro de Saúde de Lisboa. Em Coimbra e sob orientação do Dr. M. Assunção Teixeira, efectuou-se o rastreio dos defeitos de ortostática, Relato de Actividades do IASE, 1971/73, MEN, p. 73 e 74*

<sup>124</sup> Cf. *Relato de Actividades do IASE, 1971/73, Ministério da Educação Nacional, p. 71*

<sup>125</sup> Consultas especializadas nas áreas de ortodôncia, cardiologia, oftalmologia, otorrinolaringologia, audiometria, radiologia e laboratório(análises) e ainda o apoio do Instituto Nacional de Assistência à Tuberculose, que criou no Centro de Saúde de Lisboa um dispensário para estudantes, integrado neste conjunto.Cf. *Relato de Actividades do IASE, 1971/73, MEN, p. 72*

<sup>126</sup>*Relato de Actividades do IASE, 1971/73, MEN, p. 73*

No Instituto de Acção Social Escolar o Serviço Social exerce uma autonomia interna que não questiona a organização do sistema político português, mas antes se alicerça na dinâmica da organização interna do Serviço Social em que a chefia desenvolve uma direcção para onde se deve encaminhar o Serviço Social Escolar a nível nacional, estabelecendo relações com outras estruturas do IASE para definir e determinar prioridades do Serviço Social Escolar.

---

**SEGUNDA PARTE**

**DO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO, POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E DE  
ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR - O DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO  
SOCIAL ESCOLAR EM PORTUGAL, DA REVOLUÇÃO DE ABRIL DE  
1974 ATÉ 1980**

## **CAPÍTULO I**

### **ANÁLISE DO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DE 25 DE ABRIL DE 1974 ATÉ 1980**

Neste capítulo faz-se uma análise das alterações que ocorreram na sociedade portuguesa, no contexto político, social e económico do período Revolucionário de 25 de Abril de 1974 e do período de Normalização Democrática de 1976 até 1980.

#### **1. A Revolução de Abril de 1974 e as mudanças sócio-políticas**

A revolução de 25 de Abril de 1974 é dirigida por militares que têm por finalidade encontrar uma solução política para o impasse colonial. A ditadura é derrubada e assume o poder a Junta de Salvação Nacional presidida pelo General António de Spínola, que extingue a polícia política (DGS), o partido único (ANP), acaba com a censura e dissolve a Assembleia Nacional, dando-se início a «mudanças sócio-políticas de profundo significado» com o objectivo de uma melhoria na qualidade de vida de todos os portugueses (F. Rodrigues, 1999:191), marcada pela instauração da *democracia* e dos *direitos sociais*.

Os primeiros meses da Revolução caracterizam-se por greves, paralisações e movimentos pela libertação e independência nacional das colónias, uma das principais motivações do 25 de Abril, representando o *período revolucionário* o fim da guerra colonial, a saída dos presos políticos das cadeias, a legalização dos partidos políticos, o direito à greve, a forte mobilização popular, a descentralização política e administrativa que vem beneficiar o poder local, a

reforma agrária, a abolição da censura, a preocupação de democratização da cultura, que vai contribuir para uma tomada de consciência dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e uma mudança nas mentalidades.

*Verifica-se uma quebra da hegemonia do Estado* e, paralelamente dá-se uma grande *expansão de Instituições da sociedade civil* o que provoca uma modificação do papel do Estado como regulador da actividade económica, com as *nacionalizações* levadas a cabo pelo Movimento das Forças Armadas(MFA) naquele sector económico, tendo este processo revolucionário assumido uma característica muito peculiar que resulta na aliança entre as Forças Armadas e o Movimento Popular.

O programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) conhecido pelos três Dês (Descolonizar, Democratizar e Desenvolver) constitui o marco do período compreendido entre 1974 e 1976. A primeira palavra chave, «Descolonizar» traduz o objectivo político e militar do MFA, que tem consequências no escoamento da produção e no fornecimento de matérias primas, pela perda dos mercados coloniais, tendo também provocado um aumento demográfico da população com a vinda da população das ex-colónias, constatando-se que têm mais relevância no futuro da sociedade portuguesa, as consequências políticas e sociais da descolonização, do que as consequências meramente económicas (J. Medeiros Ferreira ,1993:273).

A segunda palavra chave «Democratizar» tem «como resultado a institucionalização de uma democracia política, económica e social, procurando dar particular ênfase aos direitos económicos, sociais e culturais» e, sob o lema do «Desenvolver» o MFA propõe-se «realizar uma verdadeira política de desenvolvimento, que para uns se traduziria mais no crescimento económico e na

modernização das infra estruturas do tecido empresarial, enquanto para outros consistiria em geral num maior acesso aos bens económicos para a generalidade da população, sobretudo as classes sociais mais desfavorecidas, com satisfação das necessidades básicas e privilégio da justiça social, o que determinaria fortes condicionamentos à actividade empresarial e ao funcionamento aberto do mercado no interior e nas relações com o exterior, por via da acção reguladora e do poder dos trabalhadores» (A. L. Sousa Franco, 1993:176,177).

*O Estado Português enfraquecido politicamente pela Revolução e pela descolonização tenta recuperar a sua força política, pela intervenção nos domínios financeiro, económico e empresarial, através das nacionalizações de sectores chave desde a banca, os seguros, a energia, os transportes, os cimentos, com a criação prioritária, de sociedades anónimas de capitais públicos.*

Também com a Revolução, o *mundo agrícola* passa a ter uma força expressiva com movimentações dos camponeses e dos agricultores, marcado pela *Reforma Agrária*. A par da reforma assiste-se em Janeiro de 1975, à *ocupação de terras cultivadas em propriedades privadas* (que atingem cerca de 35% da Zona de Intervenção da Reforma Agrária) convertem-se em propriedade do Estado e são transformadas em unidades colectivas de produção. As leis das expropriações e da nacionalização em Julho de 1975, dão início ao processo de legalização da Reforma Agrária (J. Medeiros Ferreira, 1993).

É um período essencialmente marcado por grandes alterações a nível das *políticas sociais*. No que diz respeito às linhas gerais que caracterizam essas políticas *no período revolucionário, há a registar:*

- Em simultâneo com o 25 de Abril de 1974 decorre a junção da Previdência com a Assistência Social, *organizando-se um Sistema de Segurança Social*, unificado e descentralizado, e *caminha-se para a criação de um Sistema Nacional de Saúde* ao qual subjaz uma intenção de definir uma política de saúde;

- É fixada a *pensão social* numa linha de concepção distributiva, «abrangendo por direito e não meramente por concessões pecuniárias e/ou em espécie grupo de população não (directamente) contribuintes para os sistemas de protecção pela via de descontos resultantes do seu vínculo laboral» (Fernanda Rodrigues, 1999:195);

- É determinado o *salário mínimo* e o *subsídio de desemprego*, para melhorar os rendimentos dos estratos mais desfavorecidos e, prosseguir uma política de redução de desigualdades sociais com preocupação de criar poder de compra para a maioria da população;

- Na *política de emprego*, a legislação de trabalho aponta para a *preocupação de estabilidade de emprego*, o *aperfeiçoamento* de esquemas de *seguro contra acidentes de trabalho e doenças profissionais*;

- É *definida* uma *política de protecção na maternidade e 1ª infância*;

- São tomadas medidas de *protecção na invalidez, incapacidade e velhice*;

- Assume-se a *política de emigração* como uma realidade, que não se poderia evitar;

A nível internacional participa de forma activa na União Europeia, na ONU, na NATO e, na então, recentemente criada, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e Comunidade Ibero-Americana, estabelecendo com Espanha relações de grande fraternidade e respeito mútuo, numa linha de integração das



economias peninsulares no quadro da Comunidade Europeia e laços de fraternidade e de cooperação com o Brasil.

No domínio das *práticas sociais*, neste período assenta no desenvolvimento das *políticas distributivas* organizadas pelo Estado (segurança social, saúde e habitação), para elevar o padrão de vida geral de reprodução social, através das *políticas laborais* (com aumento de salário directo) e *políticas sociais* (salários indirectos), num contexto em que, a nível mundial o Estado Providência, se encontra em declínio.

As rápidas e profundas mudanças políticas como consequência da revolução de 25 de Abril, fazem com que as *políticas distributivas* se desvinculem das políticas de acumulação, associada ao primeiro choque petrolífero em 1973, o que provocou um *período de desinvestimento* e de *recessão económica mundial*. O *Estado entra em crise financeira*, mesmo porque a situação económica portuguesa, revela atrasos estruturais evidentes, com consequências ao nível do desemprego.

As novas bases da comunidade portuguesa assente *no pluralismo democrático*, contribui para que, desde as Forças Armadas, passando pela Igreja Católica,<sup>127</sup> às centrais sindicais e patronais, aos partidos políticos<sup>128</sup> e às instituições da sociedade civil, tenham “um papel activo na reformulação dos termos e dos valores da vida em sociedade.” (J. Medeiros Ferreira, 1993:275).

---

<sup>127</sup> “O comportamento da Igreja Católica em todo o processo foi de molde a proporcionar à sua hierarquia e aos seus membros organizados uma influência notável na sociedade portuguesa. Essa influência estendeu-se ao ensino e ao mundo dos negócios ainda com mais vigor do que durante os consulados salazarista e marcelista. A própria «opção europeia» de Portugal encontrou eco muito favorável na Igreja, tendo inclusive o papa Paulo VI encorajado o pedido de adesão à CEE em 1977.” Cf. José Medeiros Ferreira, “Portugal em Transe (1974-1985),” in *História de Portugal*, ( direcção de José Mattoso) oitavo volume, p. 277

<sup>128</sup> Também o *sistema pluripartidário dos partidos políticos* surgido neste período revolucionário, fez com que os partidos passassem a ser “veículos privilegiados na formação da teoria das decisões na nova sociedade portuguesa e pontos de referência e de concertação nos destinos de um Estado que se descolonizara e se democratizara. As críticas ao funcionamento partidário só aparecerão mais tarde” (Ibidem, p.277).

O *Estado é apenas interventor* na satisfação das necessidades, num compromisso entre produção e consumo e, para Boaventura de Sousa Santos o Estado em Portugal, acaba por ter primazia sobre a sociedade civil e, mesmo nos períodos democráticos o Estado não se compromete «com o bem-estar das classes populares a ponto de se poder constituir num Estado Providência» (Boaventura S. Santos, 1994: 86,87).

## **2. A consolidação de direitos sociais, culturais, políticos e cívicos no período de 76 a 80**

Com a tomada de posse do I Governo Constitucional nos finais do verão de 1976 - o denominado período de "normalização" (1976-1980), constata-se uma *reconquista do poder por parte do Estado* e «instaura-se uma dinâmica de reconstituição do Estado capitalista» (Boaventura de S. Santos, 1990, 142). O Estado Providência vai funcionar, em contexto ou parceria, com o regime fordista de acumulação capitalista, em oposição ao período revolucionário caracterizado pelo predomínio de iniciativas da sociedade civil.

O Estado, no período de 74-76 surge não apenas como produtor, mas também financiador ao apoiar as iniciativas da sociedade civil. *Assiste-se ao modelo de Estado Misto*, sistema composto pelas «contribuições dos agentes vários de que o Estado seria tendencialmente um deles, mas não o central» (Fernanda Rodrigues, 1999:40), podendo dizer-se que «os dois primeiros (VI Governo Provisório e I Governo Constitucional) foram governos de normalização. Após os «cortes» operados pela revolução e pela descolonização, procurando normalizar um Estado interventor em economia de mercado, dar coerência ao novo sector público e assegurar um certo *equilíbrio político*, entre direita e

esquerda, e *social*, entre agricultores e empresários, por um lado, e trabalhadores, por outro.

Neste período «a orientação governamental (situação reforçada pelo apoio internacional) é de vinculação aos critérios de acumulação, situação que veio implicar quer a desvalorização da força do trabalho (atingida pelo desemprego, inflação, precarização do vínculo salarial), como de medidas de restrição face às políticas sociais» (Fernanda Rodrigues, 1999:215), *tendo influência no desgaste das condições de vida*, principalmente de certos estratos sociais.

Caracterizado pela dualidade de objectivos, por um lado favorece o processo de acumulação capitalista para a construção de uma sociedade capitalista democrática e moderna e, por outro, através da Constituição de 1976 promulga medidas em que se compromete com os direitos sociais, culturais, políticos e cívicos característicos de uma democracia participativa (Fernanda Rodrigues, 1999), numa altura em que se começa a ter consciência da crise do Estado de Bem Estar nos países de capitalismo avançado, como consequência da recessão económica mundial a partir de 1973.

Apesar de a *Constituição* pressupor a unidade *política social* (que parece apenas existir no plano teórico-doutrinário), a partir de 1976 «as políticas de regulação social do Estado visaram criar as condições políticas, sociais e económicas de um pacto social que tornasse possível uma forma política do tipo Estado-Providência mas sujeita a limitações estruturais da posição semiperiférica da sociedade e da economia» (Boaventura S. Santos, 1987,37). Na prática verifica-se a *coexistência entre legislação avançada, como por exemplo a nível laboral* – o caso da lei de 1976 que não permite despedimentos, mesmo que justificáveis para assegurar a sobrevivência das empresa, a de participação na

gestão etc - e a sua não aplicação ou aplicação selectiva, uma vez que essas leis ou não são regulamentadas ou não se fazem accionar os meios necessários para que as mesmas se cumpram. Aponta-se como modelo desta mesma disparidade “(entre os quadros legais e as práticas que lhes dão forma)” o *Serviço Nacional de Saúde previsto na Constituição*, mas que *tem que esperar dois anos pela primeira proposta de Lei de Bases*, constatando-se assim que, apesar das crescentes dificuldades financeiras para satisfazer as necessidades sociais, se continua a assistir a reformas ambiciosas que, ao apostar num modelo de *saúde pública*, prova estar para além dos recursos financeiros, organizacionais e humanos disponíveis pelo Estado para a eficiência deste Serviço. A segunda metade dos anos 70, fica assim marcada no «domínio da protecção social por uma moderada e não linear ampliação do seu campo material e pessoal» (Fernanda Rodrigues, 1999: 216 e 217).

Neste domínio de *protecção social registam-se*, entre outras, as seguintes *alterações*:

- Em 1977 é introduzido o subsídio de desemprego, embora abranja uma diminuta taxa de desempregados, 25% segundo A. L. Sousa Franco.

- No desemprego, «o anterior direito à assistência médica e medicamentosa nas situações de doença e maternidade além das prestações complementares e de abono de família aos beneficiários das caixas de previdência e trabalhadores por conta de outrém desempregados, foi revisto e alargado, neste caso, designadamente para trabalhadores excedentários (respectivamente pelo Decreto-Lei 183/77 de 5 de Março e Decreto-Lei 396/79 de 21 de Setembro)»;

- «*Os trabalhadores independentes* passam a beneficiar de protecção na doença, maternidade, invalidez, velhice e morte ( Portaria 115/77 de 9 de Março e Portarias 211/79 de 3 de Maio e 354/79 de 19 de Julho);

- *Os trabalhadores do serviço doméstico* são integrados no regime geral de previdência, isto é deixam o regime especial, o que equivale à aproximação do estatuto dos outros trabalhadores por conta de outrem ( Dec-Lei 180-C/78 de 15 de Julho)»;

- *A pensão social é alargada* mediante recurso, aos *indivíduos com idade superior a 65 anos não abrangidos por qualquer esquema de previdência, e a maiores de 14 anos “inválidos” e não cobertos por outras prestações;*

- *As pensões de velhice, invalidez, sobrevivência e pensão social são melhoradas;*

- *O abono de família*<sup>129</sup> é estabelecido como *um direito das crianças;*

- Institui-se o regime de protecção social aos desalojados das ex-colónias e seus familiares em situação de carência, que abrange subsídio de desemprego, assistência médica e medicamentosa, abono de família e prestações complementares, pensões de invalidez, velhice e sobrevivência (Fernanda Rodrigues, 1999:217 a 219).

Este *crescimento no plano social provoca défice orçamental e* desequilíbrios estruturais na Segurança Social pública, determinados quer pelo atraso de pagamento das dívidas, pesando também neste desequilíbrio a «alteração da proporção entre beneficiários contribuintes e outros, em correspondência, aliás com a própria mudança da estrutura demográfica» quer

---

<sup>129</sup> “No período de 70 a 80 as transferências referentes aos abonos de família e prestações complementares e os subsídios de família e maternidade tinham maior peso dentro da distribuição dos gastos de Segurança Social. Na década de 80, as pensões, são ao contrário, as transferências sociais com maior peso no total das prestações sociais. Acrescente-se, a este propósito, que o forte aumento do número de beneficiários, designadamente, os pensionistas influencia esta alteração” Cf Juan Mozzicafreddo, “o Estado Providência em Portugal: estratégias contraditórias,” in *Sociologia-Problemas e Práticas*, p.73 e 74.

ainda, pelo « incumprimento financeiro estatal através da não transferência de verbas do Orçamento Geral do Estado para o orçamento da Segurança Social afim de cobrir as despesas com benefícios para os quais não havia ou apenas existiam poucas contribuições» ( Fernanda Rodrigues, 1999:219).

As políticas económicas pautam-se por um reforço da organização das relações económicas internacionais, e a *economia portuguesa* está na *dependência da economia capitalista mundial* tendo sido *marcada pelos dois «choques petrolíferos» de 1973 e 1979* e pelo *acordo de stand –by com o Fundo Monetário Internacional em 1977* «tendo como finalidade o prosseguimento de um programa de estabilização para a correcção do desequilíbrio externo» então verificado. A partir do Verão de 1977, prepara-se um novo pacote de «medidas de austeridade» (José Ferreira, 1993:145).

*Também o pedido de adesão à CEE em Março de 1977*, constitui o objectivo primordial do Governo e tem importância para a evolução da sociedade portuguesa. Esta *orientação para a Comunidade Europeia torna-se relevante a partir de 1978*, coincidindo com a “Carta de Intenções” assinada durante o II Governo Constitucional, (formado pelo PS e pelo CDS) com o FMI, passando a *caracterizar* por um lado, os *discursos do Governo* e servindo por outro, de *fundamentação para futuras iniciativas de políticas*.

O FMI exige que o Governo Português aplique uma política de desvalorização do escudo. O essencial do esforço de redução do consumo, feito antes da assinatura da «carta de intenções» (Ibidem) para recuperar a economia e o combate ao desequilíbrio externo, onde se evidenciam as organizações internacionais como O FMI, o Banco Mundial e a Comunidade Económica no “reequilíbrio” do Estado, que «necessitava de recursos para além dos internos»,

dificulta a «orientação para a construção de um Estado de bem estar de inegável centralidade constitucional e factor de legitimação estatal» (Fernanda Rodrigues, 1999:213).

Mantém-se a democracia política e as liberdades cívicas impostas na Constituição, mas não se consegue ultrapassar a situação sócio-económica nem se verificam grandes progressos.

O Estado apesar de assumir um papel central na regulação social com certa autonomia, foi e continua a ser «*maior na promulgação das políticas de regulação do que na sua execução*» (Boaventura de S.Santos, 1987:37) e na prática «as nossas políticas sociais têm ainda um espaço vazio para preencher» (António Leal, 1985:942) e, em face dela torna-se possível conceber as «políticas sociais como acções tendentes a realizar ou a satisfazer os direitos dos trabalhadores (tanto de natureza cívica como de natureza económica), os direitos sociais e o direito à educação» (Ibidem: 925).

## **CAPÍTULO II**

### **POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO NO PERÍODO REVOLUCIONÁRIO E DE NORMALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA**

Neste capítulo analisam-se as principais políticas de educação no período Revolucionário e de Normalização Democrática de 1976 até 1980.

Salientam-se as principais inovações e medidas das políticas de educação, a nível do ensino primário e secundário no período da Revolução de Abril de 74, e a regulação das políticas de educação no período de Normalização.

#### **1. Mudanças e inovações das Políticas de Educação no período Revolucionário**

O período revolucionário foi uma época de grandes modificações na sociedade portuguesa e, conseqüentemente na escola. Esta foi considerada como um elemento fulcral para a formação dos cidadãos da nova sociedade, que se pretendia democrática, impondo a Revolução ao Estado a introdução da *gestão democrática nas escolas e promulgação de vários diplomas*, que revelaram a intenção de estender o grau de participação da comunidade escolar, na gestão das escolas.

Neste período, Portugal retoma de novo o seu lugar na UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), e produz um trabalho que irá responder ao desejo das autoridades portuguesas de reorientarem o sistema de educação, no sentido de «uma verdadeira



democratização e de a tornar um instrumento real de desenvolvimento dos homens, no seio de uma comunidade que escolhera o reforço da sua independência nacional e a via socialista de desenvolvimento (Unesco,1975:1,citado por A. Teodoro, 2001:138).

A nível da educação pretende-se a *eliminação do analfabetismo*, a *implementação da política educativa* decorrente da reforma de Veiga Simão e a *aplicação de esquemas de Acção Social Escolar*.

A escola insere-se na comunidade com a mobilização e *participação activa da sociedade civil na gestão das escolas*, verificando-se uma expansão e democratização do sistema educativo (que significa um sistema educativo meritocrático) cria, por um lado, *formas de escolaridade obrigatória* e, por outro, fomenta “*campanhas de educação de massas em nome da igualdade de oportunidades educativas*” (Stephen Stoer,1982:42) com um máximo de aproveitamento de recursos, no sentido de concretizar a igualdade social e económica.

A sociedade civil com a sua aliança com o Movimento das Forças Armadas (MFA) começa a dominar e a moldar o Estado com medidas inovadoras de que se salientam : a liberdade de expressão; a reunião e associação nas escolas e em toda a sociedade civil; a realização de Assembleias de escola orientadas por processos democráticos; a formação de Associações de estudantes; a criação de Sindicatos de Professores em várias zonas do país e uma maior atenção à formação dos professores em Ciências da Educação; a introdução da avaliação contínua dos alunos; a instauração de uma pedagogia humanista nas escolas, centrada na criança; a unificação do ensino secundário liceal e técnico; a abolição

do ensino médio e técnico como forma de impedir a reprodução das desigualdades sociais; a abolição da divisão de trabalho intelectual e manual; o alargamento do acesso ao ensino superior e a promoção de um curriculum que estabeleça a ligação entre a comunidade e a escola, de acordo com a ideologia socialista; e o lançamento do ensino especial.

A importância dada, entre outras medidas, à criação do ensino infantil a nível nacional, a campanhas de alfabetização e educação de adultos e a eliminação do trabalho infantil a menores de 14 anos, revela a necessidade de Portugal se libertar de um ensino elitista e de classes. Assim, *o ensino em termos de desenvolvimento nacional, passa a ser o meio de construir uma sociedade democrática e socialista* .

As *principais reformas* verificadas no Ministério da Educação são lançadas no ano lectivo de 1975/76 com maior incidência *no ensino primário* e no *ensino secundário*, tendo sido Rui Grácio<sup>130</sup> o responsável pelo seu lançamento, e de onde sobressaem «três importantes dimensões: a igualdade de oportunidades, a mudança de métodos de ensino/aprendizagem e a ligação da escola ao meio» (Ana M<sup>a</sup> Bettencourt 2001:38).

Assim, na linha da igualdade de oportunidades e para se *promover o acesso de todas as camadas sociais* ao ensino torna-se necessário *alterar a estrutura do ensino*, considerada como um factor responsável pela selectividade do sistema. Atendendo a isto, no *ensino primário* foram *substituídas as classes*,

---

<sup>130</sup> Rui Grácio foi Secretário de Estado da Orientação Pedagógica nos II,III e IV Governos Provisórios , de Julho de 1974 a Julho de 1975 e é a maior referência da educação portuguesa do post-25 de Abril e foi o responsável pelo lançamento de um conjunto de reformas e inovações , entre 1974-76, tendo pertencido à equipa nomeada para pensar a formação de professores e para o lançamento da Reforma do Ensino Unificado .Cf Ana M<sup>a</sup> Bettencourt, “Rui Grácio e as Inovações Pedagógicas do 25 de Abril” *in Inovação*, vol. 14,p.35

onde era possível reprovar no final de cada ano, *por duas fases*, pois pensava-se que através deste sistema «seria possível respeitar diferentes ritmos de aprendizagem e ter em conta as dificuldades das crianças, em especial das que pertenciam a meios mais desfavorecidos. Pretendia-se também dar maior estabilidade aos grupos de alunos valorizando-se a importância da pertença a um grupo» (Ana M<sup>a</sup> Bettencourt, 2001:38 e 39).

No *ensino secundário* a reforma que unificou o ensino impunha um tronco comum, procurando compensar a anterior legislação de 9 de Julho de 1964 da imposição de estudos de 6 anos, que *obrigava os alunos que pretendessem continuar os estudos*, ao fim de 4 anos, após aprovação em exame, a *decidirem-se ainda muito novos* (por volta dos 12 anos) pela via liceal ou técnica. Em geral essa opção era condicionada pelo estatuto sócio-cultural das famílias e segundo Teresa Gaspar a decisão da unificação do ensino teve um “*significado político e socialmente igualitário, concretizado na horizontalidade das estruturas escolares, por oposição à ordenação vertical «que exprime, reproduz e reforça a hierarquia do corpo social» e pelo currículo fixado procura-se superar, as funções sociais e as configurações pedagógicas de uma e de outra das vias até aí existentes- a liceal, marcada por um saber académico e enciclopedístico divorciado da prática social, e a técnica, onde um fazer utilitarístico sem adequado suporte teórico e científico orientavam o plano de estudos»* (Teresa Gaspar, 2001 :49).

Também para Ana M<sup>a</sup> Bettencourt(2001) o projecto de unificação do ensino liceal e técnico pretendia acabar com a discriminação social, acreditando-se ser um passo em frente para a democratização do ensino, embora reconhecendo não ser suficiente para anular as desigualdades sociais. A crítica de “licealização” que se faz da unificação não se prende com o projecto inicial de 1975, mas com a

*eliminação posterior de disciplinas e de áreas onde seria dada oportunidade para a concretização de opções, que acompanhada de falta de orientação escolar e de pouca clarificação das políticas de formação profissional após o 9º ano de escolaridade, fez com que as críticas se acentuassem.*

*A mudança nos métodos de ensino, surge no âmbito interdisciplinar com destaque para o trabalho em grupo como espaço de aprendizagem, à participação e educação para a cidadania acentuando-se também a preocupação de uma parceria da escola com o meio e o mundo laboral.*

Salienta-se a necessidade de *valorizar o trabalho manual e intervenções práticas*, para a partir delas se caminhar para o processo de aprendizagem. O *Serviço Cívico Estudantil* constitui a área que iria permitir aos estudantes candidatos ao ensino superior, por um lado, *realizar actividades em instituições de saúde e contactar com as situações reais e os problemas do país*, e por outro, contribuir para uma *orientação dos estudantes no sentido de poderem avaliar as suas opções vocacionais*, através das experiências vivenciadas.

Assim, as ideologias socialistas além de criarem uma *democracia pluralista*, tentam também articular a escola com o mundo do trabalho de modo a abolir a clássica divisão entre trabalho manual e intelectual e as políticas de educação no período revolucionário, centram-se no que Stephen Stoer e Helena Araújo (1991), «designam por eixo de *educação- democracia- cidadania*» como sinónimo de socialismo (A.Teodoro, 2001:136,137).

O crescimento da população escolar é notório<sup>131</sup> e regista-se uma autêntica explosão escolar: «em apenas quinze anos (1960 a 1975) a população escolar

---

<sup>131</sup> « + 118 000 (entre 1960-1961), + 239 000 (entre 1965-1966 e 1970-1971) e + 290 000 (entre 1970-1971 e 1975-76). Nesses quinze anos o crescimento médio anual é de 3,0% ». *A análise a nível dos ensinos básico e secundário permite verificar que são frequentados por mais 550 000 alunos em 1975-1976 do que em 1960-1961. “ Também nesses grau*  
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA - ESAE

quase que *sextuplicou* (fundamentalmente à custa de um reforço do ensino oficial), transformando radicalmente a lógica e o sentido do ensino liceal. Registe-se aliás, que esta evolução é ainda mais nítida no sexo feminino, atestando uma nova atitude das famílias em relação à educação das suas filhas e uma acrescida profissionalização do trabalho feminino. Por outro lado assiste-se a uma inversão do peso relativo do ensino oficial e do ensino particular, o que traduz uma nova atitude das famílias e do Estado na definição das suas estratégias escolares» (Fernando Rosas, J.M. Brandão Brito, 1996:301, 302).

## **2. Regulação das políticas de educação, no período de Normalização**

O I Governo Constitucional tem a tarefa de “harmonizar a educação com o novo quadro ideológico e institucional que era o Portugal pluralista” (Stephen Stoer, 1986:256), *restabelecendo-se a autoridade do Estado na educação*. Reconhece-se pela primeira vez, que *compete ao Estado* promover a *Educação Básica e Universal* e assegurar a *educação escolar obrigatória e gratuita*, podendo ler-se na Constituição de 1976, ainda em vigor, e revista em 1980, artigo 74º nº 2:

«Na realização da política de ensino incumbe ao Estado:

a) Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito;

b) Estabelecer progressivamente a gratuitidade a todos os graus de ensino».

---

*de ensino o ritmo de crescimento é muito elevado entre 1965-1966 e 1975-1976, pois processa-se à cadência anual de 3,2%, quase o dobro do que se registou conjuntamente nas três décadas que se seguiram a 1960. Mas depois de 1975-1976 há uma acentuada desaceleração, que se exprime por um aumento anual médio de apenas 0,7. Trata-se notoriamente, da influência negativa exercida pela quebra do 1º ciclo.» Cf Medina Carreira, “O Estado e a Educação,” Fonte :Estatística da Educação(INE) e DEPGEF, in Cadernos do Público,nº 7, p.59 e 60*

Inicialmente, a nível da educação, o I Governo Constitucional caracteriza-se por um conjunto de medidas de índole política que visa:

«i) O estabelecimento de uma legalidade democrática, sobretudo ao nível da gestão dos estabelecimentos de ensino;

ii) A correcção das injustiças e dos desvios verificados entre 1974 e 1976;

iii) A estabilização do sistema educativo; e

iv) O restabelecimento da confiança, o que foi conseguido sobretudo através da liderança politicamente forte e muito determinada por parte do Dr Mário Sottomayor Cardia, a quem foi confiada a pasta da Educação nos dois primeiros governos constitucionais»( E. Marçal Grilo,1993:409) .

*O crescente aumento da escolarização coincide com a intervenção do Estado, na construção de escolas, creches, jardins de infância, formação de professores, aumento do número de funcionários e o acréscimo dos subsídios escolares, além do controlo sobre os programas, textos escolares, avaliações e certificados de estudo, incluindo também aqui, o ensino particular, ou seja, o Estado promulga uma sequência de medidas que levam à realização da intenção da universalidade e obrigatoriedade do ensino.*

De entre as predisposições tomadas para implementar *o ensino básico universal, obrigatório e gratuito* há a salientar a *gratuidade dos transportes escolares* e uma série de medidas emanadas do Decreto - Lei nº 538/79 de 31 de Dezembro, onde se definem aspectos básicos de implementação da escolaridade obrigatória de 6 anos e da acção que compete ao Estado nomeadamente:

- A garantia de apoio às crianças portadoras de deficiência e do seu direito ao trabalho,<sup>132</sup> considerando que «a incapacidade para concluir a escolaridade obrigatória e as limitações no campo escolar não correspondem necessariamente a manifesta incapacidade para o exercício de determinadas actividades e a ausência de aptidões profissionais, pelo que, não poderão os deficientes em tais circunstâncias ser privados do dever e do direito ao trabalho». O Estado deve assegurar não só a escolaridade às crianças que careçam de ensino especial, mas também promover uma despistagem destas crianças, expandindo o ensino básico especial e o apoio às respectivas escolas e intensificando a formação quer de professores adequados quer de pessoal técnico (Preâmbulo e ponto 2 artigo 2º);

- As componentes da gratuidade (além do *transporte gratuito*, o fornecimento de *suplemento alimentar* aos alunos do ensino primário e preparatório TV, a *alimentação e alojamento* quando necessário), fornecidas em condições bonificadas, Auxílios Económicos Directos aos alunos em que as dificuldades parcimoniosas possam constituir um obstáculo à frequência escolar, a isenção de pagamento de propinas, de inscrição, de matrícula, de frequência e de exames etc - artigo 8º alíneas a) a f);

- As exigências do diploma da escolaridade obrigatória para o desempenho de funções em organismos públicos ou privados, para participação em competições desportivas ou para o exercício de funções directivas em

---

<sup>132</sup> «A nenhum indivíduo ..... que seja portador de deficiência física, sensorial ou motora poderá ser negado o direito ao trabalho, independentemente do grau de escolaridade atingido, desde que tenha a idade mínima de 14 anos e que.... possua condições devidamente comprovadas para o exercício de uma determinada profissão ou actividade» e a confirmação «será documentada por certificado da alegada insuficiência e da aptidão profissional de que o aluno é possuidor» devendo no exercício de uma actividade, e satisfeitas as condições previstas no ponto anterior, «o deficiente será abrangido pelos mesmos direitos comuns aos restantes trabalhadores, consignados na lei ou nas convenções gerais de trabalho ou estabelecidos pela entidade patronal, designadamente o de *promoção*, desde que a exigência de habilitação escolar seja a da escolaridade obrigatória e que o grau de responsabilidade das novas funções não implique condições específicas que o deficiente não satisfaça». Cf. Ponto 4 e 5 e 6 do artigo 12º do Decreto-Lei nº 538/79 de 31 de Dezembro.

associações ou clubes, e para a obtenção da carta de condução -artigo 12º alíneas a) a e);

- O controlo de frequência escolar de alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória, condicionando-lhes a atribuição do abono de família, constituindo obrigação específica de todos os educadores de infância, professores e todas as autoridades, «actuar junto dos encarregados de educação que não dêem cumprimento às disposições relativas à escolaridade obrigatória, esclarecendo-os sobre os seus deveres e sensibilizando-os para o valor pessoal e social do cumprimento da escolaridade» - artigo 15º.

As autarquias e estruturas próprias e serviços do Ministério de Educação, procedem anualmente ao recenseamento das crianças em idade escolar, que não se encontrem matriculadas nos ensinos público, particular ou cooperativo (art. 14º). Os *encarregados de educação terão que apresentar anualmente*, junto do serviço processador de Abonos de Família *a prova de matrícula dos menores sujeitos à escolaridade obrigatória*, ou da dispensa da frequência<sup>133</sup> de acordo com a legislação.

Por sua vez, «as direcções de distrito escolar ou direcções escolares, os órgãos de gestão das escolas de ensino preparatório e os responsáveis pelos estabelecimentos de ensino particular ou cooperativo devem comunicar *mensalmente* às entidades ou serviços processadores de abono de família, quais os beneficiários cujos educandos tenham faltado, no mês anterior, mais de três dias, sem motivo devidamente justificado nos termos da legislação vigente» - art.

---

<sup>133</sup> A matrícula e a frequência até final da escolaridade obrigatória poderão ser dispensadas quando se verificar incapacidade comprovada, devendo os encarregados de educação apresentar o pedido na escola, o qual, através dos delegados de zona escolar, será encaminhado para os Centros de Medicina Pedagógica de Lisboa, Porto e Coimbra e, nas restantes zonas para as unidades de apoio médico da Direcção Geral de Apoio Médico ou, ainda para os Centros de Saúde quando aquelas não existirem, devendo aquelas entidades observar o aluno e emitir um parecer e sujeitos caso a caso, a despacho ministerial. Cf. Art. 6º do Decreto Lei nº 538/79 de 31 de Dezembro



15º, ponto 3 b), uma vez que, o *cumprimento da escolaridade obrigatória constitui a condição indispensável para a atribuição e processamento do abono de família.*

*Os conceitos-chave para a educação neste período, são a eficácia e a hierarquia e é ao Estado que compete definir e limitar o que se poderia considerar como ensino e quais as necessidades educacionais do país.*

São também determinados os locais em que se pode exercer a actividade educativa pelo que, muitas das iniciativas populares, principalmente aquelas que se dedicam à educação infantil acabam por sucumbir neste período.

Começa-se a legislar e a impor limites em vários níveis de ensino como: a aceitação de professores oficialmente “credenciados”; o sistema do *numerus clausus*, que impõe limites a quem pretende obter credenciais; a limitação da democracia interna das escolas e a hierarquização de graus académicos, desenvolvendo o Estado de uma forma indirecta “políticas de gestão controlada de desigualdade” (sendo um exemplo no campo da educação escolar o sistema binário com via académica e via técnico-profissional)” - Stephen Stoer, 2001:248.

Por outro lado, o projecto de educação politécnica, financiado pelo Banco Mundial, baseado na *criação de técnicos de escalão intermédio* para servirem os *interesses da expansão económica, promove um sistema de ensino a partir do topo para a base*, o que vai contra o espírito da revolução que pretendia alterar o sistema a partir da base, simbolizando assim o regresso do poder regulamentador do Estado e a «não concretização de alguns dos mais elementares objectivos definidos pela Revolução» (Fernanda Rodrigues, 1999:197).

Na realidade «a educação enquanto desenvolvimento nacional acabou por significar, neste período de “normalização” um retorno à dualidade do início dos anos 70 - entre o crescimento económico e a igualdade de oportunidades de

educação (agora restringida ao direito à educação) i. e, à igualdade legal de acesso» (S. Stoer, 1986:66).

Este período caracteriza-se essencialmente, por uma exclusão de formas, conteúdos e meios que «ameaçam prejudicar o bom funcionamento de um Portugal pluralista». Em geral foi-se excluindo as formas e os conteúdos que mais simbolizavam “Portugal em transição para o socialismo” restabelecendo parcialmente (pelo menos) *o peso da hierarquia no sistema educativo* (S. Stoer, 1986:257).

## **CAPÍTULO III**

### **O SERVIÇO SOCIAL APÓS A REVOLUÇÃO DE ABRIL DE 74 ATÉ 1980**

Neste capítulo analisa-se o Serviço Social na confluência com as transformações verificadas na sociedade portuguesa, com a revolução de Abril de 1974, que desencadeia uma reflexão e mudanças que se vão fazer sentir ao nível da formação em Serviço Social, das práticas profissionais e do movimento de alunos e Escolas de Serviço Social, para a integração dos Institutos nas estruturas universitárias públicas e sua desvinculação das estruturas jurídicas de suporte, ligadas à Igreja. Destaca-se a influência do movimento interno de Reconceptualização Latino Americano e as implicações no questionamento geral na profissão de Serviço Social.

No período de Normalização Democrática referem-se as principais mudanças a nível da formação académica, das práticas profissionais e as implicações das alterações das carreiras da Administração Pública na profissão de Serviço Social. Dá-se relevo à nova organização do Serviço Social – A Associação de Profissionais de Serviço Social.

#### **1. As mudanças no Serviço Social Português no período Revolucionário**

As alterações que se verificaram na vida social portuguesa e na consciência política, no contexto ideológico e político que se viveu em Portugal, no período de 25 de Abril, não podem estar ausentes no entendimento do percurso do Serviço Social como profissão.

O Serviço Social encontra, com o 25 de Abril, condições favoráveis, através da institucionalização do Estado de Direito, da importância do estudo das ciências sociais, do desenvolvimento da investigação social e da propagação do mercado de trabalho para os interventores sociais (Ernesto Fernandes, 1996) e as profundas transformações que surgem no quadro revolucionário de 25 de Abril de 1974, vão ter implicações nas mudanças no Serviço Social em Portugal com incidência em vários níveis, o da estruturação da formação, das práticas profissionais e o académico/institucional (dos Institutos Superiores de Serviço Social).

### **1.1. A formação em Serviço Social**

É reconhecida e *assumida a importância da teoria* e da formulação de um quadro de referência para a intervenção, sendo importante a *interligação teoria/prática* e integra-se a «relação dialéctica sujeito-objecto como componente fundamental da intervenção/transformação» e aponta-se como objectivo a *intervenção social*» (Augusta Negreiros, 1999:35).

As Escolas de Serviço Social passam a ter um papel importante na divulgação de novas formas de intervenção em Serviço Social, como alternativa às formas tradicionais, e a formação académica vai procurar os fundamentos teóricos da prática profissional num quadro de análise marxista que recusa as correntes positivistas e funcionalistas. Os trabalhos de Dinah Ferreira e Augusta Negreiros et alii (1987) apontam que a formação académica, adoptou autores reconceptualizadores do Serviço Social da América Latina ( Faleiros, Paulo Freire, Kisnerman, Kruse) e reforçou a formação a nível da *sociologia e da economia* com estudo de Marx, Engels, Mao Tse Tung e Foucault, tendo sido as Escolas de

Serviço Social, através do seu corpo docente, grandes difusores das Ideias Reconceptualizadoras. Começa-se a analisar o Serviço Social no contexto político, económico e social da sociedade portuguesa, com artigos e documentos de autores portugueses.

Os *objectivos* de uma intervenção profissional futura são o de: “Contribuir para uma acção colectiva de transformação social que vise a autonomia das classes dominadas, o que significa a conquista da sua própria expressão e desenvolvimento de uma prática crítica segundo formas de organização por elas criadas e controladas» e «constitui seu *objecto* a prática social quotidiana concebida como transformação do homem enquanto sujeito e produto da história». <sup>134</sup>Esta nova concepção de Serviço Social é proposta ao Ministro da Educação e Cultura e Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação no âmbito da reestruturação do Instituto e sua inserção na Universidade.

As Escolas neste período manifestaram interesse em *desenvolver a investigação em Serviço Social* levando a «um reequacionar da profissão na nova conjuntura sócio-histórica, fruto das transformações ocorridas na sociedade portuguesa e por outro, fruto das novas influências ao nível das correntes do pensamento provenientes do marxismo e das tendências do movimento de reconceptualização» (Alcina Martins, 1999:53).

É também neste período que, começam a aparecer os *primeiros trabalhos* pontuais *elaborados* pelos *próprios Assistentes Sociais* e verifica-se igualmente

---

<sup>134</sup> Cf. “Projecto de Integração na Universidade 1973/74,” Lisboa, S.I.D.- 367/74; “As necessidades presentes do processo de transformação em curso na sociedade portuguesa e a formação em Serviço Social” S .I. D.-677/75, p.9 e Augusta Negreiros et alii, *A construção do conhecimento do Serviço Social em Portugal. Período de 1974 a 1978*, p. 26 e 27

um *reforço dos estágios* em que se tenta *conciliar a teoria com a prática*, e não apenas uma mera aplicação de técnicas e habilidades (como até aí se fazia).

### **1.1.1. O Movimento de Reconceptualização do Serviço Social Latino Americano**

O Movimento de Reconceptualização, processo tipicamente Latino-Americano, situado entre 1965 e 1975, representa uma importância fulcral para o questionamento e para a profissão do Serviço Social.

Vários analistas deste movimento, dos quais se salientam Netto (1981) e Faleiros (1993), identificam a génese do movimento nos factores sócio-cultural e profissional.

Partindo de uma análise sócio-histórica verifica-se no Continente Latino Americano, no período supra citado, uma expansão de movimentos de libertação nacional e social, com expressão na revolução Cubana de Fidel Castro, em 1959, e no projecto alternativo da Unidade Popular no Chile de Allende. Pretendem denunciar e apresentar um modelo de sociedade alternativa ao modelo capitalista de dominação estrangeira, inspirado na ideologia marxista, o *modelo de sociedade socialista* onde o imperialismo Norte Americano é considerado como a principal causa de pobreza e subdesenvolvimento da América Latina. A própria Igreja Católica próxima da Teologia da Libertação, denuncia e questiona o papel das multinacionais, na manutenção das situações de miséria no continente Latino Americano.

Estes movimentos têm reflexos na actividade profissional, que é posta em causa, perante as mudanças económicas e culturais ocorridas no continente Latino Americano, colocando o trabalho social num processo *de ruptura com o*

*projecto assistencial/ benevolente e com a ideologia de adaptação, inserindo-se o Serviço Social na discussão académica e cultural das ciências sociais, como uma protagonista que tenta superar a subalternidade (intelectual), mantida por funções meramente executivas.*

A questão que originalmente comanda a reconceptualização «é a *funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento*. Indagando-se sobre o papel dos profissionais em face de manifestações da “questão social,” interrogando-se sobre a adequação dos procedimentos profissionais consagrados às realidades regionais e nacionais, questionando-se sobre a eficiência e legitimidade das suas representações, inquietando-se com o relacionamento da profissão com os novos actores que emergiam na cena política (fundamentalmente ligados às classes subalternas)» caminhando-se através deste movimento para uma «união profissional que abre a via a uma renovação do Serviço Social (J. Paulo Netto, 1991: 146).

Inicia-se assim, uma fase de grande questionamento dentro da profissão, verificando-se em alguns profissionais *apenas uma ruptura com o Serviço Social Clássico*<sup>135</sup> continuando a manter *uma relação com o Serviço Social Tradicional*.<sup>136</sup> Outros assumem já uma posição de *ruptura total* em relação à metodologia e ideologia do Serviço Social Clássico e Tradicional que irá confluir

---

<sup>135</sup> «S.S. “Clássico” baseado numa metodologia de caso, grupo e comunidades, denota o exercício profissional tal como foi postulado pelos agentes profissionais que se dedicaram a um mínimo de sistematização, constituindo de fato as fontes do Serviço Social (Mary Richmond é o exemplo mais típico)». Cf José Paulo Netto *A Crítica Conservadora à Reconceptualização*, p.59

<sup>136</sup> «Por Serviço Social “tradicional” deve entender-se a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada que os agentes realizavam e realizam efectivamente na América Latina». Ibidem, p. 60

em duas vertentes no movimento Reconceptualizador, a *Vertente Modernizadora*<sup>137</sup> e a *Vertente de Ruptura*.<sup>138</sup>

O Serviço Social é considerado como um *trabalho politicamente orientado* inserido no processo de luta de classes e *crítico* ao sistema capitalista de exploração e de dominação, passando a discutir-se «o significado de um Serviço Social alternativo, voltado para o popular, mais criativo, em ruptura com a relação burocrática e com uma visão global das relações sociais e do ser humano como sujeito histórico» (Vicente P. Faleiros, 1996:10,11).

Aqui, o profissional de Serviço Social, não é apenas um agente executivo de políticas sociais, mas *contribui na investigação, planeamento e gestão dos serviços sociais*, concepção esta ligada a projectos sociais democráticos, com vista à transformação social.

## 2.2. As práticas profissionais

No contexto da Revolução de Abril de 1974 e sob a influência do movimento de Reconceptualização do S.S. nos países da América Latina e do Serviço Social Crítico e Radical<sup>139</sup> que existia noutros países, desencadeia-se

---

<sup>137</sup> A *Vertente Modernizadora*, conservadora para Netto (1981) e Relações Interpessoais para Faleiros (1993) limita-se a negar parcialmente o SS Clássico e Tradicional, mantendo uma relação com os princípios tradicionais; assenta na análise Fenomenológica e do discurso do Positivismo, o *objecto* do trabalho social centra-se nas “situações sociais/problema” e o *método adoptado* baseia-se em compreender como a situação- problema é apreendida/compreendida pela clientela (indivíduo, grupos, comunidades). Este método é legitimado pela integração do indivíduo na sociedade com recurso à psicologia e a acção profissional tem carácter individual/grupal e desenvolvida de preferência dentro das instituições. Cf. J. Paulo Netto, *Ditadura e Serviço Social- uma Análise do Serviço Social no Brasil pós 64*, p.164 à193.

<sup>138</sup> Na *Vertente de Ruptura*, Superadora para Netto (1981 e 1991) e Revolucionária para Faleiros (1993) o *objecto* do trabalho social centra-se nas relações sociais e de poder e o método adoptado é dialéctico com fases sucessivas interligadas – organização, mobilização, participação e consciencialização a partir dos movimentos das forças sociais, identificada pelo “Método Belo Horizonte”. Este método é legitimado pela participação real e efectiva da população com recurso à sociologia e economia e a acção profissional situa-se junto das forças sociais (camponeses e operários) e desenvolvida fora das instituições. Ibidem, p. 151 à 164.

<sup>139</sup> Na 1ª fase deste movimento final anos 60 e princípios de 70 os Assistentes Sociais nos Estados Unidos da América «estavam mais interessados em utilizar as suas posições dentro dos serviços sociais para promover causas políticas mais amplas.... e a ideologia desse período como sendo identificada ao mínimo com o profissionalismo, porém fundamentalmente identificada com o cliente». Na 2ª fase deste movimento, no período de 1974-1979, em que participaram jovens profissionais e (pré- profissionais) organizados no local de trabalho e dentro da profissão para desafiar os segmentos dominantes da profissão, caracterizado como “o ponto alto do profissionalismo militante,” em que os Assistentes Sociais radicais fazem críticas à liderança liberal profissional, numa tentativa de influenciar os colegas



uma atitude reflexiva por parte dos Assistentes Sociais na sua relação profissional com a sociedade portuguesa, começando a questionar-se a actividade profissional, tomando consciência da necessidade de confrontar os conhecimentos teóricos com uma prática de índole científica, lutando por uma cientificidade, ou seja, por um “processo de aproximação ao exercício científico, nível onde se esboçará uma acção que não seja meramente pragmática” (Juan M. Martinez, 1977:18).

Fruto das transformações sócio-político-ideológicas operadas na sociedade portuguesa, em que já não é possível a neutralidade ideológica, assiste-se *por parte de algumas Assistentes Sociais a uma crítica e recusa da metodologia tradicional de cariz assistencial, empírico e imediato* “dada a visão sectorizada e parcelar que tem da realidade social (M<sup>a</sup> Augusta Negreiros, 1992:141) a favor do *Trabalho Social* (Marilda Iamamoto, 1986) nomenclatura própria do movimento de Reconceptualização da América Latina e o Assistente Social surge, segundo algumas perspectivas, como o *agente transformador da sociedade*, consequência da influência desse movimento.

A sua intervenção é perspectivada, por um *maior interesse pela prática directa e para fora das Instituições, pela organização social e movimentos sociais*, contribuindo para a criação de novas condições de maneira a desenvolver formas de trabalho adequadas às necessidades de transformação social. Os Assistentes Sociais privilegiam a aplicação de métodos e técnicas de intervenção comunitária,

---

pela mudança na prática profissional, e ocorre uma organização interna na profissão, em que se luta com o objectivo de concentrar as associações profissionais em torno das questões profissionais e a «proletarização ou rebaixamento dos assistentes sociais às condições do proletariado também implicaram maior organização sindical e militância dos trabalhadores» como forma de resposta à queda do status e à sua substituição por trabalhadores menos qualificados. Cf. David Wagner, “Movimentos radicais nos serviços sociais: uma base teórica,” *Serviço Social & Sociedade*, nº 35, p 75, 76, 82 e 83

e quebra-se com a tradicional relação profissional-utente, *deslocando-se o pólo de intervenção do profissional para a população* - sujeito objecto da acção.

Neste período «rompe-se com a concepção positivista do método encarado na sua dimensão exclusivamente operativa» e verifica-se uma «apropriação do método de intervenção em Serviço Social como um processo de abordagem global da realidade por aproximações sucessivas» (M<sup>a</sup> Negreiros et al, 1992:141), passando a assistir-se cada vez mais, a uma *intervenção social junto das populações*. No entanto em “Portugal hoje, que Serviço Social?” promovido pela Caritas Portuguesa em 1979, salienta-se que o período revolucionário trouxe uma *mudança na postura de alguns assistentes sociais (uma minoria)*, que ligaram o empenhamento político ao desempenho profissional com carácter de «militância política de esquerda, em que as técnicas de Serviço Social ocupam casas com população, formam comissões de moradores e de trabalhadores etc» *ou* «numa atitude técnica com as populações, numa tentativa de diagnóstico dos seus problemas e estudo das hipóteses participativas de solução»<sup>140</sup>, no sentido das transformações sociais e culturais.

Na relação com os utentes, algumas Assistentes Sociais manifestaram «atitudes de medo e pânico, quer relativamente às revoluções sociais, na medida em que foram ultrapassadas pelos utentes e sentiram o “vazio” do seu campo de acção relativamente à perda dos seus lugares e posições, da sua rotina etc» e outras mantiveram «as mesmas actividades numa tentativa de ignorância dos fenómenos de transformação social em presença. Comodismo!».<sup>141</sup>

---

<sup>140</sup> CARITAS Portuguesa, “Portugal hoje que Serviço Social?” *Dias de Estudo*, p. 20

<sup>141</sup> *Ibidem*

Logo após o 25 de Abril manifesta-se uma grande mobilização e criatividade popular, e é no campo da implementação de *equipamentos sociais* onde se regista grande organização popular, que assumiram características de auto-organização, no domínio da acção social principalmente nas áreas da infância e de crianças inadaptadas, como foi o caso da experiência CERCI (Cooperativa de Educação e Reabilitação das Crianças Inadaptada)<sup>142</sup> uma acção de consciencialização e organização da população, no sentido de garantir direitos essenciais através de conquistas e criação de equipamentos sociais. Nesta fase utilizam-se métodos de intervenção inovadores baseados numa investigação participativa, precedida de um estudo da realidade sócio-económica elaborada pelos técnicos em colaboração com a população,

Na década de 70 assiste-se assim, a uma etapa importante no processo de construção e legitimação social da profissão, em que *as representações “históricas” de técnico assistencialista/humanista perdem a dominância* dando lugar a uma nova representação de «*técnico específico para a intervenção social*» (Augusta Negreiros, 1995:98), surgindo o perfil do Assistente Social conectado com projectos sociais democráticos «como um sujeito profissional em processos de regulação social» (J. Paulo Netto, 1995:14).

### **2.3. O movimento académico e das Escolas de Serviço Social**

Logo após o 25 de Abril, os três Institutos exigem a sua *integração nas estruturas universitárias públicas* e dá-se uma *desvinculação de entidades jurídicas de suporte ligadas à Igreja Católica*, quebrando-se com a génese e tradição do Serviço Social conservador e sob tutela da Igreja, o que permite abrir

---

<sup>142</sup> Cf experiência relatada in Augusta Negreiros et alii , *A construção do Conhecimento do Serviço Social em Portugal. Período de 1974 a 1978*, p.112 a 130

caminho para a laicização do ensino e mais tarde para a autonomia institucional e definição de uma regulação jurídico institucional, só conseguida em 1985. Pode dizer-se que neste período «se assiste à *formação de uma consciência política colectiva* no campo académico dos ISSS a qual significa um ponto de viragem no ensino do Serviço Social, com repercussão nas auto-representações produzidas.» (M<sup>a</sup> Augusta Negreiros, 1999:35).

Em 1975, regista-se um movimento confluyente das Escolas, dos Sindicatos, professores e estudantes com o propósito de *integração dos Institutos na orgânica do ensino superior oficial*, configurando-se nesta *movimentação* uma nova trajectória com *carácter de conflitualidade* sendo também, neste ano de 1975 que os estudantes dos Institutos de Serviço Social, obtém as mesmas regalias sociais dos estudantes do ensino superior oficial.

Será esta consciência política colectiva o catalisador de energias na direcção imprimida à luta pelo reconhecimento da licenciatura em Serviço Social. Este processo pela «Integração nas Universidades» desenvolve-se com várias vicissitudes ao longo de 10 anos (de 1974 a 1984) sem atingir o objectivo pretendido» (Augusta Negreiros, 1999:14 e 15). Só mais tarde, através de *mudanças de estratégias* iniciadas ainda no período de Normalização Democrática, que se irá conseguir obter o grau de licenciatura (1989/90).

## **2. Serviço Social no período de Normalização Democrática**

No período de Normalização Democrática, essencialmente marcado por um regresso ao trabalho institucional verificam-se alterações aos níveis da formação, das práticas profissionais e alterações das carreiras da Administração Pública e constata-se um movimento de convergência entre as Escolas e os profissionais,

para o reconhecimento do grau de licenciatura para efeitos profissionais. Destaca-se o papel da Associação de Profissionais de Serviço Social que abre um espaço para debate e confronto de opiniões sobre questões profissionais que representa um importante veículo de informação e de promoção de encontros de actualização profissional, no âmbito de autores reconceptualizadores.

### **2.1. A formação em Serviço Social**

A formação a nível científico e académico a partir deste período, desenvolve-se no domínio das ciências sociais, pautando-se em relação ao período precedente, por uma *linguagem mais técnica e menos ideológica*. Esta alteração deve-se por um lado, ao “plano de estudos de Bacharelato em Intervenção Social na Universidade Técnica de Lisboa “(M<sup>a</sup> Augusta Negreiros et alii, 1992:30), que nunca chegou a iniciar-se nas Universidades Portuguesas e por outro, às mudanças operadas na sociedade portuguesa que vão provocar a *queda da mobilização social*, ganhando relevo a *dimensão institucional*.

Constata-se uma *alteração a nível dos objectivos de formação passando de «uma acção colectiva de transformação social que vise a autonomia das classes dominadas como se previa em 74/75» para a «intervenção social entendida como prática de natureza prevalentemente científica fundada numa metodologia de aproximação global do concreto» e inversão da Prática /Teoria para uma Teoria/Prática na gestão dos estudos e ainda pela preocupação de uma articulação pedagógica, quer na organização de planos de estudo, quer no debate de documentos internos produzidos e outros de carácter normativo (M<sup>a</sup> Augusta Negreiros et alii, 1992:39 e 40).*

Assim, a nível de conteúdo do plano curricular de estudos nas escolas de Serviço Social, nos dois primeiros anos logo após à Revolução de 25 de Abril de 1974, acentuam-se «as questões epistemológicas numa perspectiva filosófico/ideológica e político/ideológica, sendo pouco específicos os conteúdos de Serviço Social», no período de Normalização começa a salientar-se «a perspectiva histórica com as questões da evolução da Protecção Social e Política Social que são mesmo predominantes relativamente às questões de história do Serviço Social». A partir de 77/78 verifica-se uma preocupação pelos «conteúdos temáticos mais específicos, suficientemente significativos e reveladores de uma intencionalidade definida, estruturando-se fundamentalmente em torno das questões Teórico/ Metodológicas e Operativas da Intervenção em Serviço Social» (Augusta Negreiros et alii, 1992:49 e 50).

O corpo docente em Serviço Social continua a assumir a influência das propostas reconceptualizadoras.

## **2.2. As Práticas de Serviço Social de 1976 a 1980**

O Serviço Social procura adaptar o modelo da reconceptualização às experiências portuguesas, mas a resistência apresentada pela maioria das Assistentes Sociais, ao processo de mudança, tem repercussões ao nível da intervenção profissional em que «predomina o Serviço Social Tradicional por ignorância do S.S.R.<sup>143</sup> e por reacção ao facto de ter sido introduzido por uma linha de esquerda», com tendência de o *objecto* de Serviço Social se deslocar das populações para as situações problema, quer numa linha preventiva quer de tratamento, e de o *sujeito* na linha do modelo reconceptualizador de Kisnerman,

---

<sup>143</sup> S.S.R. refere-se ao Serviço Social Reconceptualizado  
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA - ESAE

ser o homem “transformador do mundo,” método que se desenvolve preferencialmente, dentro das Instituições.<sup>144</sup> Por outro lado, assiste-se a uma tentativa de uma maior criatividade e inovação no trabalho, maior participação dos utentes em experiências pontuais e processa-se uma «consciencialização de que se podem fazer acções sem dinheiro».

Verifica-se neste período, uma *ambivalência* no corpo profissional por um lado, pelo reconhecimento da actuação importante que podem ter os *utentes e outras pessoas* que podem agir e dispor dos seus recursos humanos e materiais, sem os técnicos de âmbito social e, por outro, o «desejo de possessão da área de actuação específica da profissão (e angústia)» e ainda a *ambivalência* em relação aos *serviços*, em que se reconhece por um lado, a descoordenação cada vez maior dos serviços e por outro a necessidade de um trabalho inter-serviços e interdisciplinar e a «consciência da necessidade de participação de técnicos de Serviço Social na *política de planeamento social* a todos os níveis inclusive o nacional». <sup>145</sup>

### **2.3. A dimensão académica e profissional**

O Estado não cria Escolas de Serviço Social no período de 1976, mas as existentes passam a ser dotadas financeiramente para garantir a quase totalidade das despesas efectuadas com o funcionamento das Instituições em condições de propinas e de vencimentos idênticos aos praticados no ensino superior oficial público.

Ao nível da Administração Pública verifica-se através dos D. Lei 191/C e 191/F de 1979, uma alteração a nível de qualificação e carreiras. Os Assistentes

---

<sup>144</sup> CARITAS Portuguesa, “Portugal Hoje, que Serviço Social?,” *Dias de Estudo*, p. 19

<sup>145</sup> *Ibidem* p. 19, 20 e 21

Sociais vêem o seu estatuto afectado no mercado de trabalho, com a publicação daqueles diplomas legais, que regulamentam a estruturação das carreiras e das Chefias da Função Pública.

A nível de legitimação de formação o Estado atribui a esta profissão o grau *de bacharel* e a nível de carreira, *a técnica*. Neste contexto as funções de Direcção na Administração Pública só podem ser assumidas por titulares de licenciatura, ficando assim vedado a estes profissionais, a partir dos referidos Decretos, a ascensão à carreira técnica superior e a lugares de chefia. A formação em Serviço Social desde 1962 é reconhecida de nível superior, mas não conferente de grau académico, que só pode ser atribuído pelas Universidades. As Escolas conferem apenas um diploma profissional que o Estado reconhece como equivalente ao grau de Bacharel.

Sentindo-se lesados, os profissionais, reagem e movimentam-se por não se identificarem com a equivalência que lhes foi dada, desenvolvendo-se nesta altura uma luta profissional importante, constatando-se uma convergência de objectivos com as Escolas.

A luta pela obtenção do reconhecimento da licenciatura para efeitos profissionais, actua de forma decisiva na qualificação e requalificação académica do profissional. O Ministério *interroga o movimento da impossibilidade de reconhecer o grau académico de licenciatura às Escolas de Ensino Superior Particular a partir da qual se desencadeiam estratégias de articulação com as estruturas de formação académica e com a Universidade.*

A formação de uma consciência colectiva no campo académico dos ISSS processado após o período de 25 de Abril, a mudança de estratégia e de um novo projecto académico, constituirá *a partir de 1985, a obtenção de um patamar de*



*reconhecimento quer a nível do grau académico em Serviço Social, quer a nível do ensino, tendo-se conseguido adquirir em 1989 o grau de licenciatura em Serviço Social e em 1995 o grau de Mestre em Serviço Social nos ISSS de Lisboa e do Porto, reconhecido pelo Ministério da Educação, com impacto ao nível da investigação em Serviço Social.*

#### **2.4 . A Associação de profissionais de Serviço Social**

Devido ao processo de verticalização dos sindicatos em que «se assiste à desagregação do corpo profissional, enquanto força autónoma organizada», a categoria profissional achou importante desenvolver e criar a Associação de Profissionais de Serviço Social (APSS) para manter a unidade profissional. Constituída juridicamente em 1978, desempenhou um papel importante na divulgação de autores reconceptualizadores, sobretudo junto do meio profissional com menos acesso a informação actualizada acerca das questões profissionais, tendo incidido a sua informação na qualidade de pró associação com a publicação de “*Cadernos,*” iniciado em Outubro de 1977. Esta iniciativa traduziu um esforço na procura de um espaço aberto para confronto de opiniões e posições referentes ao Serviço Social, bem como o aparecimento de novas experiências no âmbito da profissão.

De entre as actividades promovidas destacam-se os encontros em Junho de 1977, em Castelo Branco e Lisboa sobre “*Reconceptualização do SS e modelos de intervenção*” tendo como orador Paulo Netto e em Outubro de 1978, cursos sobre *Saúde em Coimbra e Porto, Dinâmica de Grupos* em Lisboa e Porto e *Supervisão* em Lisboa moderados por Natalio Kisnerman( M<sup>a</sup> Lorena Freitas e Sónia M<sup>a</sup> Santos, 1998).

A partir de 1980, a militância em Serviço Social e empenhamento político, ligado ao desempenho profissional esmorece, deslocando-se o eixo de intervenção em Serviço Social da população para a qualificação académica, e a acção da APSS incide na participação do grupo pela *obtenção da licenciatura em Serviço Social* e surgem nesse ano, as Delegações do Porto e Coimbra.

## **CAPÍTULO IV**

### **SERVIÇO SOCIAL ESCOLAR NO PERÍODO REVOLUCIONÁRIO**

Para se garantir a democratização do ensino, de acordo com a reforma de Veiga Simão, analisam-se neste capítulo as relações entre o *reforço das políticas de Acção Social Escolar* ao nível do ensino primário e secundário e do *Serviço Social Escolar*, tendo o Instituto de Acção Social Escolar admitido mais Assistentes Sociais a nível nacional, pela necessidade de implantar o Serviço Social nos diferentes distritos do país.

Refere-se neste capítulo, a função e papel desempenhado pela Divisão de Serviço Social no trabalho desenvolvido pelo Serviço Social Escolar, *na vertente de Acção Social Escolar a nível nacional*, e *na vertente de Saúde Escolar*, nos Centros de Medicina Pedagógica.

#### **1. Políticas de Acção Social Escolar e o Serviço Social Escolar**

Neste período a atenção das acções concentra-se no ensino primário, de acordo com o ideário revolucionário que parte das bases, e a *política de Acção Social Escolar no referido nível de instrução*. Centra-se na *montagem do serviço de alimentação* e de *acções ligadas à sensibilização e formação nesta área*, e na organização de *colónias e campos de férias*, pela importância que reveste a *alimentação e a saúde* no desenvolvimento global da criança, e na promoção social e cultural das populações.

Desenvolveu-se um *estudo/levantamento da frequência escolar* dos alunos do 2º ano-2ª fase (actual 4º ano de escolaridade), para detectar fugas e abandono precoce da escola e *causas da não continuação dos estudos para além deste ano de escolaridade* e planear estratégias de sensibilização para o cumprimento da escolaridade obrigatória. O apuramento da *falta de estruturas* como, a insuficiência da rede de transportes, inexistência de residências e grande dispersão da rede escolar, leva a um reforço do IASE no *chamado “apoio à escolarização” que abrange os meios de acesso à escola*, traduzidos no ensino primário fundamentalmente em *subsídios para transportes e alojamento* (535 contos - 2,8% em 1975/76 e 9 098 contos - 19,5% em 1976/77),<sup>146</sup> para garantir o acesso à escola e o cumprimento da escolaridade obrigatória.

A actuação do IASE amplia-se significativamente *no apoio em material escolar*, onde as verbas atribuídas foram sempre escassas, passando «a comparticipação do Instituto em 75/76 para 25.206 contos (valor idêntico ao total das despesas efectuadas em 1974/75), e em 1976/77 para 46.672 contos.»<sup>147</sup> Isto significa que de 922 590 alunos matriculados no ensino primário e telescola em 75/76, e de 913 218 em 76/77, beneficiem em material escolar, 612 305 (69,4%) e 843 314 (92,3%) respectivamente.

Continua a predominar o «apoio em situações específicas individuais que afectam a frequência e o rendimento escolar», num alargamento e âmbito de «protecção aos alunos em questão de saúde nomeadamente aos meios auxiliares de diagnóstico e ao transporte às consultas e a alunos cobertos pela Previdência, como forma de obviar à morosidade deste sistema».

---

<sup>146</sup> Cf. Quadro nº6 - Benefícios concedidos aos alunos do ensino primário e Telescola em 1975/76 e 1976/77 in *Balanço da Actividade do IASE, ensino primário e telescola, 1973-74 a 1977-78*, MEC, p.17

<sup>147</sup> Cf *Balanço da Actividade do IASE, ensino primário e telescola, 1973-74 a 1977-78*, MEC, p.16

No ensino primário, verifica-se *uma preocupação de investimento* não só, a nível do *planeamento e programação das acções*, mas também, num *trabalho com a população escolar e toda a comunidade*, reconhecendo-se a *necessidade de implantar o Serviço Social no país*, tendo o IASE admitido mais Assistentes Sociais em quase todos os distritos, *para um trabalho em equipa no âmbito de Acção Social Escolar (ASE) no referido nível educacional*, cuja produção prática iremos abordar no ponto 3, desta segunda parte.

*No ensino pós-primário as políticas de ASE* incidem na montagem e/ou *manutenção de serviços de ASE* (alimentação, transportes, alojamento) *dirigida a toda a população escolar a preços acessíveis* e no Regulamento de 1974/75, os *Auxílios Económicos Directos*,<sup>148</sup> destinam-se a consolidar a política já implementada em 1973/74 de «comparticipar nas despesas inerentes à frequência escolar pelo aluno, de acordo com a capacidade económica do seu agregado familiar».

Pode ainda notar-se uma tentativa de alargamento dos objectivos pretendidos com este tipo de acção, nomeadamente quando é feita referência a «facilitar aos alunos o prosseguimento dos estudos», a «permitir a obtenção de um melhor rendimento nos estudos», a «fomentar a escolha de determinado grau ou ramo de ensino ou certas qualificações profissionais» e a «atenuar as desigualdades de base económica que condicionam o prosseguimento e aproveitamento dos estudos», acentuando-se a prioridade na concessão de subsídios aos alunos provenientes das zonas rurais, para se aproximar da promulgada política de igualdade de oportunidades.

---

<sup>148</sup> A evolução dos AED deve-se estudar em «paralelo com a evolução seguida pelos serviços de Acção Social (transportes, alojamento e alimentação), uma vez que a política seguida quanto aos subsídios directos a alunos está condicionada pela posição assumida pelo IASE face ao desenvolvimento e forma de funcionamento dos serviços». Cf *Balanço da actividade do IASE, 1973/74 a 1977/78, p.61*

A este nível as escolas através dos Núcleos de Acção Social Escolar (NASE) - serviços existentes para os alunos nos estabelecimentos de ensino preparatório e secundário, sob a responsabilidade dos Conselhos Directivos e em articulação com os Serviços Centrais do IASE, fazem um esforço de criteriosa aplicação das verbas em ASE, procurando adequá-la às condições de cada escola e atendendo às realidades locais. Mas, as *verbas* que o IASE dispõe, apesar de razoáveis, são *insuficientes face às necessidades* que resultam do acelerado crescimento da população escolar e do alargamento da escolaridade obrigatória com tendência à gratuitidade do ensino, começando a tornar-se insustentável a participação esporádica e casual de professores. Perante esta realidade começa a existir a preocupação pela institucionalização da estrutura de Coordenador Regional do Núcleo de Acção Social Escolar (CRNASE), de que falaremos noutra capítulo.

A articulação do Serviço Social com o ensino pós-primário, foi esporádico e pontual, no NASE. No ano de 1974/75 começou no distrito de Viseu uma experiência piloto de orientação educativa promovida pelo Grupo de Estudos e Planeamento (GEP) na Escola Preparatória de Viseu, em que participou o Serviço Social em articulação com médico escolar, psicólogo, directores de turma, professores, pais e alunos.

## **2. O Serviço Social Escolar no Instituto de Acção Social Escolar**

Em virtude das modificações operadas desde a reestruturação do IASE em 1973, de que resultou a criação da carreira de Serviço Social no Ministério da Educação (ME), às mudanças políticas e sociais provocadas pela revolução de

Abril de 1974 e conseqüentes alterações das políticas de ASE para o ensino primário, foram admitidas mais Assistentes Sociais a partir de 1974 aumentando até 1978. Na década de 70 a categoria profissional do M.E, passa a ser constituída por um grupo de sessenta e uma Assistentes Sociais, integradas na Divisão de Serviço Social (DSS) do IASE, à excepção de sete integradas noutras Divisões do IASE, encontrando-se distribuídas pelas Zonas Sul e de Lisboa, Centro e Norte de acordo com o quadro 1:

QUADRO 1- Número de Assistentes Sociais do IASE por Zonas, na década de 70

ZONA SUL e LISBOA	ZONA CENTRO	ZONA NORTE	TOTAL
26+7 <sup>149</sup>	16	12	61 <sup>150</sup>

A *Divisão de Serviço Social* tinha como função *orientar tecnicamente e coordenar o trabalho do Serviço Social Escolar a nível dos estabelecimentos de ensino, distritalmente e no âmbito de cada região (Norte, Centro e Sul)*. Para o efeito existiam cinco Técnicas de Serviço Social Orientadoras Regionais, que se deslocavam aos diferentes distritos, para programação e definição de planos de trabalho, análise e avaliação das acções desenvolvidas no distrito, em ordem a uma uniformização das acções em ASE. Ainda através desta Divisão, promoviam-se reuniões periódicas com as Assistentes Sociais, a nível regional ou nacional,

<sup>149</sup> Sete Assistentes Sociais foram integradas na *Carreira Técnica* com a *letra H* ( Cf. II série nº 169 de 24-7-1979, Mapa I, do quadro único do pessoal dirigente e técnico dos Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Educação e Investigação Científica, nos lugares constantes a que se refere o artigo 1º do D.L. n.º 69/78 de 15 de Julho (reclassificação de carreiras) ao abrigo do disposto no artigo 6º do referido diploma) e são transferidas a partir de 80, para a Carreira Técnica Superior, em diferentes departamentos dos Serviços Centrais do M. da Educação. As Assistentes Sociais integradas na Divisão de Serviço Social, são integradas na *Carreira Técnica de Serviço Social* com a *letra K*.

<sup>150</sup> Neste numero estão integradas todas as Assistentes Sociais existentes nesta década das quais: 41 com trabalho de intervenção de base, 5 Técnicos de Serviço Social Orientadores Regionais, (cf. quadros in *Encontro dos Técnicos de Serviço Social do IASE*, M.E.C, Lisboa, 6, 7 e 8 de Novembro de 1979, p. 5 e 6) 5 integradas na Divisão de Serviço Social e após 78 na Divisão de AED do IASE (Cf. Ordem de Serviço nº 11/88), mais as 7 Assistentes Sociais que foram integradas na Carreira Técnica (Cf. D.R. II serie nº169 de24-7-1979) e 3 Assistentes Sociais que saíram do IASE para outros Ministérios, no final desta década. Consultou-se ainda fontes documentais do arquivo das Assistentes Sociais do M.E., na posse da dirigente sindical do Sindicato da Função Pública Sul e Açores, afecta à Delegação Distrital de Castelo Branco .

para reflexão e avaliação do trabalho social desenvolvido e, em função dos resultados práticos da intervenção em Serviço Social faziam-se *propostas com indicação das acções prioritárias a desenvolver*, em matéria de ASE.

Em 1974/75, as equipas de Serviço Social do ME integradas na DSS do IASE, eram as representantes deste órgão oficial, a nível do ensino primário, e representavam a garantia da concretização da política que presidia à Acção Social Escolar.

Também de salientar, *a nível da Saúde Escolar, os Serviços Médico-Pedagógicos* que foram *regulamentados* pela Portaria nº 29/75 de 17 de Janeiro, tendo sido *criados Centros de Medicina Pedagógica (CMP)* com sede em cada região de planeamento (capítulo II, artigo 5º da referida Portaria). Em 1975/76, foram *admitidas Assistentes Sociais para fazerem parte integrante dos Centros de Medicina Pedagógica* «trabalhando nestes Centros 44 equipas, 27 em Lisboa, 9 em Coimbra e 8 no Porto»<sup>151</sup> que se mantiveram em regime de instalação até 1982, *para dar continuidade às acções de Medicina Escolar* com vista «a promover a saúde global dos escolares e contribuir para a prevenção e detecção de anomalias que possam conduzir ao insucesso escolar» de acordo com a sua Lei Orgânica (D.L nº 107/86, de 21-5). Em 1983 foram admitidas para este serviço Dezanove Assistentes Sociais<sup>152</sup> tendo aumentado este número como resultado da transferência de Assistentes Sociais que estavam a trabalhar em ASE, nas cidades acima referidas

Surgem também em 1975, *as Unidades de Apoio Médico-Pedagógico (UAMP)*, onde funcionava uma *equipa multidisciplinar* composta por um psiquiatra

---

<sup>151</sup> Cf. Anjo, Dorita, “A Saúde Escolar em Portugal,” in *Estudos & Documentos*, Série I - nº 8, p.34.

<sup>152</sup> Cf. D.R. nº 109, II série de 12-5-1983.



ou pedopsiquiatra, um psicólogo, um pedagogo e um Assistente Social, considerada uma equipa de rectaguarda especializada para casos de alunos mais complicados, existindo igualmente *equipas periféricas* constituídas por *médico, assistente social e enfermeiro* com uma intervenção directa nas escolas, para despiste e encaminhamento de alunos para os UAMP caso fosse necessário.

As actividades desenvolvidas por estas estruturas abrangiam acções no âmbito da *medicina escolar* (exames de saúde em geral, rastreios, epidemiologia); *intervenção directa junto das escolas*, para despiste, encaminhamento, e *acompanhamento de alunos nos UAMP*; *funcionamento das escolas* (critérios de formação de turmas, horários, material escolar...) e *acção social/ serviço social* com estudos sócio-económicos e trabalho junto dos alunos e famílias.

De referir o eixo de actuação de alguns Centros de Medicina Pedagógica na Avaliação Médico-Pedagógica, efectuada nas próprias escolas pelas equipas periféricas de Saúde Escolar que conduz «a um *perfil funcional diagnóstico*, permitindo um *aconselhamento*, uma *orientação*, ou um *encaminhamento*, que possibilitem uma melhor integração escolar» (Emídio Salgueiro, 1978:24).

Há a registar no entanto, a dificuldade em atingir os objectivos que se propõem pois que, «para além das deficiências que se verificam nos serviços médicos e médico-pedagógicos de segunda linha<sup>153</sup> a que necessitariam de recorrer, nomeadamente os problemas de ordem sanitária, alimentar ou cultural que afectam grande percentagem da população infantil, e que interferem no seu processo de avaliação e orientação».

---

<sup>153</sup> Os Serviços de 2ª e 3ª linha dizem respeito à carência dos *serviços médicos especializados* que se caracterizam também por uma deficiente distribuição nas várias regiões do país, além de “ausência de uma perspectiva médica pedagógica por parte da grande maioria dos responsáveis pelos médicos especializados e às *carência das Equipas Médico-Pedagógicas* Cf. Ana Mª Bénard da Costa, *Educação Especial*, p. 318

Afirma-se que a principal função do Assistente Social Escolar nesta vertente, é «aconselhar, orientar, e ajudar o indivíduo a fim de que possa vencer os obstáculos à sua normal evolução psicofísica e social; e coordenar os esforços e actividades do conselho directivo ou director, do professor, do aluno e dos pais». O Assistente Social Escolar pode também «ser orientador e consultor de certos problemas em campanhas de saúde mental; cooperar para a organização de grupos de pais que têm por finalidade discutir problemas dos alunos individuais ou colectivos; estabelecer contactos com outros serviços para envio ou solicitação de informações; colaborar com outros departamentos da escola (acção social escolar, conselhos pedagógicos, conselhos directivos, associações de alunos, ensino integrado)». <sup>154</sup>

No seguimento das políticas do direito à educação e numa linha de desenvolvimento global da criança verifica-se o reforço das políticas de ASE e da Medicina Escolar, essencialmente ao nível do ensino primário em que se salienta *o acréscimo de Assistentes Sociais na Acção Social Escolar e a inserção de Assistentes Sociais nas equipas dos Centros de Medicina Pedagógica.*

### **3. As Práticas Profissionais**

As práticas de Serviço Social no período em análise centram-se nas escolas do ensino primário, em que se destaca papéis e funções desempenhados pelo Serviço Social Escolar. Releva-se a intervenção pontual da Equipa de Serviço Social de Castelo Branco, *ao nível da Animação Social Cultural e ao nível das Campanhas de Dinamização Cultural do MFA*, experiências estas numa linha de

---

<sup>154</sup> M<sup>a</sup> Antonieta Cardoso et alii, “Alguns conceitos de Serviço Social e abordagem do Serviço Social Escolar”, in Saúde e Escola n<sup>o</sup>7, p.28  
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA - ESAE

participação planeada e de um trabalho colectivo, para promover e tornar acessível a cultura às populações e melhorar as suas condições de vida.

### **3.1. Nas Escolas do Ensino Primário**

As equipas de Serviço Social do Ministério da Educação e Cultura (MEC) afectas aos serviços Centrais constituíram-se para *actuar na periferia com certa autonomia funcional, financeira e administrativa nas estruturas do ensino primário,*

«A prática profissional se situa no interior da divisão social do trabalho, a partir da qual assume uma *especialização*, adquirindo seu exercício uma certa peculiaridade no quadro geral das profissões» (Celats,1985:59) e «os conhecimentos e as práticas se particularizam pelos acúmulos construídos pela categoria profissional e pelo estilo de vida predominante no seu meio (inclusive os seus costumes, moral, leis etc.) - estilo de vida este que é dada aos sujeitos individuais como um código de orientação e interpretação para as suas acções no quotidiano»(Myrian Baptista,2001:17).

Em virtude de ser um serviço recente à procura de uma identidade na política de ASE, a euforia dos momentos de liberdade conquistada na denominada Revolução dos “Cravos,” as mudanças sociais e políticas, reflectiram-se nas práticas profissionais das Assistentes Sociais do Ministério da Educação e Cultura (MEC), investindo nas relações sociais e num *trabalho para fora da escola com a população escolar, a comunidade em geral e em articulação com toda a estrutura do Ensino Primário* (Direcções Escolares, delegados de zona escolar, pais/encarregados de educação, professores e funcionários das escolas).

A acção/intervenção das Assistentes Sociais de 1974 a 1976<sup>155</sup> torna-se mais abrangente e consoante os contextos sociais, educativos e a realidade distrital, o trabalho das equipas perspectiva-se não só, em função das *consequências*<sup>156</sup> para suprir deficiências alimentares e de saúde dos alunos mas também, em função das *causas* que determinam aqueles problemas sociais. Realizaram-se acções de formação sobre educação alimentar e anti-alcoólica para os alunos, pais, professores e funcionários das escolas, em colaboração com delegados de saúde e enfermeiros de saúde pública do Centro de Saúde e com os Serviços de Extensão do Ministério da Agricultura, visando a sua promoção sócio-cultural e comprometendo toda a comunidade escolar e a população em geral, como sujeitos activos e potencialmente capazes de confrontar-se com os seus problemas tanto a nível individual como colectivo.

Esta intervenção profissional processou-se ainda, através de: informação, sensibilização e mobilização de todos os intervenientes no processo educativo em relação à política de ASE em matéria de *subsídios escolares, como um apoio individualizado* em função do grau de carência económica do agregado familiar, de forma a compensar as despesas inerentes à frequência escolar, e os *subsídios de transportes e alojamento em colocação familiar*, como meio de acesso à escola; informação e conscientização da *importância de colónias e campos de férias* num trabalho desenvolvido com a colaboração das populações, pais, professores e delegados de zona escolar, com aproveitamento dos recursos da comunidade - Casas do Povo e Juntas de Freguesia, intentando conseguir-se a dinamização deste sector pela importância que reveste no crescimento e

---

<sup>155</sup> Estas acções no ensino primário tiveram continuidade até 1978, no período de Normalização Democrática e até à extinção da Divisão de Serviço Social, nesse ano.

<sup>156</sup> Como a implementação do suplemento alimentar- leite e sandes com proteínas variadas, introdução do composto proteico AMF nas sopas dos refeitórios, e a introdução do sal iodado nas zonas de bócio endémico

equilíbrio bio-psico-social da criança; *organização, preparação e formação de monitores* (a maioria alunos do Magistério Primário) que iriam apoiar e orientar as crianças nas Colónias e Campos de Férias; *levantamento e dinamização da escolaridade obrigatória* através de *estratégias colectivas com lançamento de inquéritos* aos alunos do 2º ano-2ª fase, para detecção de fugas à escolaridade obrigatória e suas causas, *planeamento de acções* desenvolvido através de um *processo contínuo de sensibilização e consciencialização* da população escolar para o *cumprimento da escolaridade obrigatória*, trabalho em colaboração com os poderes locais e regionais (Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais).

*Procedeu-se igualmente a estratégias individuais de reforço aos alunos refractários ao cumprimento da escolaridade obrigatória* e fomentou-se a criação e melhoramento das estruturas de apoio à escolarização (aumento da rede escolar, actualização da rede de transportes escolares, insuficientes para dar resposta às necessidades escolares crescentes, e criação de residências) como meios de acesso à escola, com avaliação final deste trabalho. Promoveu-se a *sensibilização dos Conselhos Directivos para a necessidade de reuniões conjuntas com o ensino primário*, no sentido de programar as acções preliminares, motivadoras das matrículas, trabalho este desenvolvido até ao ano de 1982.<sup>157</sup>

Fez-se também encaminhamento de alunos com problemas do foro psicológico e de saúde com necessidade de próteses (óculos, aparelhos auditivos etc.), perspectivando colmatar as repercussões que tal realidade tem sobre o

---

<sup>157</sup> A partir desta data deixou de se fazer um trabalho articulado quer de avaliação, quer de dinamização e mobilização para o cumprimento da escolaridade obrigatória, apenas recomeçado pelo Serviço Social que foi integrado nos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), que ao nível das competências mais relevantes “apoio psico- pedagógico” e “apoio ao desenvolvimento do sistema de relações da comunidade educativa” têm concretizado, entre outras acções, o despiste de situações de absentismo ou abandono escolar e actuação sobre as respectivas causas. In *curriculum vitae* das Mestres Mª do Céu Pimentel e Mª de Fátima Jorge Seabra, da Equipa de Serviço Social da Área Técnico- Pedagógica do CAE de Coimbra

rendimento escolar dos alunos e uma prospecção/rastreio de crianças com deficiências mediante fichas enviadas pelo ensino básico (1975), com apoio às situações do Ensino Especial em matéria de ASE.

A conexão que estabelecemos na relação profissional é complexa e depende do tipo de trabalho onde estamos inseridos, maneira de ser, compromisso e empenhamento profissional. A Assistente Social nesta dinâmica relacional terá de descobrir estratégias, para melhor trabalhar e encontrar respostas que vão ao encontro dos interesses da população escolar.

Mas, o importante e parafraseando Myrian Baptista «é ter claro que muito embora, a acção profissional se efective por aproximações, desvios, soluções precárias para resolver dificuldades imediatas, isto não significa que o saber construído pelo S.S. seja necessariamente utilitarista ou imediatista; significa sim que, seja qual for seu objecto, mediata ou imediatamente, o profissional deverá procurar superar estas limitações, encaminhando suas reflexões e seus resultados em um sentido histórico social, político e técnico da produção de conhecimentos, tendo em vista um *saber e uma prática mais consequentes*” (Myrian Baptista:2001:116).

### **3.2 Na Animação Sócio - Cultural**

Suscitadas pelo processo de democratização desencadeado no país desde 25 de Abril, desenvolveram-se múltiplas iniciativas no sentido de estimular a participação e organização das populações. Estas iniciativas surgem por duas vias simultaneamente: *a dos agrupamentos ou colectividades* que se organizam ao nível da base e a dos esforços empreendidos por *órgãos* mais ou menos centralizados - *MFA, partidos políticos, órgãos governamentais e entidades*

*privadas*. «Todos estes esforços se relacionam de algum modo com a chamada “Animação Sócio-cultural” propondo-se como objectivo imediato confrontar o povo português com o momento revolucionário que o país atravessa e estimular a sua participação efectiva e criadora na construção da nova sociedade democrática e socializada que Portugal escolheu ser». <sup>158</sup>

### 3.2.1. A Comissão Interministerial de Animação Sócio-Cultural

No sentido de coordenar e fomentar, no âmbito da iniciativa governamental, as acções que visam a dinamização sócio-cultural das populações foi criada, por resolução do Conselho de Ministros de 27 de Setembro de 1974, <sup>159</sup> no Ministério dos Assuntos Sociais da engenheira M<sup>a</sup> de Lurdes Pintassilgo, a “Comissão Interministerial de Animação Sócio-Cultural”- (CIASC) de carácter oficial que englobava representantes dos Serviços, <sup>160</sup> Autarquias Locais e colectividades.

No decurso de três meses após oficialização e, tendo em conta «o pluralismo e a diversidade das acções que nela se enquadram, só progressivamente a CIASC tem vindo a clarificar o seu âmbito e formas próprias de intervenção» tendo-se definido como *funções prioritárias* :

- «estimular a troca de informação e intercâmbio de experiências entre todos os sectores actualmente empenhados na dinamização sócio-cultural;

---

<sup>158</sup> Cf. Comissão Interministerial de Animação Sócio- Cultural, Janeiro 1975, in *Anexo ao relatório de Março de 1975, da Equipa distrital do IASE de Castelo Branco*

<sup>159</sup> Esta Comissão Interministerial surge na véspera da queda do II Governo Provisório com passagem para o III Governo Provisório, que iniciou a 1 de outubro com Vasco Gonçalves como Primeiro Ministro, e o General Costa Gomes como Presidente, num período caracterizado por intensa participação e intervenção dos militares na cena política, Cf António Reis, “O Processo de Democratização,” *Portugal 20 Anos de Democracia*, p.26

<sup>160</sup> No Organograma da CIASC distrital estavam representados os sectores da Educação e Cultura, Trabalho Social, Saúde, Economia, Comunicações e Estradas além das Autarquias Locais, in *Anexo ao Relatório de Serviço Social da Equipa de Castelo Branco*, de Abril de 1975.

- dinamizar os serviços públicos e as autarquias locais no sentido de que as suas acções surjam, cada vez mais, como resposta a direitos assumidos e expressos pelas populações e se enquadrem, explicitamente, nos objectivos sócio-políticos do programa do MFA;

- caminhar para uma progressiva articulação e convergência ao nível da base dos programas paralelamente desencadeados pelos vários sectores da Administração Pública;

- contribuir para uma perspectivação correcta e globalizante da animação sócio-cultural, nomeadamente através de programas de capacitação e reciclagem dos diferentes agentes intervenientes no processo de animação;

- prosseguir a inventariação sistemática dos recursos materiais e humanos existentes nos vários departamentos e serviços governamentais, susceptíveis de uma utilização polivalente no âmbito da animação sócio-cultural».<sup>161</sup>

A dinamização das populações, constitui opção prioritária, nesta fase da vida do país, necessária à efectivação e aceleração do processo de democratização, pelo que, se torna importante que todos os serviços do Estado implantados na base, incluam no seu sector específico de intervenção, a perspectiva da animação sócio-cultural.

Nesta óptica, e tendo em conta que os próprios serviços em diferentes níveis, definam, os canais para a sua melhor articulação, são *estruturas da CIASC a nível central, a Comissão Interministerial Central*, a qual deve proporcionar a interligação directa entre as várias acções centrais implicadas na animação sócio-cultural, tendo em vista a crescente articulação entre as iniciativas por eles desencadeadas, o *Grupo de Apoio Técnico* com peritos de diversas

---

<sup>161</sup> Cf. “Comissão Interministerial de Animação Sócio-Cultural, Janeiro 1975”, in *Anexo ao relatório de Março de 1975 da Equipa distrital do IASE de Castelo Branco*  
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA - ESAE



competências, recrutados entre os técnicos de alguns serviços ou especialmente contratados, para um trabalho de formação e reciclagem no âmbito da animação sócio-cultural, e o *Secretariado Executivo*, responsável pela organização e circulação da informação num plano unificador e pelas ligações com os órgãos centrais, regionais e distritais.

A nível Regional, compete às *Comissões Regionais*<sup>162</sup> e *Distritais de Animação Sócio-Cultural*, «proporcionar um confronto dinâmico entre os programas de animação em curso e estabelecer possíveis perspectivas de acção comum à referida zona, propondo-se assim colaborar na animação sócio-cultural do respectivo distrito».

As experiências a seguir descritas ocorreram no distrito de Castelo Branco e irão ter em atenção as particularidades do Serviço Social nestas acções, tendo a autora deste trabalho sido convidada, a fazer parte da Comissão Distrital de Animação Sócio-Cultural<sup>163</sup> após encontro com os elementos da CIASC, para desempenhar *funções de dinamização em acções de animação sócio-cultural*, concretamente em dois Seminários, e foi nomeada pelas colegas para *representar o IASE, simultaneamente no sector da educação e cultura e trabalho social. De salientar ainda a colaboração de toda a equipa de Serviço Social do IASE, composta por 5 elementos, num trabalho de pesquisa e análise económica e social do distrito de Castelo Branco e a participação em campanhas de dinamização cultural do Movimento das Forças Armadas.*

---

<sup>162</sup> “As Comissões Regionais foram criadas por Resolução do Conselho de Ministros de 28/11/74 e integram representantes dos vários distritos da região respectiva.” In *Relatório do mês de Abril de 1975, da Equipa distrital do IASE de Castelo Branco*

<sup>163</sup> Esta Comissão Distrital é composta por sete elementos (dois a tempo inteiro e cinco voluntários) cabendo-lhes não só coordenar as acções e programas das várias entidades como também programar intervenções conjugadas ao nível de base. Para funcionar paralelamente a esta Comissão foi criado o *Secretariado Moderador* que tem «por função a ligação entre todos os organismos e informação e coordenação de todas as acções a empreender ». Ibidem

Os *dois Seminários de animação sócio-cultural* foram promovidos pelo Secretariado Moderador Distrital de Castelo Branco em articulação com a CIASC, tendo-se realizado o primeiro em 12 e 13 de Abril de 1975, direccionado especialmente a *organismos privados* relacionados com actividades culturais, tendo resultado a formação de uma *equipa distrital dos assuntos culturais com elementos voluntários*, ligados ao sector privado com o fim de apoiar, dinamizar, tanto quanto possível grupos cénicos e folclóricos no distrito e promover a formação de novos grupos já despertados e a despertar neste tipo de dinamismo.

O segundo Seminário realizado *entre* 29 de Maio e 1 de Junho de 75, abrangeu dois grupos, um deles composto por elementos dos *organismos oficiais* para uma desmontagem, através de slides, dos sistemas repressivos - a família, o ensino e a igreja, repercussões sociais deste sistema opressivo e uma análise reflexivista sobre o funcionalismo público, principais obstáculos a ultrapassar e pistas a empreender para uma maior articulação de todos os serviços oficiais para uma melhor resposta aos problemas detectados nas populações. O outro grupo era composto por *representantes de associações* empenhados em acções concretas, onde se avaliaria o que já tinham realizado até ao presente.

Também as Comissões Regionais previam como forma de apoio à acção local, a *constituição de equipas móveis*, integradas por funcionários destacados dos respectivos serviços para realizarem intervenções directas junto das populações locais.

Nesta linha organizaram-se *equipas móveis* em que *colaboraram* as Assistentes Sociais do IASE e outros elementos de outros serviços, incluindo voluntários (sobretudo estudantes) para lançamento e recolha de vários inquéritos individuais nas freguesias de todo o distrito de Castelo Branco, abrangendo as

seguintes áreas: agricultura, indústria, comércio, donas de casa, jovens, condições de vida (através das Juntas de Freguesia), ensino primário (através dos professores), assistência médica, vida religiosa, vida sindical e instituições de ensino, que deram a conhecer a realidade sócio-económica e as necessidades reais das populações, em ordem a uma planificação e intervenção directa na resolução das carências detectadas.

Embora reconhecendo que esta investigação apresenta limitações pela inexistência de meios humanos e técnicos especializados, e a inevitabilidade de se repetir em momentos diferentes para uma comparação de dados da realidade económica e social em permanente mutação, nas conclusões do «Estudo Económico e Social do Distrito de Castelo Branco», de Lopes Marcelo, publicado em Julho de 1976, reforça-se essa urgência de continuidade salientando que «se tal tarefa for adiada, esquecida, ficarão comprometidas as soluções de fundo, o planeamento das acções económicas, sociais e culturais, caindo-se no imprevisto, no jogo das influências pessoais e políticas que impedem a resolução dos problemas estruturais. É urgente e indispensável conhecer, para planear e agir. Para conhecer é indispensável fazer inquéritos, contactar, obter a dimensão real dos problemas e situações para que se inicie, quanto antes, a intervenção decisiva que corrija desequilíbrios, que faça justiça concreta às populações mais atrasadas porque são mais esquecidas».

### **3.2.2. As Campanhas de Dinamização Cultural do MFA**

Com a entrada do Engenheiro Vasco Pinto Leite para a Direcção Geral da Cultura Popular e Espectáculo, e a de João Freitas Branco para os Assuntos Culturais, começa-se a registar uma «política cultural». Dois meses antes do 28

de Setembro de 1974<sup>164</sup> são anunciadas, pelo referido engenheiro, as *Campanhas de Dinamização Cultural* com início em Outubro, por se constatar ser necessário lançar «pólos de desenvolvimento cultural na província» de forma a democratizar e tornar acessível a cultura a todos com «isenção partidária» e «inteligência política», para «preencher o vazio cultural e de informação política existente em todo o país» e ainda porque a «situação de subdesenvolvimento» impede a «democracia, o aumento da produtividade, a justiça social e o desenvolvimento» colaborando nessas campanhas as Forças Armadas (5ª Divisão),<sup>165</sup> associações culturais e organismos do Estado «interessados no processo» e «a luta antifascista» e o «esclarecimento do programa do MFA» eram os objectivos prioritários (Eduarda Dionísio, 1993:452).

Assim, o MFA, que inicialmente se limitara a desempenhar um papel passivo de conciliação, passa a partir de Setembro de 74 a *envolver-se de uma forma activa no processo revolucionário, dentro e fora dos quartéis*. É no ano de 75 que a dinâmica povo-FMA tem o seu ponto culminante período durante o qual decorre esta Campanha da 5ª Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA). A Comissão Interministerial de Animação Sócio-Cultural, acompanhará o desenrolar do programa, integrando no seu âmbito um representante do MFA e fazendo-se representar na respectiva Comissão Dinamizadora Central.

A Equipa de Serviço Social de Castelo Branco participou nas campanhas de dinamização do MFA, conjuntamente com técnicos de outros organismos e

---

<sup>164</sup> Tentativa reaccionária contra o MFA e Governo Provisório levada a cabo «por partidos da extrema direita com o objectivo de dar um pretexto a Spínola para que se proclamasse o Estado de sítio e assumisse plenos poderes, a manifestação da «maioria silenciosa» será facilmente boicotada pela actuação conjunta do COPCON...e das forças políticas de esquerda...» Cf António Reis, “O Processo de Democratização,” *Portugal 20 Anos de Democracia*, p.23

<sup>165</sup> Numa linha de reforço dos mecanismos de controlo militar sobre a situação política, apareceu no Verão de 1974 o Comando Operacional do Continente (COPCON) e a 5ª Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFFA), à qual é incumbida «tarefas de acção psicológica e relações públicas, assim como as campanhas de dinamização cultural e de acção cívica.» Cf. Maria Carrilho, “As Forças Armadas,” *Portugal 20 Anos de Democracia* p.153

entidades oficiais de vários Ministérios, para uma troca de informações, experiências e articulação de todos os serviços, com aproveitamento dos recursos humanos e materiais para obtenção de uma resposta aos direitos sócio-políticos expressos pelas populações, procurando as Assistentes Sociais sensibilizar, informar e esclarecer sobre a política de Acção Social Escolar.

Tentou-se criar novas dinâmicas, como a organização e empenhamento das próprias populações na resolução dos seus problemas, definindo com outros profissionais e serviços de outros Ministérios hipóteses de solução que, permitissem com os recursos existentes a nível não só local, mas também regional (Câmaras, Juntas de freguesia, Instituto da Família e Acção Social -IFAS, Casas do Povo, Centros de Saúde, Hospitais...) *planos de intervenção mais objectivos, com os próprios intervenientes, face às situações deparadas, numa visão mais colectiva e mais capaz de trabalhar a níveis globais e colectivos* (Marco Marchioni, 1991).

Daqui se pode depreender o *carácter político da prática profissional*, que depende, não só das *dimensões subjectivas* de intencionalidade e da direcção social imprimida pelo Assistente Social ao seu trabalho, mas também das *dimensões objectivas* a que a sua intervenção está sujeita nos contextos onde actua, podendo-se afirmar que o Serviço Social «participa tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho» (Carmelita Yazbeck, 1999:90).

Esta sequência permite afirmar que «a prática profissional concreta, quotidiana, exprime não apenas a capacidade técnico-operativa de quem a realiza, mas também e principalmente a sua posição existencial, política e

ideológica face às relações da sociedade em que vive. É essa posição que particulariza a intervenção social, dando-lhe uma qualidade, imprimindo-lhe uma direcção - o que não significa que os profissionais deixem de reproduzir os serviços concretos definidos institucionalmente e solicitados pela população» (Myrian Baptista,2001:17).

As profissões, segundo Berger, vão adquirindo uma identidade e uma especificidade que está relacionada com um objecto próprio e este processo de construção da identidade profissional «tem por base uma realidade subjectiva: a identidade interiorizada pelos seus profissionais e pela sociedade com a qual se relaciona»(Berger,1978, citado por Myrian Batista,2001:67).

As experiências mencionadas tiveram curta duração ( Outubro de 1974 a Junho de 1975) e poucas respostas concretizadas aos anseios das populações. Apesar de se verificar uma modificação na operacionalização da prática profissional das Assistentes Sociais nesta área de intervenção, perpetuaram-se métodos e atitudes conservadoras nos serviços, pela não disponibilidade de recursos, reminiscências do enraizamento de burocracias e sectorização do período precedente, que se reflecte nas atitudes de alguns profissionais, que ou demasiado voltados para si mesmos ou por opção partidária, tornam impeditivo o avanço ao lado das populações.

#### **4. A Experiência de Organização das Assistentes Sociais no Distrito de Castelo Branco**

Enquanto no período anterior ao 25 de Abril o trabalho das Assistentes Sociais se processou de uma forma parcelar e sectorizada, a revolução de Abril de 74, veio provocar também alterações ao nível da visão globalizante na

intervenção social e, a necessidade de um esforço colectivo para um trabalho prático mais eficaz que fosse ao encontro das necessidades das populações.

A este nível, no distrito de Castelo Branco as Assistentes Sociais de todos os serviços públicos e particulares uniram-se e começaram a reunir-se uma vez por mês, para discussão, análise das problemáticas sociais e interligação entre serviços na resolução de situações que implicavam o compromisso de várias entidades.

Como resultado destes encontros inter-serviços resultou um plano de trabalho de *levantamento das características sócio - culturais de cada concelho do distrito de Castelo Branco* (ano de 1974) <sup>166</sup> que redundou num estudo de grande utilidade para a maioria dos serviços, permitiu um conhecimento dos equipamentos sociais com aproveitamento dos recursos técnicos, humanos e materiais existentes, onde se encontram compilados,:

I. «Elementos demográficos e equipamento social do distrito» a nível de Infância, menores, deficientes e idosos; Previdência; Assistência do Instituto da Família e Acção Social (IFAS); Actividades sócio- culturais e desportivas Trabalho; Educação e Saúde;

II. Formas de intervenção a nível local com indicação dos Centros de Comando, zonas geográficas, unidades de trabalho sua composição técnica, tipo de acções prestadas»;

III. “Dificuldades de execução a curto prazo” nos campos da Previdência, Assistência e Saúde e, em anexo apresenta-se um levantamento das Misericórdias e suas actividades.

---

<sup>166</sup> Cf. *Plano de Trabalho /Levantamento de caracterização sócio- cultural do distrito de Castelo Branco*, elaborado por Assistentes Sociais e Auxiliares de Serviço Social, dos vários serviços existentes - IFAS, Caixa de Previdência e Abono de Família do distrito de Castelo Branco, Centro de Saúde, Hospital da Misericórdia, IASE, Junta Central das Casas do Povo, Junta de Acção Social – Missão de Acção Social e do Trabalho, 1974

A formação académica em Serviço Social orientada para a intervenção, os movimentos para a modernização do Serviço Social e o contexto social e político que se viveu no período da Revolução de Abril, representaram factores que contribuíram para que o Serviço Social Escolar se projectasse para fora da Instituição, para um trabalho diversificado com a comunidade educativa, numa linha de informação, consciencialização, dinamização das políticas de ASE, tendo a maioria das Assistentes Sociais, feito uma integração no processo de transformação.

A intervenção centra-se *na* criança, ao criar uma *nova dinâmica de organização e empenhamento de toda a estrutura escolar*, procurando com outros profissionais e serviços *planos de intervenção com os próprios intervenientes*.

*Implementa-se uma nova dimensão colectiva*, em equipas polivalentes e interdisciplinares, numa articulação e cooperação com outros serviços e estruturas de apoio a organizações populares de base (MFA, Comissão Interministerial de Animação Sócio- Cultural, Autarquias Locais, Comissões de pais).

Na prática destes profissionais dá-se uma ruptura com a metodologia tradicional de cariz assistencial, empírico e imediato, imprimindo-se uma *nova dinâmica científica* no trabalho social com duas fases dialécticas:

- *Investigação*, implicando *observação* da realidade com levantamentos e estudos da realidade sócio-económica da área de intervenção e uma *reflexão crítica* sobre a mesma;

- *Intervenção planeada*, incluindo decisão e acção transformadora encarada como um processo contínuo e não apenas como uma “estrutura de



procedimentos”, que permite relacionar o método fundamentado numa teoria científica de análise da realidade com a prática, e concretização de objectivos e metas propostos para a acção profissional. «Esta interligação entre método, teoria e realidade, permite verificar que o *método profissional* é um *meio de conhecimento e interpretação* dessa realidade e ao mesmo tempo um *instrumento da sua transformação*» (Vários Autores, 1973:116), que se processará através da acção profissional, como prática científica, por aproximações sucessivas com a realidade.

As Assistentes Sociais, representadas nos lugares de chefia do IASE, conhecem um período de ascensão do seu estatuto e reconhecimento profissional, e a própria Divisão de Serviço Social promove uma articulação permanente entre as Equipas de Serviço Social com os Serviços Centrais, através de reuniões e encontros quer a nível nacional, quer regional, para *orientação e uniformização* do trabalho das Assistentes Sociais, *formação e valorização profissional*.

Processa-se ainda a nível local e regional, a uma articulação das Assistentes Sociais entre si e com orientadoras Regionais, também Assistentes Sociais, para programação, reflexão e avaliação conjunta do trabalho e elaboração de relatórios e informações sobre o desenvolvimento da intervenção prática em Serviço Social, contribuindo para que este grupo seja coeso e unido.

Da organização externa que se verifica a nível do Serviço Social, salienta-se nesse período o *trabalho inter-serviços*, estratégia inovadora que procura uma resposta mais cabal aos problemas sociais.

## **CAPÍTULO V**

### **SERVIÇO SOCIAL ESCOLAR NO PERÍODO DE NORMALIZAÇÃO**

Neste capítulo destaca-se o desenvolvimento do Serviço Social Escolar no contexto das políticas de Acção Social Escolar ao nível do ensino primário e salienta-se a situação criada às Assistentes Sociais integradas na Divisão de Serviço Social com a publicação do diploma legal do ano de 1978 relativo à reclassificação de carreiras do pessoal dirigente e técnico dos órgãos e serviços centrais do Ministério da Educação.

Procede-se a uma análise da prática profissional no ensino primário de 76 a 78, numa interligação com as mudanças de orientações das políticas de Acção Social Escolar para os ensinos primário e pós-primário.

#### **1. Serviço Social Escolar no contexto das Políticas de Acção Social Escolar**

No período de Normalização, continua a prevalecer a nível do ensino primário o apoio individual traduzido em subsídios e o investimento na propagação e melhoramento dos serviços de apoio à escolarização. Ganha relevo a regulamentação, organização dos serviços e o instrumental técnico e legisla-se sobre as *funções* da Assistente Social no *ensino primário em 1977*, conforme quadro 2 da página seguinte. Em 1978, o IASE determina as normas orientadoras de serviço para as técnicas de Serviço Social, desde a forma de organização e gestão interna das equipas de Serviço Social<sup>167</sup>, aos instrumentos de trabalho<sup>168</sup> a

---

<sup>167</sup> É definido que cada equipa de Serviço Social terá um responsável, eleito por escrutínio secreto de entre os membros que compõem a equipa em matéria de programas para a ASE e será o representante do IASE a nível de ASE, por um

utilizar, ao horário de serviço, prestação de contas e inventário dos bens duradouros afectos à equipa.

#### QUADRO 2 - Funções do Assistente Social em 1977

<p>FONTE: <i>Despacho n.º 139/77 de 15 de Novembro</i> - Regulamento dos Serviços de Acção Social Escolar para o Ensino Primário e Telescola</p> <p>IV- Técnicos do IASE com intervenção distrital e regional</p> <p>1<sup>º</sup> <i>Técnicos de Serviço Social do IASE</i></p> <p>O Técnico de Serviço Social Distrital é o representando IASE no distrito a nível do ensino primário e como tal, o garante da concretização da política que preside à Acção Social Escolar.</p> <p>São suas funções:</p> <p>1.1. <i>A nível do distrito :</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Estudar as características sócio- económicas do distrito e seu reflexo sobre o aluno;</li> <li>Analisar as prioridades de intervenção da ASE;</li> <li>Intervir, com direcção do distrito escolar, na prestação de serviços de ASE;</li> <li>Colaborando no planeamento e na programação das acções para o distrito;</li> <li>Participando no plano de atribuições de verbas aos concelhos, face ao conhecimento das suas características;</li> <li>Acompanhando o desenrolar da acção numa perspectiva social;</li> <li>Avaliando as acções e analisando a introdução de correcções em programações futuras, sob proposta;</li> <li>Colaborando na sensibilização para o entendimento da ASE nas perspectivas pedagógica e de saúde;</li> <li>Incentivando a cooperação de outras entidades locais.</li> </ul> <p>1.2. <i>A nível do concelho ou de zona escolar:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Conhecer a realidade social do concelho ou zona escolar quanto a necessidades e recursos;</li> <li>Analisar as prioridades de intervenção da ASE no concelho ou na zona escolar;</li> <li>Apoiando na programação das acções e das verbas com base na realidade social ;</li> <li>Acompanhando o desenrolar da acção numa perspectiva social;</li> <li>Avaliando periodicamente a ASE analisando e propondo a introdução de correcções;</li> <li>Apoiando e incentivando a colaboração com demais estruturas locais, bem como sensibilizando para a articulação de esforços;</li> <li>Sensibilizando para as perspectiva pedagógica e de saúde da ASE, quer a nível do ensino primário, quer do preparatório;</li> <li>Promovendo o estabelecimento das ligações necessárias com as escolas do ciclo preparatório, a fim de serem programadas, em conjunto, formas de incentivo à escolarização efectiva de todas as crianças em idade escolar;</li> <li>Apoiando na acção de dinamização a desenvolver junto do director da escola ou encarregado de posto de Telescola, dos professores e da comunidade em geral;</li> <li>Contribuindo para um trabalho de equipa, em ASE, entre todos os professores da escola ou posto de Telescola;</li> <li>Incentivando o diálogo e a colaboração entre a escola ou posto de Telescola, os pais e comunidade em geral</li> </ul> <p>1.3. <i>A nível do IASE :</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Representar os serviços Centrais do IASE no distrito e no concelho ou zona escolar;</li> <li>Estabelecer relações com o IASE por forma a mantê-lo atento à introdução de correcções na execução da sua política e na dinamização desta;</li> <li>Apresentar propostas e pareceres sobre a resolução de problemas concretos surgidos na base e que tenham de sujeitar-se à decisão do IASE;</li> <li>Elaborar informações e relatórios globais ou sectoriais sobre o desenvolvimento da acção;</li> </ul>
---

período máximo de 2 anos consecutivos, competindo-lhe coordenar «a actividade dos diferentes elementos da equipa em matéria de programas para a ASE; Superintende a vida administrativa da equipa; Dialoga directamente com o IASE» e «todos os técnicos da equipa são solidariamente responsáveis pelas actividades desenvolvidas pela mesma». Cf. «Normas de serviço para os técnicos do IASE colocados distritalmente e com funções a nível do ensino primário», in *D.R. II série, Número 2, de 3 de Janeiro de 1978*.

<sup>168</sup> “Consideram-se instrumentos de trabalho do Serviço Social: a) Os impressos inerentes à vida administrativa da equipa, aos deveres do funcionário e à utilização dos veículos do Estado; b) Registos de trabalho, actas, informações, pareceres, propostas, relatórios e estudos relacionados com a acção social escolar ou com o serviço; c) Contactos individuais e reuniões; d) Oficinas e demais correspondência; e) Ficheiros ; Ibidem

A partir de 1976/77 a estrutura central (IASE), já ventilava nas suas sessões de trabalho, a *acção social escolar centrada preferencialmente em professores do ensino primário* em relação à Assistente Social, prevendo-se antecipadamente uma mudança. No Regulamento dos Serviços de Acção Social Escolar para o Ensino Primário e Telescola para o ano lectivo de 77/78, aponta o professor como o catalisador de ASE, uma vez que «a acção social escolar dirigida aos alunos do ensino primário e Telescola reveste-se não só de uma perspectiva social mas também pedagógica»<sup>169</sup> mantendo a estrutura Direcção Escolar/ Delegação Escolar a orientação e coordenação deste sector em parceria com a equipa distrital, composta por Inspector de Orientação Pedagógica, professor Assistente do Instituto de Tecnologia Educativa (ITE) e a Técnica de Serviço Social.<sup>170</sup> As Assistentes Sociais mantêm-se ligadas ao ensino Primário até 1978, altura em que a estrutura Central vai determinar a passagem destes profissionais para o ensino pós-primário, como teremos oportunidade de constatar, nesta segunda parte do trabalho.

*De facto «considerando que a maioria dos Assistentes Sociais são profissionais assalariados e inseridos em organizações governamentais ou em IPSS, não há dúvida que a possibilidade de construir estratégias potenciadoras de autonomia e emancipação se deparará com determinantes estruturais e factores institucionais que se lhe oporão»* pelo que a sua autonomia é «*uma autonomia relativa*» (M<sup>a</sup> Helena Nunes, 1995: 114).

*No ensino preparatório e secundário (ensino pós-primário), a partir de 1976/77, devido ao aumento do número de escolas e da cobertura dos Serviços*

---

<sup>169</sup> Cf. Regulamento dos Serviços de Acção Social Escolar para o Ensino Primário e Telescola, p. 7997, in *Despacho n.º 139/77 de 15 de Novembro*

<sup>170</sup> Cf. *Instruções Ensino Básico e Secundário para 1978/79*, MEN, Secretaria de Estado da Juventude e Desportos

(auxílios económicos, alimentação, transportes, alojamento e seguro escolar), e pelo facto de não haver estruturas intermédias entre o IASE e os Núcleos de Acção Social Escolar (NASE), sente-se a necessidade de criar as estruturas regionais que promovam, o encontro e o diálogo das escolas entre si e destas com o IASE. É criada a figura de Coordenador Regional do Núcleo de Acção Social Escolar (CRNASE), pelo D.L. n.º 6/77 de 5 de Janeiro (professor cujas funções de ASE são equiparadas a “serviço docente”), para actuar numa área distrital ou sub-distrital, de forma a conduzir a uma definição de critérios comuns e uma coordenação de acções a nível de uma zona de actuação.

O Coordenador através de uma visão de conjunto da zona e trabalhando mais de perto com os serviços Centrais (IASE), será a garantia junto das escolas, de um esclarecimento, dinamização e apoio que aqueles serviços não podem directamente prestar, promovendo-se assim a descentralização dos mesmos.<sup>171</sup>

Enquanto no período Revolucionário, neste nível de ensino se verificou um reforço dos Auxílios Económicos Directos em função da nova orientação que privilegia os *subsídios individuais* de modo a atender as disparidades sócio-económicas individuais, a partir de 1976/77 face aos aumento de pedidos de subsídios superiores ao previsto, verifica-se uma preocupação em atender não só às características individuais, mas também às existentes entre escolas e regiões na forma da distribuição da verba concedida pelo IASE.

Sistematiza-se os objectivos dos AED em 77/78 em «compensar os encargos escolares e melhorar as condições de frequência escolar»; «permitir o mais amplo acesso ao ensino pós-obrigatório» e «proporcionar melhores condições de estudo e aproveitamento» pelo que, a evolução da política em AED

---

<sup>171</sup> Cf *Orientações sobre Acção Social Escolar para os Ensinos Preparatórios e Secundários*, Junho de 76, Min. da Educação e Investigação Científica, Secretaria de Estado dos Desportos e Juventude.  
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA - ESAE

anda «a par da prioridade dada à criação e desenvolvimento dos serviços de acção social escolar e da sua acessibilidade, em termos de montante de comparticipação dos alunos».<sup>172</sup>

### **Relação entre o Serviço Social e o Instituto de Acção Social Escolar**

A Assistente Social Dr<sup>a</sup> Teresa Santos, uma das pioneiras na área de intervenção em Serviço Social Escolar na zona Centro, assume em Comissão de Serviço (em princípio por 3 anos) as funções de Vogal do Conselho Administrativo no Instituto de Acção Social Escolar (IASE) no ano de 1976, a convite do então Secretário de Estado, Dr. Almerindo Marques.

Como na altura, a Direcção de Serviços de Acção Social estava desprovida de Directora de Serviços e de Chefe de Divisão, acumulou as funções de Chefe e Directora dos Serviços de ASE, tendo terminado a comissão de serviço no ano seguinte, quando o Secretário de Estado que a convidara, é afastado do cargo sem qualquer explicação lógica desta cessação, por parte da estrutura central.

Em 1978, as Assistentes Sociais do Ministério da Educação na *reclassificação de carreiras* processada pelo *D.L. n.º 69/78 de 15/7 do quadro do pessoal dirigente e técnico dos Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Educação*, tiveram tratamento diferenciado. Com a mesma habilitação académica (Curso Superior, ao qual não estava conferido um grau académico), foram integradas, umas na *Carreira Técnica, na letra H*, e outras Assistentes Sociais na *Carreira Técnica de Serviço Social, na letra K*. Esta situação teve implicações nas

---

<sup>172</sup> Cf. *Balanço da Actividade do IASE(1973/74 a 77/78)*, MEIC, p.64  
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA - ESAE

diferenças remuneratórias  *vindo a proporcionar através da legislação que alterou o nível de qualificação e carreiras na Administração Pública em 1979, a passagem de sete Assistentes Sociais ( as que tinham sido integradas na Carreira Técnica, na letra H) para a Carreira Técnica Superior. A entidade empregadora alegou para esta integração que, as Assistentes Sociais que exerciam funções de Serviço Social na Divisão de Serviço Social, por executarem funções práticas de intervenção social foram integradas na Carreira Técnica de Serviço Social, secundarizando-se o trabalho de intervenção social, o estatuto, dignificação e autonomia profissional adquirido neste Instituto, logo após a sua criação até ao período revolucionário.*

As Assistentes Sociais do ME uniram-se para repudiar e denunciar o tratamento desigual que a entidade empregadora promoveu entre colegas da mesma profissão, tendo enviado um telegrama em nome individual para o Presidente do IASE e para o Conselho de Reclassificações do Ministério da Educação e Cultura (MEC), pela tomada de posição do Instituto que provocou uma flagrante injustiça na reclassificação das Técnicas da Divisão de Serviço Social .

Ainda se deslocaram a Lisboa para dialogar com o Presidente do IASE, mas a entidade superior não admitiu que tivesse existido discriminação e as reclamações das Assistentes Sociais ficaram para estudo não se tendo obtido resultados práticos. A situação agrava-se no ano seguinte, com os diplomas legais 191-C e 191-F promulgados em 1979 e, que vieram alterar como já se referiu, o nível da qualificação e carreiras na Administração Pública, permite às *sete Assistentes Sociais, que tinham sido integradas na Carreira Técnica, a sua*

*passagem para a Carreira Técnica Superior, e às outras Assistentes Sociais integradas na Carreira Técnica de Serviço Social é-lhes vedada essa passagem por determinação destes diplomas legais, entrando-se em contradição com a intenção do I Governo Constitucional de corrigir injustiças e desvios verificados no período revolucionário, acentuando-se ao invés injustiças e procedendo-se a reais desvios, antes não verificados.*

A Divisão de Serviço Social é extinta em 1978, através do *D.L. n.º 69/78 de 15 de Julho* e substituída pela Divisão de Auxílios Económicos Directos, indo ao encontro das mudanças não só das políticas de educação já abordadas, mas também dos reflexos nas mudanças de orientações das políticas de ASE para o ensino primário e para o ensino pós-primário, com alteração do campo de actividade das Assistentes Sociais «que passam a exercer funções no secundário para a avaliação dos boletins de carência».<sup>173</sup>

Perante a situação em que o Serviço Social foi colocado, e de acordo com as novas orientações, no encontro realizado em Leiria em 18 e 19 de Abril de 1979 com as Assistentes Sociais da Zona Centro, a Chefe de Divisão e a Responsável Regional da Zona Centro, representantes dos Serviços Centrais, foi elaborado um documento crítico sobre esta situação e apresentaram as *funções definidas* pelas próprias Assistentes Sociais, para contrapor o carácter reducionista proposto pelo IASE.

Considerando que «a acção social escolar deve “olhar” o aluno como um “todo” em que os serviços sociais postos à sua disposição não devem dissociar-se da prestação dos AED e a «actuação dos elementos do IASE intervenientes no

---

<sup>173</sup> In *Relato do 4º Encontro de Técnicos de Serviço Social da Zona Centro*, realizado em Leiria, nos dias 18 e 19 de Abril de 1979  
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA - ESAE



Estabelecimento de Ensino, quer actuando nos serviços, quer na prestação dos AED deve articular-se de modo a evitarem-se acções paralelas, em ordem a obter-se uma real complementaridade de trabalho».

O Serviço Social continua a apostar na importância do *estudo e caracterização sócio-económica das áreas de actuação* de modo a proceder a um «levantamento de indicadores que, seleccionados a partir dos estudos efectuados, possam permitir à direcção do IASE fundamentar a reformulação da política do IASE»,<sup>174</sup> *na formação e trabalho interdisciplinar a nível de toda a comunidade escolar e com as autarquias, outros serviços e a comunidade em geral, numa perspectiva global e não parcial da ASE, com aproveitamento dos recursos humanos e materiais existentes, e avaliação conjunta do trabalho.*

### **3. As Práticas em Serviço Social Escolar**

As equipas de Serviço Social do M. E. permaneceram ligadas à estrutura do ensino primário, mantendo paralelamente *funções de trabalho de campo* com populações e *dentro das Instituições até 1978*, centrando-se a sua actividade na inventariação das características sócio-económicas do distrito e estudo da sua repercussão nos alunos, para encontrar e determinar as prioridades de intervenção em ASE no distrito, num trabalho conjunto com a estrutura formal do ensino primário.

A prática de Serviço Social processou-se numa linha de planeamento, programação, execução e avaliação contínua das acções em matéria de alimentação (com acções de sensibilização conjunta com outras estruturas da

---

<sup>174</sup> Cf. Programa de Trabalho para o Ano Lectivo 1979/80-Técnicos e Serviço Social inseridos na Divisão de Auxílios Económicos Directos, in *Encontro de Técnicos de Serviço Social do IASE, 6,7 e 8 de Novembro de 1979*, MEC Lisboa, p.1

comunidade, para uma alimentação racional), material escolar, alojamento, transporte e apoio individualizado em equipamento anti-chuva, pagamento de consultas e próteses várias (auditiva, óculos etc), nos casos de famílias com graves problemas de ordem económica e social, para obviar as situações sem qualquer espécie de cobertura social e colmatar as lacunas deste sistema.

Torna-se *apelante o recurso ao Assistente Social por parte dos professores do ensino primário, para os casos individuais do foro da saúde, psicológico e psiquiátrico*. Esta situação reflecte a representação social da profissão do Assistente Social, que se situa a um nível de actuação individual/pessoal para responder a situações de carência, visualizando-se aqui «o protótipo assistencialista/humanista, atribuído à acção do A.S..... que considera os problemas sociais nas suas manifestações (não nas suas causas) a nível dos indivíduos e das famílias. Torna-se então necessária uma acção de resposta às situações de carência que podem originar o mal estar ou ser fonte de conflito. O A.S. vai desenvolver essa resposta de ajuda assistencial às situações de carência com objectivos de natureza correctiva, minorar ou melhorar a situação, sendo-lhes atribuídas as funções de estabelecer o equilíbrio e de evitar o conflito» (M<sup>a</sup> Augusta Negreiros,1995:49).

Nesta sequência, numa acta de avaliação de Acção Social Escolar, do ano lectivo de 77/78, elaborada por uma equipa de Assistentes Sociais do distrito de Castelo Branco, esclarece-se que «o Técnico de Serviço Social não tem como função o seguimento de casos individuais sendo antes da sua competência o contribuir para garantir a aplicação da política de ASE, encaminhando os casos individuais que lhe surjam para os organismos competentes», considerando-se o Assistente Social como um *gestor de políticas sociais*, numa linha de

administração, planeamento, execução e avaliação dessas políticas, em matéria de Acção Social Escolar.

Também se deu continuidade ao trabalho de dinamização e mobilização para a escolaridade obrigatória iniciado anteriormente, avaliando-se o resultado das acções junto das populações para se levar a efeito uma planificação da estratégia de actuação sobre as fugas à escolaridade e a concretização do cumprimento da escolaridade obrigatória de 6 anos, além da organização de colónias de férias para os alunos das zonas mais carenciadas e isoladas.

Começa-se a apostar mais numa *descentralização e racionalização de serviços*, o que reflecte um «certo desinvestimento na educação, compensado pela abertura institucional à liberdade de ensino» (A. L. Sousa Franco, 1994:209), relegando-se para um plano secundário, o Sector *de Estudos e Planeamento do Trabalho Social*, prevalecente na criação do IASE até à Revolução de Abril, centrado no *planeamento e em estudos* da realidade sócio- económica e cultural das regiões e *determinação das prioridades* de actuação.

Segundo Caldeira Cabral (1981:458) a partir de 1977 verifica-se uma consolidação e uma certa estabilização das acções no ensino primário e «do ponto de vista administrativo, passou-se de uma fase inicial de lançamento através de estruturas imperfeitamente definidas (coordenadores concelhios, técnicos de serviço social), para a integração nos órgãos de administração do ensino primário (Direcções e Delegações Escolares), o que representa também uma normalização destas actividades, embora correndo alguns riscos de cristalização burocrática» .

Em 1979, os órgãos de administração do Ensino Primário ficam responsáveis pela ASE neste nível de ensino, conforme intenção do IASE, que considerava esta estrutura já definida e as *Assistentes Sociais* são transferidas *da área do ensino primário para o ensino pós-primário*. Apontam-se como razões as *dificuldades de controle das declarações de rendimentos e a aplicação justa de subsídios na selecção de candidatos*, em especial das situações provenientes do meio rural, que levou a uma *generalização e dispersão de verbas em 76/77 e 77/78*, que se traduziu na prática *em subsídios insignificantes e insuficientes para as despesas escolares, agravada pela estabilização dos escalões de capitação em 1978/79 que não acompanhou a inflação, e originou uma quebra do número de alunos subsidiados*.

O IASE, no «Plano de Actividades de 1980», pretende alargar a acção em Auxílios Económicos Directos, no ensino pós-primário, a «que consagra maiores verbas e para a qual transfere os seus técnicos de serviço social» (A. Caldeira Cabral, 1981:473), passando a ser prioritária a partir desta data, a *racionalização do funcionamento dos serviços em termos de objectivos e custos*,<sup>175</sup> em relação ao período precedente, que até ao ano lectivo de 78/79 se caracterizou pela *ampliação dos serviços de acesso à escola* (alojamento, transportes escolares, cantinas escolares).

---

<sup>175</sup> Cf. *Balanço Actividades do IASE, 1978/79*, p. 1e 55, Min  
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA - ESAE

### 3.1. Mudanças no Campo de Acção

Em paralelismo com as mudanças de orientação nas políticas de educação, com a promulgação de legislação em 1979, que garante a *gratuidade dos transportes escolares*, para implementação da escolaridade obrigatória e mudança das políticas de ASE, pela racionalização do funcionamento de serviços são também atribuídas em 1980 *novas funções*<sup>176</sup> às *Assistentes Sociais*, conforme quadro 2, verificando-se o regresso a um trabalho mais intenso a nível institucional e mais específico em Auxílios Económicos Directos (AED) trabalho que se irá processar em articulação com o Coordenador Regional do Núcleo de Acção Social Escolar (CRNASE) na zona de actuação em Acção Social Escolar (várias escolas do ensino preparatório e secundário, num distrito).

#### QUADRO 3 - Funções do Assistente Social em 1980

FONTE: *Instruções IASE, Outubro de 1980*

1.3 Ensino oficial Preparatório, Secundário e Particular em regime de identidade e/ou gratuidade de ensino  
*Funções dos Técnicos de Serviço Social (ponto 1.3.2)*

Estudo da população escolar, quanto às necessidades decorrentes da frequência à escola.

Levantamento dos recursos existentes na comunidade, e sua dinamização em ordem à satisfação dos problemas escolares.

Definir com os CRASE as linhas de gerais que deverão presidir à concretização das acções no campo dos Auxílios económicos nomeadamente na atribuição de verbas definição de critérios na sua zona de actuação.

Planeamento do trabalho com determinação de critérios a adoptar, em estreita colaboração com os Conselhos Directivos (C.D.) e Funcionários de ASE (FASE), para melhor rentabilidade das verbas, a fim de dar respostas efectivas às necessidades dos alunos.

Supervisar a análise de boletins e propor ao C.D. as sugestões e críticas que entenda por bem realizar.

Formação e informação dos FASE em ordem à prossecução dos objectivos dos Auxílios Económicos.

Estudo e análise de situações que careçam de tratamento especial.

Mobilização dos diversos intervenientes nos estabelecimentos de ensino- Conselhos Directivos, directores de turma, professores, alunos, funcionários e outros- para um eficaz acesso dos alunos aos Serviços de Auxílios Económicos.

Apoiar o preenchimento dos mapas DAE.

Colaboração com as estruturas responsáveis - Coordenador Regional de Acção Social Escolar (CRASE), Delegado de Zona Escolar (DZE), Conselhos directivos e autárquicos – em ordem a uma efectiva escolarização básica.

NOTA: Todas as funções mencionadas deverão apontar para um trabalho em equipa para a educação, a nível do concelho ou zona :CRASE,DZE,TSS e representante de autarquia local

Pelo Despacho n.º 56/80 de 19-6, II serie n.º 139, no ponto 3 ainda se reforça

que, os técnicos de serviço social do IASE, prestem assessoria técnica, dando

todos os esclarecimentos e apoio técnico, ao funcionário para a ASE no

<sup>176</sup> In *Regulamento para a ASE para o Ensino Oficial Preparatório, Secundário e Particular em regime de identidade e/ou gratuidade de ensino- Outubro de 1980*

desenvolvimento da acção em causa (AED), cabendo à estrutura criada Coordenador Regional do Núcleo de Acção Social Escolar (CRNASE), a visão global de ASE. A estrutura CRNASE é composta em maioria por professores destacados e por uma minoria de Assistentes Sociais que, desde 1977, trabalha nos Estabelecimentos de Ensino Preparatório e Secundário.

Os profissionais de Serviço Social foram preteridos em relação a uma profissão que foi preparada para o campo do ensino/leccionação, ignorando-se a preparação académica e profissional da Assistente Social, e promove-se uma desqualificação funcional com a sua integração num trabalho distrital de *assessoria técnica na área de AED* no ensino pós-primário, numa articulação com o CRNASE. Pela análise das conjunturas sócio-políticas e económicas desta década, depreende-se que «a função social do Serviço Social se modifica conforme se modificam as conjunturas políticas e económicas» (CELATS, 1985).

*A racionalização em matéria de ASE* registada neste período, apesar de se ter consagrado maiores verbas em AED para o ano de 1980 no ensino pós-primário, exigia neste nível de ensino um profissional para um *trabalho mais intenso a nível institucional e mais específico em AED*, direccionado para sectores de população escolar mais vulneráveis, com o objectivo de *racionalizar também o funcionamento dos Auxílios Económicos Directos*.

Recua-se a um trabalho individualizado, o que exige uma *seriação de critérios*, além de *encaminhamento de situações de “tratamento especial”*, no sentido de uma *prestação de um recurso social, o que vai produzir um processo regressivo da função da Assistente Social*.

*Salienta-se a dimensão prático/operativa*, numa perspectiva conservadora de resolução de situações problemas individuais e familiares e de integração do indivíduo na sociedade.

A nível das decisões políticas geralmente quem decide, pouco ou nenhum contacto tem com aqueles a quem direccionam as medidas de políticas sociais, partindo de cima para baixo sem qualquer contributo da parte interessada e, sempre sujeita e limitada por condicionalismos económicos.

O Assistente Social agente comprometido na sua prática profissional com os problemas sociais, a sua ausência ou pouca participação na implementação das políticas sociais, põe em perigo, não só, a identidade da profissão, mas também os interesses dos utentes que devem defender e representar, no intuito de garantir e promover os direitos humanos.

## CONCLUSÃO

Vamos procurar salientar nesta conclusão os aspectos mais relevantes que nortearam esta dissertação – a institucionalização do Serviço Social Escolar privilegiando as trajectórias e dinâmicas das práticas profissionais nas décadas de 60 e 70, no contexto das grandes transformações sócio-históricas da sociedade portuguesa e das políticas educativas e de Acção Social Escolar, no período em análise.

Em Portugal, é no período Republicano que se atribui uma maior importância à Educação e Cultura e se pretende converter a instrução pública numa tarefa prioritária e fundamental do novo regime. Sob a influência do *movimento higienista e de medicina social* que actua no país desde finais do século XIX, numa linha de medicina preventiva, em 1901, com o médico Costa Sacadura é organizado o serviço de sanidade escolar, atribuindo-se aos subdelegados de saúde a tarefa de fiscalizar a Higiene em todos os estabelecimentos de ensino públicos, particulares, colégios etc.

Em 1911, para reorganização destes serviços é proposta a criação de *serviços de higiene escolar nos liceus*, e dá-se relevo à *formação de enfermeiras escolares* de influência norte americana, como coadjuvantes do médico escolar para visitar as famílias e estabelecer a ligação entre esta e a escola, e para o ensino da higiene nas escolas, podendo encontrar-se a génese do Serviço Social Escolar, neste processo de interligação com a saúde pública.

No Estado Novo a escola é desvalorizada não interessando a este regime que o povo estudasse e as questões de educação são vistas de um ponto de vista



---

elitista, pelo que, não se sentia, neste período, a necessidade da *acção social nas escolas* do ensino primário e secundário. A execução da acção social foi entregue à Obra das Mães pela Educação Nacional e à Mocidade Portuguesa e esta *assistência* era dada de uma forma *arbitrária e de acordo com o bom comportamento do aluno, de sua família e do seu credo religioso*.

É no contexto ditatorial do Estado Novo, que se verifica a institucionalização do Serviço Social português. No período em referência, as Assistentes Sociais são consideradas profissionais responsáveis e cooperadoras dos interesses nacionais, actuam não dentro do sistema escolar, mas num trabalho com as famílias pobres e em colaboração com a OMEN e a Igreja, *no papel assistencialista e de educação moral e religiosa* das famílias, de acordo com o ideário da doutrina social da Igreja Católica e os valores do regime político.

É neste período que, mais precisamente em 1936, que se dá a *reestruturação dos Serviços de Saúde Escolar* garantidos por médicos e visitadoras escolares nas escolas secundárias, cabendo a estes serviços, uma fiscalização das condições alimentares fornecidas nos refeitórios, pela importância que reveste na saúde física da criança e para se preservar a formação do jovem, em complemento com a acção educativa familiar.

A partir da segunda Guerra Mundial, a intervenção do Serviço Social *desloca-se da família para os problemas sociais* decorrentes do desenvolvimento económico e social, tendo a década de 60 criado as condições para esta mudança, desde a integração das ciências sociais no quadro da formação em Serviço Social e que, incluída num quadro de desenvolvimento económico e de pequena abertura política, contribui para a implementação de projectos de trabalho comunitário no âmbito do sector da Assistência do aparelho de Estado. É

«no decurso dos anos 60 que explosões contestatárias e extremamente confiantes num projecto de intervenção sistemática sobre o social tornam emergente uma viragem profunda no domínio da Assistência» (M<sup>a</sup> Manuela Coutinho, 1993:31). Surgem vários *projectos de promoção social e de desenvolvimento comunitário* em que foram também interventores, Assistentes Sociais de vários organismos oficiais, passando o Serviço Social a criar novas dinâmicas promotoras de um desenvolvimento que proporciona condições para uma mudança de rumo da profissão, procurando-se uma prática mais sustentada do ponto de vista técnico e científico.

Nesta conjuntura vão surgir *em Portugal, na área da educação*, a partir de 1963/64, os *primeiros ensaios de intervenção escolar*, através de estágios que partiram da iniciativa dos Institutos *de Serviço Social de Lisboa e de Coimbra*, em articulação com entidades privadas de promoção das comunidades e em interligação com a Igreja. Caracterizaram-se por um *estudo do meio e da problemática social das escolas*, com vista a uma *actuação paralela junto das populações*, tendo em perspectiva não só, o ajustamento escolar do aluno, desenvolvimento pessoal e integração social, mas colaborando como elementos dinamizadores e impulsionadores de respostas, ao desenvolvimento comunitário.

*As Escolas de Serviço Social de Lisboa e de Coimbra* destacam-se como as principais impulsionadoras da implementação do Serviço Social Escolar, numa linha de diminuição e prevenção da inadaptação escolar e de promoção da comunidade escolar e social, tendo contribuído para a visibilidade deste campo de acção.

No período compreendido entre 1962/72, no Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra faz-se referência à realização de estágios de 4<sup>o</sup> ano em S.S.

escolar,<sup>177</sup> e no plano curricular para o ano de 1972/73 no Instituto de Serviço Social de Lisboa, vai-se encontrar no 3º ano uma disciplina de opção, ligada à área da educação – “psicopedagogia da educação.”<sup>178</sup>

A procura e a abertura da escola a todas as camadas sociais, traz consigo o aumento dos problemas sociais e individuais, o que obriga a Instituição por um lado, a estender a sua acção tendo de *adaptar o ensino e os programas a grupos de alunos mais diversificados* quer do ponto de vista psicológico, quer dos condicionalismos sócio-culturais e, por outro, começa a sentir-se *necessidade de a escola se centrar no aluno, para compreender a vida emocional da criança e encarar as suas necessidades para um desenvolvimento equilibrado.*

A escola passa a conceber-se como um espaço para a intervenção do Assistente Social ao lado de outros técnicos, em equipas pluridisciplinares (médico escolar, psicólogo, professores) *num trabalho conjunto e articulado dos diferentes técnicos que formavam as equipas médico-psico-sociais. Esta realidade é influenciada* pelo Serviço Social Norte Americano, que desde o início do século XX, integra nas escolas Departamentos de Assistência na Escola, Inspeção Médica, Gabinetes Psicológicos e Classes Especiais, e também do Serviço Social Francês e Belga na dinâmica imposta aos Serviços Médico-Psico-Sociais nas Escolas, com vista a um processo de adaptação do aluno e sua socialização.

Com a maior procura de instrução, em consequência das exigências do desenvolvimento económico é definida em texto legal a Acção Social Escolar,

---

<sup>177</sup> “Alguns apontamentos para a compreensão do ensino ministrado no Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra,” *Intervenção Social* n° 2/3, Dezembro 1985, p. 154

<sup>178</sup> Cf Ernesto Fernandes, “Evolução da Formação dos Assistentes Sociais no Instituto de Lisboa,” *Intervenção Social* n° 2/3, Dezembro 1985 p.137

---

com o Ministro Galvão Teles em 1964, numa linha de *reestruturação das acções em todos os níveis de ensino*. Verifica-se nesta acepção, uma particularidade *assistencialista e integracionista no sentido de abranger todos os alunos*, por forma a corrigir as desigualdades que afectam a igualdade de oportunidades no campo da educação e, por outro, uma característica *pedagógica*, alertando para a *função educativa que a acção social escolar* deve ter.

Na realidade processa-se apenas a uma *reestruturação parcial*, em que se privilegia o ensino superior na sequência da crise académica de 1961/62, e os diplomas que surgem a estruturar a acção social universitária, atribui-lhe verbas e *não contempla o ensino primário*.

A necessidade de formação de capital humano qualificado e especializado, direccionado para a capacidade produtiva, desencadeia a criação de determinados *organismos oficiais* que vão ao encontro desta nova realidade. As primeiras *práticas profissionais com carácter oficial* surgem a partir de 1966/67 até 1971, englobadas na 2ª fase do Projecto Regional do Mediterrâneo para serem incorporadas no III Plano de Fomento, num trabalho conjunto com outros profissionais (*psicólogo, médico, professor*), *focalizadas em escolas do ensino secundário, tendo como preocupação o insucesso escolar*, pelo atraso verificado no campo da educação em relação aos outros países da Europa.

Estas experiências que integraram Assistentes Sociais, tiveram por base duas linhas de orientação fundamentais: uma ligada à *Orientação Escolar* e a outra à *Medicina Escolar*.

A Orientação Escolar foi confiada a uma equipa integrada no Gabinete de Estudos de Planeamento e Acção Escolar (GEPAE), criado em 1965 com o apoio directo do Ministro da Educação Nacional. As experiências realizadas

---

focalizaram-se em Estabelecimentos de Ensino Secundário, tendo-se promovido acções concretas de *observação e orientação educacional de cada aluno* e do *meio* em que vive, com uma intenção de um *Planeamento Regional da Educação*, para numa fase posterior, em todos os Estabelecimentos de Ensino Secundário o GEPAE, *preparar um serviço operacional de orientação educativa*, tendo em vista a renovação e a melhoria da rentabilidade do sistema educativo.

A *Medicina Escolar* foi confiada à Direcção Geral de Educação Física, Desporto e Saúde Escolar (DGEFD e SE) em 1969/70, através de uma experiência de *centralização dos Serviços de Saúde Escolar do Ministério da Educação (M.E.)* na Escola Industrial e Comercial Brotero, tendo sido convidada pela primeira vez, com carácter oficial, uma Assistente Social para esta experiência em Coimbra. Com a finalidade de *melhorar as condições da Saúde Escolar fez-se um estudo e actuação* junto de alunos com problemas de rentabilidade escolar. Esta intervenção incidiu no campo psicológico e social, numa interligação personalidade/meio ambiente social.

Na década de 60, nas escolas, as Assistentes Sociais surgem como as profissionais de relações humanas que fazem a mediação entre o aluno-família-escola-comunidade, que implica por um lado, um estudo, interpretação e resolução de situações de desajustamento social e psicológico, e por outro, um conhecimento das estruturas e recursos sociais em ordem à integração, participação social e melhor aproveitamento desses recursos e estruturas sociais.

Salienta-se nestas práticas uma dimensão política, em que as Assistentes Sociais colaboram nas políticas de educação do regime, informando sobre a

---

realidade onde se insere o aluno, tendo por objectivo a melhoria do sistema de ensino e do aproveitamento escolar.

*A institucionalização do Serviço Social Escolar* ocorre no período Marcelista no Instituto de Acção Social Escolar, associando-se às mudanças das políticas educativas e de Acção Social Escolar, na linha da reforma de Veiga Simão. As alunas estagiárias de Serviço Social dos Institutos Superiores de Serviço Social, realizaram estudos que se concentraram em escolas do ensino primário e secundário, com o objectivo de detectar *a realidade existente e as necessidades em matéria de acção social escolar, para contribuírem para a definição pelo governo, das políticas de acção social escolar*. Nestes estudos previa-se a *criação de lugares de Serviço Social nas Escolas*.

A partir do início dos anos 70 começa a registar-se *uma maior intervenção do Estado nas políticas de educação* e é criado o Instituto de Acção Social Escolar (IASE) em 1971, *órgão centralizador, orientador e coordenador de toda a Acção Social Escolar, em que se preconiza a todo o cidadão o direito à educação*.

Para corresponder aos objectivos da democratização do ensino, pela importância dada ao papel da educação e à elevada taxa de acesso à escola centram-se todas as intenções das políticas educativas *na Acção Social Escolar* nas escolas do ensino primário e secundário, e são admitidas Assistentes Sociais *para* implementação de um programa de ASE definido pelo IASE, nas cidades de Coimbra, Guarda, Porto, Setúbal e Bragança.

A admissão das Assistentes Sociais é feita por nomeação do Ministro da Educação e de acordo com a origem social e conotação ideológica e política, o que denota o carácter controlador, moralizador e elitista que dominavam a época.

---

No período de 1971 a 1974, o Estado *cria e equipa alguns serviços e estruturas de apoio ao estudante em geral* (alimentação, transportes, alojamento) que permitam a sua utilização a preços acessíveis à generalidade dos alunos em igualdade de circunstâncias, e por outro, *através de um mecanismo individual de compensação*, presta apoio assistencial aos alunos com menores recursos económicos, através de Auxílios Económicos Directos.

A *prioridade das Assistentes Sociais centra-se no ensino primário*, que se caracterizou na sua fase inicial por uma investigação e caracterização sócio-económica das áreas de intervenção do Serviço Social Escolar, com planeamento, lançamento e avaliação de acções em matéria de ASE, em colaboração com outros serviços e estruturas locais e um reforço dos serviços de alimentação e de saúde pela importância atribuída ao desenvolvimento da criança.

O Serviço Social Escolar participa em acções de natureza interdisciplinar - experiências alimentares, organização de Actividades de Tempos Livres, dinamização para Colónias de Férias e para o cumprimento da escolaridade obrigatória, em Comissões distritais de Desenvolvimento Social com serviços de outros Ministérios e com *Centros de Saúde* na dinamização da saúde escolar, tendo em vista o desenvolvimento social da população estudantil.

A Lei Orgânica do Ministério da Educação integra no IASE, a partir de 1971, a modalidade de *Saúde Escolar*. Em Março de 1972, quando se processa à transferência dos serviços da Direcção Geral de Educação Física e Desportos para o IASE, é criada a Direcção de Serviços Médico-Pedagógicos. Esta Direcção em colaboração com o Ministério da Saúde, promove actividades de Saúde Escolar, de 1971 até ao período da Revolução de Abril de 1974, nas cidades de

---

Lisboa, Porto e Coimbra com o apoio de médicos e visitadoras escolares. A sua acção centrou-se em inspecções de alunos da 1ª classe (actual 1º ano de escolaridade do ensino básico), no acompanhamento dos casos de desvio das normas de saúde, *participando também nas actividades de observação e orientação educativa*. Destaca-se o papel do Centro de Saúde Escolar de Lisboa, pela formação de pessoal médico e visitadoras escolares.

No plano distrital, a Saúde Escolar é absorvida e integrada na Acção Social Escolar, através do Serviço Social Escolar, numa articulação com os Centros de Saúde, até ao ano de 1979.

Ao nível do ensino pós-primário a vertente inicialmente direccionada para a orientação escolar e organização de um serviço de apoio nesta linha não se concretiza, pela emergência de um desenvolvimento da Acção Social Escolar nas instituições e pela criação de serviços e de condições que garantam o acesso à escola, em igualdade de oportunidades. O Serviço Social colaborou com os Serviços de ASE, no programa de Auxílios Económicos Directos (AED) para os alunos com menores recursos económicos e sociais, e ainda no despiste de situações de abandono ou fuga à escolaridade e em *acções de orientação escolar*, em articulação com psicólogos, médicos e professores.

Neste período de 71 a 74 a Orientação Escolar é exercida pela Direcção de Serviços Médico-Pedagógicos em colaboração com o Ministério da Saúde, e pontualmente por um psicólogo em articulação com o Serviço Social Escolar em algumas escolas do ensino secundário (Caso de Coimbra e Guarda).

Na época que antecedeu a Revolução de Abril de 74, a maioria das Assistentes Sociais eram oriundas da classe alta ou média alta, com poder económico associado ao poder político, tendo algumas delas, conseguido tirar



---

proveito dessa realidade em prol da profissão, como aconteceu no Instituto de Acção Social Escolar.

A Assistente Social M<sup>a</sup> Palmira de Moraes Pinto Duarte, convidada pelo Ministro Veiga Simão, em 1971, para coordenar a nível nacional, um trabalho no contexto da Acção Social Escolar, ocupou o lugar de Chefe de Divisão de Serviço Social até à Revolução de Abril. Não se questiona a organização interna da sociedade portuguesa e o exercício de autonomia verificado, que representa uma excepção no quadro geral da Administração Pública, mantido por uma hierarquia que estabelece relações com outras estruturas do IASE, para decidir e determinar prioridades do Serviço Social Escolar, o que permite às próprias Assistentes Sociais definir e organizar o Serviço Social Escolar.

No período revolucionário de 1974 a 76, o programa de um governo democrático tem como objectivo estratégico a garantia de uma educação de base, que implica uma formação ao longo da vida. *A escola torna-se o centro onde se pode e se deve desenvolver o essencial a nível de aprendizagem, de educação e formação dos alunos.* Neste período verifica-se uma participação activa da sociedade civil na gestão democrática das escolas, e faz-se um *reforço de medidas que garantam a escolaridade obrigatória e a democratização do ensino.*

É a partir da Revolução de Abril, que se intensifica o ensino nas áreas das ciências sociais (sociologia, antropologia, economia) e se verifica uma preocupação com a formação na área específica de Serviço Social.

A desvinculação dos Institutos Superiores de Serviço Social de Lisboa e do Porto, da estrutura jurídica de suporte ligada à Igreja, abre o caminho para a laicização do ensino em Serviço Social, proporcionando a renovação do Serviço Social e a abertura para importantes transformações na profissão do Serviço

---

Social. *Reforça-se a política dos estágios e de intervenção social*, nos Institutos Superiores de Serviço Social, constatando-se em Coimbra, que no campo da *educação* se vão centrar nas Cooperativas de Ensino em 1975/76.

No Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra a partir de 1974 a 77/78, verifica-se *uma especificação de campos de intervenção*, com introdução de modelos de seminários a realizar no 1º semestre do 4º ano, com duração de 9 horas cada, divididos por sectores - “política da saúde,” “marginalidade e delinquência,” “família e segurança social,” “trabalho e emprego,” e “Quadros da Vida” em que se destaca o módulo A - “sociologia da educação”.

O contexto sócio-político e ideológico era propício à consolidação deste grupo de Assistentes Sociais do Ministério da Educação, que procura a identidade e a legitimação deste campo de trabalho. Por outro lado, a possibilidade de descentralização e de constituição de equipas de Serviço Social Escolar independentes e com autonomia administrativa e financeira, veio reforçar um trabalho para fora das Instituições, principalmente para um trabalho de campo com alunos, pais, funcionários das escola e comunidade em geral.

O Movimento de Reconceptualização e do Serviço Social Crítico de outros países tem implicações nos discursos e nas práticas das Assistentes Sociais do Ministério da Educação, tendo a maioria feito uma integração nos processos de mudança.

No período imediato à Revolução de Abril de 1974, a acção do IASE centra-se na criação e intensificação *do serviço de alimentação e em acções que promovam a educação alimentar e de saúde das crianças*. Neste sentido, salienta-se a admissão de mais Assistentes Sociais para um *reforço da vertente*

---

*em Acção Social Escolar, para formar equipas de Serviço Social de Norte a Sul do país, numa linha de desenvolvimento global do aluno, e da promoção social e cultural das populações, para uma melhoria da qualidade de vida.*

Nos anos de 1975 e 1976, e para corresponder ao ideal da revolução que parte das bases no sistema de ensino, há uma *nova atenção virada para o ensino primário*, com lançamento de novos esquemas de acção e de novas directrizes, orientadas para o “apoio à escolarização” que se traduziu em subsídios para transportes e alojamento, para garantir o acesso à escola e o cumprimento da escolaridade obrigatória, continuando-se o apoio a situações específicas individuais, que têm implicações no rendimento escolar.

No *ensino pós-primário* (preparatório e secundário), a acção do IASE centrou-se na criação e manutenção de serviços de apoio ao estudante - alimentação, transportes e alojamento, a preços acessíveis à generalidade dos alunos e num *reforço dos Auxílios Económicos Directos*, nas situações individuais de carência sócio-económica, para *facilitar o prosseguimento e obter um melhor rendimento dos estudos*, de modo a *fomentar a escolha do ramo de ensino ou profissional* e a diminuir as desigualdades de ordem económica, que possam condicionar essa escolha, para se garantir *a todos os estudantes* o direito de *acesso à educação*.

Esta prática proporciona aos Assistentes Sociais do Ministério da Educação, a aplicação *de métodos e técnicas de intervenção comunitária*, em que se quebra com a tradicional relação profissional-utente, deslocando-se o pólo de intervenção do profissional para a *população*, como sujeito objecto da acção, evidenciando-se o corte com a concepção do técnico assistencialista/humanista e

---

a dimensão exclusivamente operativa, adoptando-se algumas metodologias de intervenção do Serviço Social Latino Americano.

As Assistentes Sociais neste período, desenvolvem não só *estudos diagnósticos* das necessidades sociais como *executam e participam* na *avaliação* das medidas da política de ASE e na *elaboração de documentos* onde se definem *princípios orientadores e critérios de intervenção prioritários em matéria de Acção Social Escolar com base em estudos* da realidade sócio-económica da área de intervenção e das necessidades sociais da população escolar, numa visão global de ASE e do aluno na sua totalidade, para um trabalho articulado e interdisciplinar com toda a comunidade escolar.

É também significativa a participação de algumas Assistentes Sociais neste campo da educação, em experiências só compreendidas no contexto da Revolução de Abril de 1974, em que num dado momento conjuntural se aposta na valorização cultural das populações, pela melhoria das condições de vida e por uma mudança do modelo de sociedade.

Estas práticas foram coordenadas pela Comissão Interministerial de Animação Sócio-Cultural (CIASC) do Ministério dos Assuntos Sociais da Engenheira M<sup>a</sup> de Lurdes Pintassilgo, no III Governo Provisório, em que se previa a abertura à participação de organismos públicos e privados, interessados nesta causa. Salienta-se a participação do Serviço Social Escolar de Castelo Branco, na Animação Sócio-Cultural com outros serviços/estruturas locais, em experiências inovadoras da iniciativa e organização do sector privado (Associações), ligado a grupos cénicos e folclóricos, coordenadas pela Comissão Interministerial de Animação Sócio-Cultural, do Ministério dos Assuntos Sociais, evidenciando as *potencialidades do Serviço Social Escolar a nível de intervenção*

---

*no reforço do poder de organização e autonomia, quer das Associações Particulares, quer ainda dos organismos públicos na resolução dos problemas locais, numa confluência de esforços colectivos.*

De referir ainda, a participação da Equipa de Serviço Social de Castelo Branco, nas Campanhas de Dinamização Cultural com o MFA sob a orientação e coordenação da 5ª Divisão do EMGFA e em colaboração com outros organismos, num movimento colectivo dialogante e de auscultação das necessidades das populações,  *vindo estas experiências reforçar a dimensão política da prática do Serviço Social, numa época em que se acentuava a sua vinculação aos movimentos sociais.*

O Serviço Social é legitimado neste campo de acção em que a dinâmica interna do grupo de profissionais, conduz a um período de dignificação, autonomia e valorização do estatuto profissional com um alargamento de competências no Instituto de Acção Social Escolar.

É no ano de 1975, que se reforça igualmente a  *vertente ligada à Saúde Escolar com a admissão de Assistentes Sociais, para as equipas dos Centros de Medicina Pedagógica, criados nesse ano, para funcionarem nas cidades de Lisboa, Porto e Coimbra e nas Unidades de Apoio Médico Pedagógico (UAMP), no sentido de promover a saúde global do aluno e contribuir para a prevenção e detecção de anomalias que possam conduzir ao insucesso escolar. Os Centros de Medicina Pedagógica e as UAMP continuam a acção da Medicina Escolar e da Orientação Escolar, no aconselhamento, orientação ou encaminhamento do educando para uma melhor integração escolar, com intervenção directa junto das*

---

escolas, famílias e alunos *através de uma equipa de técnicos mais alargada, com inclusão de Assistentes Sociais*. Colaboram também com outros serviços e departamentos da escola, onde se inclui os Serviços de Acção Social Escolar.

No período de Normalização caracterizado pela quebra de movimentos sociais e pelo papel central do Estado na regulação de medidas de políticas sociais e de educação, regista-se uma desmobilização dos movimentos sociais.

Nesta fase, a formação em Serviço Social processa-se no quadro das Ciências Sociais para a intervenção social, por aproximação global do concreto, por uma maior diferenciação do tipo de estágio, em ordem a um estudo dos problemas sociais e actuação com grupos sociais, estruturas e instituições mais carenciados do ponto de vista económico, social e cultural.<sup>179</sup>

No Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra, concretizam estágios em Centros de Educação Especial em 1976/77, e nos Grupos de Estudo e Prática (GEP), no ano de 1977/78, releva-se a partir do 2º ano o campo da educação em ZIP ( Zonas de Intervenção Prioritárias).

No Instituto de Acção Social Escolar aposta-se na descentralização de serviços e racionalização do seu funcionamento, em termos de objectivos e custos, com redução do papel do *Sector de Estudos e Planeamento* do IASE, onde se promoviam estudos da realidade sócio-económica e cultural das regiões onde se pretendia actuar, a definição de políticas e de critérios de prioridade e a avaliação das acções.

---

<sup>179</sup> “Alguns apontamentos para a compreensão do ensino ministrado no Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra,” *Intervenção Social* n.º 2/3, Dezembro 1985, p. 159

A partir do ano de 1977, constata-se uma certa estabilização das acções a nível do ensino primário, preparatório e secundário, dando-se *execução à política de descentralização na concessão de subsídios escolares*, sistematizando-se os *objectivos da política de AED em 1977/78, em compensar os encargos escolares e melhorar as condições de frequência, estudo e aproveitamento escolar, para permitir um maior acesso ao ensino pós-primário.*

Na análise da evolução global da acção do IASE em matéria de auxílios económicos directos, verifica-se que os «subsídios regulares aumentaram até 1976, ano em que atingiram 136,2% em relação a 1973/74, tendo sofrido uma redução bastante significativa em 1977/78, passando a -54,1% do que no ano anterior»,<sup>180</sup> ou seja, de 61 708 alunos beneficiados em 1973/74, este número aumenta para 145 724 em 1976/77, e decresce para 112 377 em 1977/78, estando de acordo com as mudanças dos objectivos das políticas de acção social escolar nos períodos em causa.

Também neste período, em 1977, são *determinadas as funções e o instrumental técnico da Assistente Social no ensino primário*, o representante da estrutura central a nível local, de forma a manter o IASE atento à introdução de correcções na execução da sua política e na dinamização. Neste mesmo ano, é criada a figura do Coordenador Regional do Núcleo de Acção Social Escolar (CRNASE), que *estabelece a articulação entre os Serviços Centrais e estabelecimentos de ensino preparatório e secundário.*

*Em 1979, e na linha da descentralização de serviços, as Assistentes Sociais são transferidas do Ensino primário para o ensino pós-primário para um trabalho individualizado em Auxílios Económicos Directos, desenvolvido*

---

<sup>180</sup> Cf Balanço das Actividades do IASE ,1973/74 a 1977/78,MEIC,p.67  
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA - ESAE

---

principalmente dentro da Instituição com relevância para a perspectiva do *técnico específico* numa dimensão *pragmática*.

Perspectivada numa dinâmica funcionalista e conservadora de resolução individual e familiar de “situações problemas” e de integração do indivíduo na sociedade, coincide com a mudança das políticas de ASE, que se reveste não só de uma dimensão social mas também pedagógica, em que o professor passa a ser o seu principal catalisador, em colaboração com a comunidade educativa.

Apesar da criação de medidas de acesso à escola e da expansão da escolaridade obrigatória<sup>181</sup> tal facto, não constitui automaticamente um processo generalizado de democratização do ensino, continuando a existir uma clivagem nas regiões do país, nas classes sociais, nas condições familiares e do meio ambiente. A dependência da Acção Social Escolar da lei anual do orçamento, vai limitar e fazer depender o direito à *educação* de uma regulamentação legal e da intenção do governo promover a justiça social, salientando Stoer (1986:86) que a *igualdade de oportunidades de educação é transformada, numa igualdade legal de acesso*.

Também a crescente procura da educação, o aumento quantitativo de alunos, os acréscimos nos investimentos para construir escolas, melhorar as condições de ensino (laboratórios, bibliotecas, ginásios) mais professores, mais funcionários e o incremento dos apoios sociais - transportes, alimentação, alojamento, bolsas de estudo - provocou um investimento na educação, superior às possibilidades económicas do país, o que originou um endividamento progressivo de Portugal em relação às instâncias internacionais.

---

<sup>181</sup> A evolução do sistema de ensino de 67-68 a 77-78 sofreu um aumento na ordem de 45,8% de alunos matriculados (de 1 306 523 para 1 905 201). Fonte: INE, *Anuário Estatístico* (1967-68) e *Estatísticas da Educação* (1977-78), citado por J.M. Protesa e Fonseca “Gestão do Sistema de Ensino”, p. 129



Nesta análise, salienta-se que os objectivos preconizados pelas políticas educativas, não têm correspondência na prática, obtendo-se resultados aquém das expectativas e muitas vezes resultados contraditórios, e os *contínuos problemas com que se tem debatido o sistema educativo é a frequente incapacidade de levar políticas à prática e a falta de recursos* contribuindo para isso, o declínio económico que afectou todos os aparelhos de Estado.

Para Dale, «o que isto implica para os sistemas educacionais..... não é somente cortes em recursos ou o aumento da pressão externa para que o sistema seja reorientado, mas uma reestruturação parcial do aparelho estatal global» (Dale, 1988:28) pelo que, se compreende, que os *problemas da educação não são possíveis de resolver sem uma reorientação geral da sociedade nos seus aspectos políticos, ideológicos e económicos*.

Queremos enfatizar que, apesar de se verificar unidade e coesão no grupo minoritário de Assistentes Sociais do ensino não superior, do Ministério da Educação, apesar de promotores de mudanças nas práticas profissionais de Serviço Social Escolar e, apesar de terem conhecido um período de ascensão da profissão no IASE, pela ocupação de lugares de chefia com poderes de decisão, não foi suficiente para garantir a legitimidade sócio-política da profissão, agravada a situação, em 1978, com a extinção da Divisão de Serviço Social e a eliminação da representatividade de Assistentes Sociais nos lugares de decisão política, reflexo das mudanças das políticas de educação e da Acção Social Escolar, no período de Normalização Democrático.

É importante salientar que há determinações de outra natureza e que, o maior ou menor reconhecimento da profissão depende em grande parte do Estado, que promove a sua expansão ou retracção, em função das políticas

---

sociais e económicas que têm subjacente uma teoria, que postula a determinação de um posicionamento. A partir do período de Normalização, a força da imposição do capitalismo, conduz a uma racionalização de serviços e «é a nova racionalidade tecnocrática da sociedade capitalista que faz romper a unidade do campo profissional, desqualificando o Serviço Social» (Lionel Groulx, 1995, p. 40).

Ao longo do seu percurso as A.S. foram registando e denunciando a incapacidade de resposta e de inadequação das orientações legais superiores, às problemáticas educativas surgidas na prática profissional, propondo soluções para uma *participação progressiva na definição das políticas de ASE*, lutando por uma definição e clarificação das suas funções<sup>182</sup> e dignificação do desempenho profissional.

O Assistente Social, exerce a sua actividade na realidade da vida quotidiana - *realidade predominante* - segundo Berger e Luckmann (1978:38), que implica o estar permanentemente em interacção e comunicação com os outros e o Serviço Social, como prática profissional intervém a partir dos *serviços sociais* em aspectos ligados à gestão da vida quotidiana, sendo esta a base onde se dá a produção e a reprodução das relações sociais.

---

<sup>182</sup> As alterações a vários níveis políticos, económicos e sociais verificados na década de 80, a regionalização dos Serviços do Ministério da Educação, a insatisfação acumulada desta classe profissional e a exígua especificação dos conteúdos de funções, atribuídas pela Portaria 1 135/92 de 11 de Dezembro, e a extinção do IASE em 1993, provocou a partir desse ano, a mobilização das Assistentes Sociais do ME para um processo reivindicativo de luta *por um projecto de conteúdos funcionais* e um *Estatuto jurídico da carreira profissional de serviço social, no Ministério da Educação*, ainda não se tendo conseguido finalizar o processo de negociação, com o Ministério da Educação.

Este quotidiano aparece encoberto «por formas sociais, por intermédio dos quais aquelas relações se expressam e o desvelamento do quotidiano é condição indispensável para o exercício de uma acção educativa do Assistente Social que reforce os seus interesses objectivos da classe trabalhadora e potencie, ao mesmo tempo a sua prática profissional» (CELATS,1985:61-62).

Lembramos o apelo, ainda pertinente nesta data, de M<sup>a</sup> Carmo Falcão é «urgente introduzir estratégias de ruptura do isolamento e sectorização em que se encontram os serviços sociais institucionais, pois só a acção conjugada e interpenetrada introduzirá efeitos transformadores ao nível do colectivo» (1987:33) e como afirma Myrian Baptista «é ao nível do sujeito colectivo que as diferenças individuais se anulam e possibilitam a emergência e o desenvolvimento de uma visão, ao mesmo tempo, os fins a que a prática se deve propor e os meios para alcançá-lo, isto é, fornecem o “modelo“ da acção “legítima” que vai sendo permanentemente renovado e proposto à actuação comum dos profissionais » (Baptista,2001:56).

Para concluir, o Grupo de Assistentes Sociais do Ministério da Educação, de representação minoritária, não tem conseguido os resultados desejados e a luta e resistência destes profissionais na dinâmica sócio-histórico e profissional vem reforçar a importância de uma reflexão em conjunto, e lembrar que a *posição da categoria profissional* terá de passar por:

- uma *ampliação da nossa visão da realidade, intensificando a reflexão crítica para teorizar a prática e melhor intervir numa relação dinâmica, de modo a desenvolver a qualificação e a investigação social. Parafraseando Myrian Baptista (1995:19) «a construção do saber do profissional, tendo como horizonte a intervenção, realiza um tríplice movimento: de crítica, de construção de um*

---

conhecimento “novo” e de nova síntese no plano do conhecimento e da acção, em um movimento que vai do particular para o universal e retorna ao particular em um outro patamar, desenhando um movimento em espiral de relação acção/conhecimento, de pontos de situação/pontos de lançamento».

- uma progressiva *participação na definição das políticas globais* e o *aprofundamento da participação não só como prática* (ou paradigma), *mas também como referência teórica-técnica*, presentes na análise e leitura da realidade, na programação e avaliação continuadas e na elaboração e ajustamentos de estratégias para a acção.

Esta análise reflexivista sobre as práticas profissionais e dinâmicas imprimidas à acção/intervenção das Assistentes Sociais no Ministério da Educação, propõe-se apresentar as seguintes recomendações:

- o primeiro é dirigido aos Institutos que formam estes profissionais, no sentido de promoverem a articulação permanente entre prática, teoria e investigação, para que se fundam numa interligação complementar teoria/prática e vice-versa, na consecução de uma profissão eficaz e competente, e por outro na dinamização e apoio deste campo de acção com implementação de estágios e seminários de investigação em Serviço Social Escolar.

- o segundo, à necessidade e importância de *coesão e união da classe*, que corre o risco de perda total de poder se não se unir e lutar por uma dignificação profissional, que passa por um quadro estruturado, consistente e qualificado a nível profissional, pelo investimento na construção, difusão e profusão do conhecimento e a construção de um projecto colectivo de todo o corpo profissional, que pressupõe um Código de Ética Deontológico.

- o terceiro, é dirigido ao Estado, lembrando a importância que reveste a área do Serviço Social nas Escolas, em parceria com outros técnicos, serviços e entidades, numa transversalidade de competências e saberes e em novas formas de acção colectiva e o Assistente Social na mediação dos processos de regulação no campo da educação, para uma melhoria do nosso sistema de ensino, e por uma escola para todos e de qualidade.

Espera-se que este trabalho abra caminhos a novas investigações e consolide expectativas na área do Serviço Social Escolar, para que este campo volte a retomar o dinamismo, autonomia e dignificação profissional que já teve nos princípios dos anos 70 até 1978. Procura-se nesta investigação reacender na actualidade o debate sobre a sua importância, reforçando-se a ideia de que, para uma evolução do progresso da justiça social, se exige um envolvimento directo do Assistente Social na formação e modificação da política social, pelo contributo fundamental na investigação dos problemas que estão na raiz das injustiças sociais, bem como determinar a prioridade dos problemas sociais e apoiar políticas que promovam os direitos sociais das classes mais desprotegidas.

**BIBLIOGRAFIA**

ABRANTES, M<sup>a</sup> Teresa (1977), "Serviço Social – Cronologia, Legislação, Escolas criadas e sua evolução," *Cadernos, Associação de Profissionais de Serviço Social*, n<sup>o</sup>1, Set/Out 77.

AMBRÓSIO, Teresa (1985), "Aspirações sociais e políticas de educação", *Análise Social*, vol. XXI, 87-88-89.

ANJO, Dorita, (1995), "A Saúde Escolar em Portugal", *Estudos & Documentos*, Série I - n<sup>o</sup> 8, Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social (CPIHTS).

ARCANJO, Manuela (1995), "Políticas Sociais e sua evolução na Europa e em Portugal," *Do Serviço Social*, Número Especial sobre Direitos Humanos e Acção Social, Abril, p. 59-66.

ATHAYDE, Isabel M<sup>a</sup> (1964), "Tentativa de Diferenciação dos Conceitos de Desenvolvimento Comunitário, Organização Comunitária e Serviço Social de Comunidades," *Estudos Políticos e Sociais*, Lisboa, vol. II, n<sup>o</sup>4 p 1039 a 1047.

BAPTISTA, Myrian Veras (2001), *A Investigação em Serviço Social*, Lisboa, São Paulo, CPIHTS/Veras Editora.

BAPTISTA, Myrian Veras (1995), "A Ação profissional no cotidiano," *O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber*, organização Maria Lucia Martinelli et alii, Cortez Editora, EDUC, p. 110 a 121.

BARRETO, António e MÓNICA, M<sup>a</sup> Filomena (Coordenação de), (1999), *Dicionário de História de Portugal*, volume IX, Figueirinhas.

---

BARRETO, António e PRETO, Clara Valadas (1996), *Portugal 1960/1995: Indicadores Sociais*, Cadernos do Público, nº 8.

BASTOS, Maria Durvalina Fernandes (1988), “Divergências político-ideológicas no processo de profissionalização do Serviço Social nos Estados Unidos,” *Serviço Social e Sociedade*, nº 27, p. 5 a 21.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas (1978), *A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento*, Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petropolis, Editora Vozes, p.35 a 68.

BETTENCOURT, Ana Maria (2001), “Rui Grácio e as inovações do 25 de Abril,” *Inovação*, vol.14, nº1-2, Instituto de Inovação Educacional, Ministério da Educação.

#### BOLETINS OFICIAIS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

- Suplemento nº 2, Dezembro de 1972.

- Suplemento nº 4, Junho de 1973.

BRANCO, Francisco José et alii (1992), “A construção do Conhecimento no Serviço Social em Portugal na década de 60,” *Estudos e Pesquisas*, nº3, Departamento de Pós-Graduação, ISSS, CRL.

BRANCO, Francisco José (1993), “Crise do Estado Providência, Universalidade e Cidadania: Um Programa de Investigação e Acção para o Serviço Social,” *Intervenção Social*, Ano III, Nº 8, ISSSL, CRL, 75 a 89.

CABRAL, A. Caldeira (1981), “Acção Social Escolar,” *Sistema do Ensino em Portugal*, Coordenação de Manuela Silva e M. Isabel Tamen, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 445 a 476.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes (1995), “Reflexões Sobre os Direitos Sociais”, *do Serviço Social*, Número Especial sobre Direitos Humanos e Acção Social, p.10 a 13.

CARDOSO, M. Antonieta et alii (1990), "Alguns conceitos de Serviço Social e Abordagem do Serviço Social Escolar, sua evolução histórica, objectivos e prática", *Saúde e Escola*, nº7.

CARITAS PORTUGUESA (1979), "Portugal Hoje, que Serviço Social?", *Dias de Estudo*, 7,8 e 9 de Maio e *Dias de Estudo II*, 2, 3 e 4 de Julho.

CARREIRA Medina (1996), *O Estado e a Educação*, Cadernos do Público, nº 7.

CARRILHO, Maria (1993), "As Forças Armadas," *Portugal 20 Anos de Democracia*, coordenação de António Reis, Círculo de Leitores, p.153 a 159.

CARVALHO, Rómulo de (1986), *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 719 a 819.

CASTEL, Robert (2000), "As transformações da Questão Social," *Desigualdade e a Questão Social*," 2º ed., Org. Lucia Bógus, M<sup>a</sup> Carmelita Yasbek Mariangela Belfiore-Wanderley, S. Paulo, EDUC.

CASTELO BRANCO, Amilcar (s.d.) "Avaliação da experiência Psicopedagógica efectuada na Escola Comercial Ferreira Borges, 1966-67 e 1967-1968," *Estudos GEPAE*, MEN, volume III.

CASTELO BRANCO, Amilcar (1970), "Tarefas de observação e orientação escolar no ensino secundário", *Educação*, Boletim Informativo do GEPAE, Lisboa, vol. 2, nº 4, Abril de 1970, p.10 a 19.

CELATS(1985), "Serviço Social, prática profissional e prática social", *Serviço Social Crítico: Problemas e perspectivas*. Trad. José Paulo Netto, São Paulo, Cortez/CELATS, p. 57 a 67.

COOPER, Joan (1995), "O Futuro do Serviço Social: Uma Perspectiva Pragmática", *Inter Acções nº1*, Revista do ISSS de Coimbra, p.19 a 32.



---

CORTESÃO, Luísa (1988), *Escola, Sociedade que relação,?* Edições Afrontamento, p. 115 a 158.

COSTA, A. Bruto da (1981), "Educação e Desenvolvimento Económico- Social" *Sistema do Ensino em Portugal*, Coordenação de Manuela Silva e M. Isabel Tamen, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p.555 a 571.

COSTA, Ana M<sup>a</sup> Bénard da ( 1981), "Educação Especial," *Sistema do Ensino em Portugal*, Coordenação de Manuela Silva e M. Isabel Tamen, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p.307 a 354.

COSTA, José do Nascimento (1965), "Dificuldades escolares- Contribuição para o seu estudo no ensino secundário", *Educação Física, Desportos, Saúde Escolar*, Lisboa, Ano I, nº 2/3, Abril/ Julho.

COSTA, José do Nascimento (1966), "Dificuldades escolares- Contribuição para o seu estudo no ensino secundário", *Educação Física, Desportos, Saúde Escolar*, Lisboa, Ano II, nº 8, Outubro.

COSTA, M<sup>a</sup> Margarida Abreu (1965), "Serviço Social Escolar," *Comunicação pelo ISSS de Lisboa ao I Congresso Nacional do Ensino Particular* .

COUTINHO, M<sup>a</sup> Manuela Castro (1993), *Assistência Social em Portugal -1965/71: Um período charneira*, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão.

DALE, Roger (1988), "A educação e o estado capitalista: contribuições e contradições," *Educação e Realidade* 13(1) Porto Alegre, p.17 a 37.

DIAS, Dulcina Capelão Almeida (1972), *Relatório de Serviço Social Escolar*, Estágio final de 4<sup>o</sup> ano, realizado na Escola Preparatória Martim de Freitas, de 2 Dezembro de 1971 a 31 de Julho de 1972,ISSS Coimbra.

DIONÍSIO, Eduarda (1993), "As práticas culturais," *Portugal 20 anos de Democracia*, Coordenação de António Reis, Círculo de Leitores, p.443 a 460.

DUARTE, M<sup>a</sup> Palmira Pinto et alii (1965), "Uma tentativa de Serviço Social Escolar na Freguesia do Beato", *Comunicação pelo ISSS de Lisboa ao I Congresso Nacional do Ensino Particular*.

DUARTE, M<sup>a</sup> Palmira Pinto (1965-66), "Serviço Social de Caso," in *Lições da Assistente Social M<sup>a</sup> Palmira Duarte no segundo ano do Curso de Serviço Social*, ISCSPU, Associação Académica, Lisboa.

DUARTE, M<sup>a</sup> Palmira Pinto (1973), *Projecto de Estruturação da Divisão de Serviço Social*, Lisboa, Agosto.

FALCÃO, Maria do Carmo (1987), "A Prática Social na Modernidade - Um Desafio para os Assistentes Sociais" in *Jornadas, Lisboa*, Janeiro de 1987.

FALEIROS, Vicente de Paula (1996), "Serviço Social: questões presentes para o futuro," *Serviço Social e Sociedade*, nº 50, São Paulo, Cortez, p. 9 a 39.

FALORMI, Maria Luisa (1966), "Service Social et réalité psycho-sociologique," *Service Social dans le Monde*, Bélgica, U.C.I.S.S. nº 1, Janeiro.

FERNANDES, Ernesto (1995), "Os direitos humanos e práticas sociais", *Do Serviço Social*, Número Especial sobre Direitos Humanos e Acção Social, Abril, p. 17 a 23.

FERNANDES, Ernesto (1996), "Intervenção e Serviço Social. A centralidade dos direitos humanos para a renovação do Serviço Social," *Intervenção Social* nº13/14, Dez.1996, p. 19 a 33.

FERNANDES, Ernesto; MARINHO, Manuela; PORTAS, Manuela (2000) "O Serviço Social na Europa- A Experiência Portuguesa," *Intervenção Social* nº 22, Dezembro de 2000, ISSS, p.131 a 148.

FERREIRA, Dinah et alii (1992), "Trabalho exploratório sobre a construção do conhecimento do Serviço Social em Portugal (Janeiro de 1970 a 25 de Abril de 1974)", *Estudos e Pesquisas*, nº4, Departamento de Pós-Graduação, ISSS, CRL.

FERREIRA, José Medeiros (1993), "Portugal em Transe (1974-1985)," *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, Círculo de Leitores, oitavo volume, p.139 a 173 e 197 a 277.

FINK, Arthur E.(1977), *Servicio Social Escolar en los Estados Unidos*, Ed. Humanitas, Buenos Aires.

FONSECA, J. M. Protes (1981),"Gestão do Sistema de Ensino," *Sistema do Ensino em Portugal*, Coordenação de Manuela Silva e M. Isabel Tamen, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p.117 a 127.

FRANCO, A. L. Sousa (1993), "A experiência Revolucionária (1974-1975)," *Portugal, 20 Anos de Democracia*, Coordenação de António Reis, Círculo de Leitores, Lda, p.176 a 205.

FRANCO, A. L. Sousa (1993) "O Tempo Crítico (1976-1955)," *Portugal, 20 Anos de Democracia*, Coordenação de António Reis, Círculo de Leitores, Lda, p.206 a 257.

GASPAR, Teresa (2001), "Rui Grácio e a questão da Unificação do ensino Secundário," *Inovação*, vol.14, nº 1-2, Instituto de Inovação Educacional, Ministério da Educação.

GOES, M<sup>a</sup> Nasciolinda (1965), "Ajustamento escolar e trabalho de grupo," *Comunicação pelo ISSS de Lisboa ao I Congresso Nacional do Ensino Particular*.

GOLDMANN, Lucien (1979), *Dialéctica e Cultura*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GRÁCIO, Rui (1981), "Perspectivas Futuras," *Sistema do Ensino em Portugal*, Coordenação de Manuela Silva e M. Isabel Tamen, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 649 a 685.

GRILO, Eduardo Marçal (1993), "O Sistema Educativo," *Portugal 20 anos de Democracia*, Coordenação de António Reis, Círculo de Leitores, p.406 a 435.

GROULX, Lionel (1995), "Análises sócio-históricas do Serviço Social: ponto de vista crítico," *Estudos & Documentos*, CPIHTS, II Série,nº2,p.34 a 49.

HENRIQUEZ, B. Alfredo (1999), "A Teoria Funcionalista das profissões," *Serviço Social, Profissão & Identidade, que trajectória?*, Lisboa/S. Paulo, Edição dos Autores, Veras Editora, p.67 a 98.

HESPANHA, Pedro (1995), "Os direitos humanos e a cidadania social nas sociedades contemporâneas", *Do Serviço Social*, Número Especial sobre Direitos Humanos e Acção Social, Abril, p. 6 a 9.

IAMAMOTO, Marilda, CARVALHO Raúl de (1993), *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil - esboço de uma interpretação histórico/metodológica* (cap.2), São Paulo, Cortez Editora, 9ª ed.

IAMAMOTO, Marilda V. (1998), *O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional*. São Paulo Cortez, p. 17 a 90 e 201 a 218;

#### INSTITUTO DE ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR

- Relato de Actividades do IASE de 1971-1973, Ministério da Educação Nacional.
- Plano de Trabalho do Instituto de Acção Social Escolar para 1973.
- Estudo das Prioridades de Actuação do Serviço Social Escolar em 1973/74 por Concelhos, Ministério da Educação Nacional, 4 de Agosto de 1973.
- Balanço da Actividade do IASE (1973/74 a 1977/78), Grupo de Estudos e Planeamento, Ministério da Educação e Investigação Científica, Julho 1979.
- Balanço da Actividade do IASE ensino primário e telescola, 1973/74 a 1977/78, Ministério da Educação e Ciência, Fevereiro de 1980.

- Balanço da Actividade do IASE 1978/79, Ministério da Educação e das Universidades, Serviços de Estudos e Planeamento, Setembro de 1981.
- Balanço da Actividade do IASE 1978/79, Conclusões, Ministério da Educação e das Universidades, Serviços de Estudos e Planeamento, Setembro de 1981.
- Plano de Actividades para 1980, Ministério da Educação e Ciência.

INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL DE COIMBRA (1985), "Alguns apontamentos para a compreensão do ensino no Instituto de Coimbra", *Intervenção Social* nº 2/3, Dezembro 1985, p. 149 a 165.

JORGE, M<sup>a</sup> de Fátima Miranda (1971), *O Serviço Social Escolar na Acção Educativa*, Estudo final, Instituto Superior de Serviço Social, Coimbra.

LEAL, António da Silva (1985), "As políticas sociais no Portugal de hoje," *Análise Social*, vol. XXI, Números 87-88-89, p.925-943

MADEIRA, Ana Isabel e RIBEIRO, Mário (1996), "Acção Educativa e Desenvolvimento Local: Uma Abordagem," *Inovação*, vol.9, Nº3, Ministério da educação, Instituto de Inovação educacional.

MADEIRA, Joaquina (1995), "Direitos Sociais", *do Serviço Social*, Número Especial Direitos Humanos e Acção Social, Abril, p. 48 a 53.

MARCELO, Lopes (1976), *Estudo Económico e Social do distrito de Castelo Branco*, Tipografia Notícias da Covilhã.

MARCHIONI, Marco (1991), "Mudança Social, novos problemas de hoje, participação e desenvolvimento," *Intervenção Social* nº 5/6, ISSS Lisboa.

MARQUES, Sérgio Macias (1970), "Planeamento Regional da Educação," *Educação*, Boletim Informativo do GEPAE, Lisboa, vol.2, nº 6- Dezembro de 70, p.14 a 33.

MARQUES, Sérgio Macias (1970), "Escolaridade Facultativa - Estabelecimento de prioridades e definição de características regionais a que deverá obedecer a cobertura escolar do país," *Educação*, Boletim Informativo do GEPAE, Lisboa, vol.2 , nº4- Abril de 70, p.20 a 23.

MARTINEZ, Juan Mojica (1977), "Processo histórico e Serviço Social na América Latina," *Cadernos*, Associação de Profissionais de Serviço Social, nº1-Set/Out 77.

MARTINS, Alcina C.; HENRIQUEZ, Alfredo B.;QUEIROZ, M<sup>a</sup> José (1989), "Projecto de Pesquisa – A construção do conhecimento do Serviço Social Português," *Núcleo de Pesquisa de História de Serviço Social*, Lisboa.

MARTINS, Alcina M<sup>a</sup> Castro (1993), "A Escola da Ciência Social de Le Play na Construção do Conhecimento do Serviço Social Português," *Intervenção Social* nº7,ISSS Lisboa, p.9 a 34.

MARTINS, Alcina M<sup>a</sup> Castro (1995), "Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português - Escola Normal Social de Coimbra," *Intervenção Social* nºs 11/12, I.S.S.S. Lisboa, p 17 a 34.

MARTINS, Alcina M<sup>a</sup> Castro (1997), "As Mulheres e as suas Organizações na Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português" *Serviço Social no Feminino*, CPIHTS, Projecto Atlântida, p. 15 a 26.

MARTINS, Alcina M<sup>a</sup> Castro (1997), "A importância da investigação em Serviço Social," *Estudos & Documentos*, série I, CPIHTS.

MARTINS, Alcina M<sup>a</sup> Castro (1999), *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.

MARTINS, Alcina M<sup>a</sup> Castro (1999). "Serviço Social e Investigação," *Serviço Social, Profissão & Identidade, que trajectória?*, Lisboa/S. Paulo, Edição dos Autores, Veras Editora, p.45 a 65.

MARTINS, Alcina M<sup>a</sup> Castro (2002), “*Serviço Social Crítico em Tempos de Ditadura,*” *Estudos & Documentos*, CPIHTS, nº 23, p. 1 a 17;

MÓNICA, M.<sup>a</sup> Filomena (1978), *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa: Editorial Presença.

MONTEIRO, Alcina (1995), “A Formação Académica dos Assistentes Sociais: Uma retrospectiva crítica da institucionalização do Serviço Social no Estado Novo,” *Intervenção Social* nºs 11/12, ISSS Lisboa, p.43 a 77.

MOZZICAFREDDO, Juan (1992), “O Estado-Providência em Portugal: estratégias contraditórias,” *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 12, p. 57 a 89.

NEGREIROS, M<sup>a</sup> Augusta et alii (1992), “A construção do conhecimento do Serviço Social em Portugal. Período de 1974 a 1978,” *Estudos e Pesquisas*, nº 5, Departamento de Pós- Graduação, ISSS Lisboa.

NEGREIROS, M<sup>a</sup> Augusta Geraldês (1995), “As representações sociais da profissão de Serviço Social,” *Intervenção Social* nº11/12, ISSS Lisboa, p.81a105.

NEGREIROS, M<sup>a</sup> Augusta Geraldês (1999),” Qualificação Académica e Profissionalização do Serviço social- o caso português,” *Serviço Social, Profissão & Identidade, que trajetória?*, Lisboa/S. Paulo, Edição dos Autores, Veras Editora, p.13 a 44.

NETTO, José Paulo (1981), “A crítica conservadora à Reconceptualização”, *Serviço Social e Sociedade*, nº 5, S. Paulo, Cortez Editora.

NETTO, José Paulo (1991), *Ditadura e Serviço Social- uma Análise do Serviço Social no Brasil pós 64*, S. Paulo, Cortez Editora.

NETTO, José Paulo (1992), *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, S. Paulo, Cortez Editora, p.15 a 101.

NETTO, José Paulo (1995), “Licenciatura, perfis e problemas profissionais do Serviço Social,” *Inter Acções nº1*, Revista do I.S.S.S. de Coimbra, p.9 a 18.

NEVES, M<sup>a</sup> Arminda Ramos (1972) *Estudo Psico-Sociológico da Escola Comercial Ferreira Borges*, relatório de estágio do 4<sup>o</sup> ano do Curso de Serviço Social do ISCSPU, Universidade Técnica de Lisboa, Gabinete de Psicologia e Trabalho Social, Lisboa.

NUNES, M<sup>a</sup> Helena (1995), “A prática de assistentes sociais: uma conversa heurística,” *Intervenção Social*, N<sup>o</sup>s11/12, p.109 a 121.

OLIVEIRA, M<sup>a</sup> da Conceição Dias (1972), *Relatório da experiência sócio-pedagógica efectuada nas escolas de ensino primário nº 157 e nº 57 da freguesia de Alcântara no ano lectivo de 1970/71*, relatório de estágio do 4<sup>o</sup> ano do Curso de Serviço Social do ISCSPU, Universidade Técnica de Lisboa, Gabinete de Psicologia e Trabalho Social, Lisboa.

PAULO VI (1989), *Populorum Progressio*, Lisboa, Edições Paulistas.

PEDREIRA, Branca Elisa (1970), *Relatório de Serviço Social Escolar*, estágio final de 4<sup>o</sup> ano, no Liceu Nacional D. Filipa de Lencastre, ISSS de Coimbra.

PEREIRA, Potyara A.(1994), “Concepções e Propostas Políticas em Curso: tendências, perspectivas e consequências”, NEPPPOS/CEAM/UnB (mimeo).

PIMENTEL, Irene Flunser (2000), *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Círculo de Leitores.

PIRES, E. Lemos, FERNANDES, A. Sousa, FORMOSINHO, João (1991), *A Construção Social da Educação Escolar*, Edições ASA.

PORTUGAL, Ministro da Educação Nacional, Inocêncio Galvão Teles (1966) “Planeamento da Acção Educativa (Método),” comunicação através da E.N. e R.T.



---

pelo Ministro da Educação Nacional, Prof. Doutor Inocêncio Galvão Teles, em Junho de 1963, in *“Temas da Educação,”* Lisboa.

REIS, António (1993), *“O Processo de Democratização,” Portugal 20 Anos de Democracia*, coordenação de António Reis, Círculo de Leitores, p.19 a 39.

RODRIGUES, Fernanda (1999), *Assistência Social e Políticas Sociais em Portugal*, Lisboa, CPIHTS, ISSSL, p. 190 a 245.

ROSA, M<sup>a</sup> Teresa Seródio (1997), “O associativismo das Assistentes Sociais no Pré-25 de Abril,” *Serviço Social no Feminino*, CPIHTS, Projecto Atlântida, p.27 a 31.

ROSAS, Fernando (1993) “O Estado Novo (1926-1974),” *História de Portugal*, sob direcção de José Mattoso, Círculo de Leitores, sétimo volume, p. 419 a 558.

ROSAS, Fernando; BRITO J.M. Brandão de (Direcção de) (1996), *Dicionário da História do Estado Novo*, volume I, Circulo de Leitores, p. 294 a 309.

SALGUEIRO, Emídio (1978), “Saúde Escolar–Avaliação Médico- Pedagógica” *separata do jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, tomo CXLII, Julho de 1978, nº 7.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1987), “O Estado, a Sociedade e as Políticas Sociais – o Caso das Políticas de Saúde,” *Revista Crítica das Ciências Sociais*,23, Coimbra, p.13 a 74.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Ed. Afrontamento, p.17 a 64 e 105 a165.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice, o Social e o Político na Pós - Modernidade*, Ed. Afrontamento, p.69 a101.

SANTOS, M<sup>a</sup> Teresa de Oliveira (1965), *Escola Industrial e Comercial Brotero-Vida Escolar*, relatório de estágio do 3<sup>o</sup> ano Instituto de Serviço Social de Coimbra.

SANTOS, M<sup>a</sup> Teresa de Oliveira (1967), *O Serviço Social Escolar na Diminuição da Inadaptação Escolar*, trabalho final de curso, Instituto de Serviço Social de Coimbra.

SANTOS, M<sup>a</sup> Teresa O.;MATOS M<sup>a</sup> Alcina S.(1966), *Experiência de Serviço Social Escolar Escola Industrial e Comercial Brotero*, relatório de estágio de 2.XI.965 e 31.V.966, Instituto de Serviço Social de Coimbra.

SANTOS, Sónia; FREITAS, Lorena (1998), “A influência do Movimento de Reconceptualização Latino-Americano em Portugal na década de 70 - os discursos e as práticas antes e após o 25 de Abril,” *Estudos & Documentos*, CPIHTS, I série nº 12.

SIMÃO, José Veiga (1973), *Educação...Caminhos de Liberdade*, Compilação e Coordenação: Rita Pinto Leite, publicações CIREP (Centro de Informação e Relações Públicas da Secretaria- Geral do Ministério da Educação), Lisboa.

SINDICATO DE ASSISTENTES SOCIAIS, EDUCADORAS FAMILIARES E OUTRAS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL

- “Métodos de Serviço Social,” *Cadernos de Serviço Social* Nº 2 Ano I, Janeiro-Fevereiro - Março de 1957.

- “A III Semana de Serviço Social”

- “Reuniões de Estudo”

- “Métodos de Serviço Social,” *Cadernos de Serviço Social* Nº 3 e 4, Ano I, Abril a Setembro de 1957.

- “A Defesa da Família,”

- “Métodos de Serviço Social,” *Cadernos de Serviço Social* nº 6, Ano II, Abril-Maio- Junho de 1958.

SPOSATI, Aldaiza (1992), "Serviço Social em Tempos de Democracia", *Serviço social & Sociedade*, 39, Ano XIII, Cortez Editora, Agosto, p. 5 a 30.

STOER, Stephen R. (1982), *Educação, Estado e desenvolvimento em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, Lda.

STOER, Stephen R. (1986), *Educação e Mudança Social em Portugal; 1970-1980, Uma Década de transição*, Porto, Edições Afrontamento.

STOER, Stephen R. et alii (1990), "O Novo Vocacionalismo na Política Educativa em Portugal e a Reconstrução da Lógica da Acumulação," *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 29, p.11 a 24.

TEODORO, António (2001), "Organizações internacionais e políticas educativas nacionais: A emergência de novas formas de regulação transnacional, ou uma globalização de baixa intensidade," *Transnacionalização da Educação*, Edições Afrontamento, p.126-158.

TORGAL, Luís Reis (1996), "Ensino da História," *História da História em Portugal-Sécs. XIX e XX*, Círculo de Leitores, p.431 a 454.

VÁRIOS AUTORES (1973), *Compêndio sobre Metodologia para Trabalho Social*, col. ISI, Buenos Aires, Editorial Ecro.

VIEIRA, Ivone Antunes (1965), "Serviço Social Escolar" *Comunicação pelo ISSS de Lisboa ao I Congresso Nacional do Ensino Particular*.

VIEIRA, Joaquim (1998), *Portugal Século XX; Crónica em Imagens, 1960-1970*, Círculo de Leitores.

WAGNER, David (1991), "Movimentos radicais nos serviços sociais: uma base teórica" *Serviço Social & Sociedade*, nº 35, Ano XII, Abril de 1991.

YASBECK, M<sup>a</sup> Carmelita (1999), "O Serviço Social como especialização do trabalho colectivo," *Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social* ( Módulo I), Brasília, CEAD,UNB.

---

## LEGISLAÇÃO

- D.L. nº 26 893 de 15 de Agosto de 1936 - Cria a Obra das Mães pela Educação Nacional(OMEN).
  
- Dec. Lei nº 38 968 de 27 de Outubro de 1952 - Reforça o princípio da escolaridade do ensino primário elementar, reorganiza a assistência escolar, cria os cursos de educação de adultos e promove uma campanha nacional contra o analfabetismo.
  
- Dec. Lei nº 38 969 de 27 de Outubro de 1952 - Regula a execução do Decreto-Lei nº38 968,que reforça o princípio da escolaridade do ensino primário elementar.
  
- Dec. Lei nº 45 810 de 9 de Julho de 1964 - Promulga a escolaridade obrigatória de 6 anos.
  
- Dec. Lei nº 46 156 de 16 de Janeiro de 1965 - Cria no Ministério da Educação Nacional, na dependência directa do Ministro, o Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa (GEPAE).
  
- D.L. n.º 178/71 de 30 de Abril - I série n.º 10 - Cria o Instituto de Acção Social Escolar.
  
- D L n.º 408/71 de 27 de Setembro - Define a Lei Orgânica do Ministério da Educação, dando-se a integração da Saúde Escolar no IASE.
  
- D.L. n.º 223/73 de 11 de Maio- I série nº III - Define os Serviços e cria os Quadros do IASE.
  
- Lei nº 5/73 de 25 de Junho - Aprova as bases a que deve obedecer a reforma do sistema.

- 
- Portaria nº 29/75 de 17 de Janeiro - Regulamenta os *Serviços Médico-Pedagógicos*, e cria *Centros de Medicina Pedagógica (C.M.P.)* com sede em cada região de planeamento (que se mantiveram em regime de instalação até 1982).
  
  - Orientações sobre Acção Social Escolar para os Ensinos Preparatório e Secundário, Junho de 76, Min. da Educação e Investigação Científica, Secretaria de Estado dos Desportos e Juventude.
  
  - D.R. II série, Número 2, de 3 de Janeiro de 1977 - Define Normas de serviço para os técnicos do IASE colocados distritalmente e com funções a nível do ensino primário.
  
  - D.L. nº 4/77 de 5 de Janeiro (rectificado no D.R., 1ª série, nº 6, de 8 de Janeiro)
  - Cria lugares de Coordenador Regional do Núcleo de Acção Social Escolar (CRNASE) em cada uma das zonas de Acção Social Escolar (ASE) dos ensinos preparatórios e secundários.
  
  - Despacho nº 108/77 de 8 de Setembro - Define funções dos (CRNASE), nos ensinos preparatório e secundário
  
  - Despacho nº 139/77 de 15 de Novembro - Aprova o Regulamento dos Serviços de ASE para o Ensino Primário e Telescola e *define funções do Assistente Social no Ensino Primário*.
  
  - Despacho nº 130-A/77 de 25/11 - Aprova o Regulamento os Serviços de ASE para o Ensino Preparatório e Secundário.
  
  - D.R. II série - Número 2, de 3 de Janeiro de 1978 - Define normas de serviço para as Equipas de Serviço Social do IASE.
  
  - D.R. II série - Número 2, de 3 de Janeiro de 1978 - Admite em situação de prestação eventual de serviços três Assistentes Sociais por despachos de 1972.

- D.R. II série - Número 8, de 10 Janeiro de 1978 - Admite em situação de prestação eventual de serviços:
  - Cinco Assistentes Sociais por despacho de 2 de Dezembro de 1971.
  - Duas Assistentes Sociais por despachos de 1972.
  - Seis Assistentes Sociais por despachos de 1974.
  - Oito Assistentes Sociais por despachos de 1975.
  
- DR. II série - número 12, de 14 de Janeiro de 1978 - Admite em situação de prestação eventual de serviços duas Assistentes Sociais por despachos de 1973.
  
- D.R. II série - Número 19, de 23 de Janeiro de 1978 - Admite em situação de prestação eventual de serviços uma Assistente Social por despacho de 1972 e quatro Assistentes Sociais por despachos de 1975.
  
- D.R. II série - Número 46, de 24 de Fevereiro de 1978 - Admite em situação de prestação eventual de serviços uma Assistente Social por despacho de 1975.
  
- D.R. II série - Número 73, de 29 de Março de 1978 - Admite em situação de prestação eventual de serviços uma Assistente Social por despacho de 1973.
  
- D.R. II série - Número 77, de 3 de Abril de 1978 - Admite em situação de prestação eventual de serviços uma Assistente Social por despacho de 1972.
  
- D.L. n.º 69/78 de 15/7 - Mapa I, I série n.º 161 - Reclassificação de Carreiras do Quadro do Pessoal Dirigente e Técnico dos Órgãos e Serviços Centrais do M. da Educação.
  
- Ordem de Serviço nº 7/88 de 7 de Janeiro e 11/88 de 19 de Fevereiro - Pessoal do Quadro Único do Ministério da Educação, afectos ao IASE.
  
- Instruções Ensino Básico e Secundário para 1978/79, MEN, Secretaria de Estado da Juventude e Desportos.

- Decreto Lei nº 538/79 de 31 de Dezembro - Promulga medidas para garantir o princípio da escolaridade obrigatória básica, universal e obrigatória de 6 anos.
  
- D.L. nº 200-H /80 - Mantém os lugares de Coordenador Regional do Núcleo de Acção Social Escolar (CRNASE), passando a designar-se Coordenador Regional de Acção Social Escolar (CRASE).
  
- Despacho n.º 56/80 de 19 de Junho, II série, n.º 139- Define normas sobre o processo de concessão de subsídios em ASE (Auxílios Económicos) e no ponto 3 reforça-se a assessoria técnica, dos técnicos de serviço social do IASE.
  
- Despacho do Secretário de Estado da Educação de 15-5-80 e do Secretário de Estado da Juventude e Desportos de 4-7-80- Aprova Instruções para o Ensino Básico e Secundário, e no ponto 1.3.2 define funções dos Técnicos de Serviço Social, *in Instruções Ensino Básico e Secundário*, IASE, MEC, Outubro de 1980.